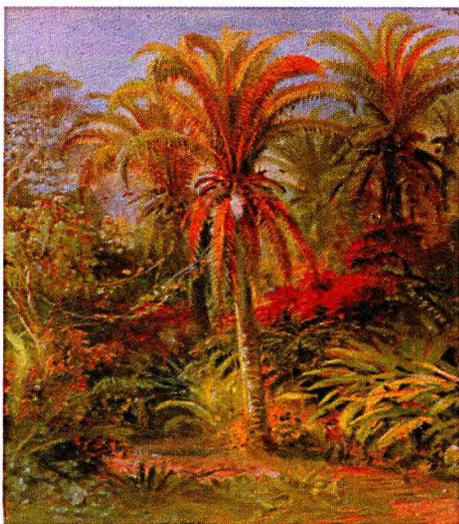

F R O N T E I R A S

Revista Catarinense de História



FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História é uma publicação anual editada pelo Departamento de História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e pela Associação Nacional de História - Núcleo de Santa Catarina.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz
Vice-Reitor Lúcio José Botelho

Comissão Editorial Eunice Sueli Nodari (Presidente), Cristina Scheibe Wolff, Joana Maria Pedro, João Klug, Rogério Luiz de Souza (repr. ANPUH), Valberto Dirksen, Valmir Francisco Muraro.

Conselho Consultivo:

Ângela de Castro Gomes (UFF), Augustin Wernet (USP), Bárbara Weinstein (New York), Carlos Humberto Corrêa (IHGSC), Euclides Marchi (UFPR), Léon Bieber (Iberoamerikanisches Institut - Berlim), Maria Ângelo D'Incao, Maria Amélia Schmidt Dickie (UFSC), Maria Célia Paoli (USP), Rosângela Miranda Cherem (UDESC), Sandra Pesavento (UFRGS), Selvino José Assmann (UFSC), Maria José Reis (UFSC).

Composição e editoração: Jó Klanovicz

(Catalogação na fonte por Daurecy Camilo (Beto) CRB-14/416)

Fronteiras: Revista Catarinense de História/Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e Associação Nacional de História (ANPUH-SC). - n.9 (2001) - . - .

v.; 28 cm

Anual

Continuação de: Revista Catarinense de História, [199-]/1997, n.1-5.

ISSN 1415-8701

1. História - Periódicos. I. Universidade Federal de Santa Catarina.

Endereço para assinatura
Mailing address subscriptions

Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de História
Campus Universitário - Trindade
88040-900 - Florianópolis - SC / Brasil
e-mail: historia@cfh.ufsc.br
Tel: (48)331-9249
Fax: (48)331-9359

Sumário

Editorial

Paulo Pinheiro Machado 005

A propaganda dos expedidores concessionários de Hamburgo e a emigração alemã para o Brasil no século XIX

Débora Bendochi Alves 007

O oeste de Santa Catarina: a renegociação das fronteiras étnicas

Eunice Sueli Nodari e Alexandre Sardá Vieira 029

A juventude e o rompimento da tradição do espaço público

Janice Tirelli Ponte de Souza 051

Os pobres e a sociedade solidária

Delma Pessanha Neves 079

Trabalho e trabalhadores na concepção patronal

João Tristan Vargas 095

A dimensão do príncipe na historiografia do século XVII: o tempo e a história de Bossuet

Marcos Antônio Lopes

127

ENTREVISTA

A cumplicidade de um governo brasileiro com a ditadura salazarista

Waldir José Rampinelli e Fernando Rosas

155

RESENHAS/LIVROS

A multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará

Juçara de Souza Castello Branco

169

História de Santa Catarina no século XIX

Jaqueline A. M. Zarbatto Scmitt

173

Editorial

Este número da *Fronteiras - Revista Catarinense de História* procura oferecer aos leitores um painel atualizado da discussão historiográfica e das ciências sociais sobre temas de grande relevância na atualidade.

Destaca-se, em quase todos os artigos, a preocupação dos autores com a crítica a determinados conceitos que "naturalizaram-se" e são freqüentemente empregados, muitas vezes acriticamente, obliterando a visão de novas gerações de pesquisadores sobre a construção de seus "objetos" de estudo. Desta forma, Dalma Neves reavalia a utilização dos conceitos de "pobre" e de "pobreza", das mutáveis percepções desta situação social e dos limites destes conceitos predominantes nos discursos oficiais.

Janice Tirelli Ponte de Souza, por sua vez, produz um interessante ensaio sobre a idéia de "juventude". As mais diferentes representações sobre a juventude, da Antigüidade aos tempos atuais são abordadas dentro de diferentes contextos políticos e sociais. A construção de conceitos de "trabalho", "trabalhadores" e "empregados" é analisada por João Tristan Vargas, principal-

mente os elaborados pela classe patronal paulista durante a Primeira República. Marcos Antônio Lopes traça um belo quadro sobre as origens da historiografia moderna centrada no confronto entre as obras de Bossuet e Voltaire, no contexto dos conflitos vivenciados pelas sociedades do Antigo Regime.

Na área de imigração e colonização apresentamos dois artigos relevantes. Eunice Sueli Nodari estuda as relações inter-étnicas no oeste de Santa Catarina não como algo fixo ou determinado, mas analisando o processo de construção da etnicidade como uma negociação de um conjunto de práticas socioculturais implementadas pelas diferentes comunidades. Débora Alves expõe interessante pesquisa (baseada em extensas fontes alemãs) sobre vários objetivos e aspectos da propaganda emigratória por parte de agentes do porto de Hamburgo, durante o século XIX.

Por fim, a entrevista oferecida pelo Prof. Fernando Rosas ao Prof. Waldir Rampinelli revela importantes aspectos das relações entre o regime salazarista português e distintos governos brasileiros. As resenhas de Juçara Castello Branco e Jaqueline Zarbato Schmitt analisam novas obras publicadas sobre movimentos sociais e História de Santa Catarina no século XIX.

Esperamos, com este novo número da Revista, estarmos contribuindo para o ensino e a pesquisa na área de História, bem como colocamo-nos a disposição para críticas, observações e novas contribuições para os futuros números. Boa leitura.

A propaganda dos expedidores concessionários de Hamburgo e a emigração alemã para o Brasil no século XIX¹

Débora Bendocchi Alves

Resumo: Este artigo trata do trabalho executado pelos agentes promotores da emigração alemã para o Brasil, no século XIX. Em especial, direciona-se a abordar os agentes de Hamburgo, os quais foram responsáveis pela promoção das campanhas que se destinavam ao Estado de Santa Catarina.

Palavras-Chave: Propaganda - Emigração alemã - Santa Catarina

Abstract This article aims to analyse the work of the emmigration marketing agents that promoted the german emmigration to Brazil at the ninetieth century. Specialy, it focuses on the Hamburg agents who were responsible to emmigration projects designed to Santa Catarina State - Brazil.

Palavras-Chave: Propaganda - german emmigration - Santa Catarina

Toda viagem, para ser realizada, necessita de um longo processo de organização. Isto é válido não só para os dias de hoje mas, sobretudo, para o século passado, quando não havia as possibilidades de se adquirir informações sempre atualizadas sobre os meios de transporte e sobre o país de destino. Quando se tratava de uma viagem sem volta, como era o caso de milhares de emigrantes alemães que se dirigiram para o Novo Mundo na esperança de uma vida melhor, todo o procedimento organizatório se tornava ainda mais complexo. No processo emigratório, principalmente na primeira metade do século XIX, tanto os agentes de emigração, quanto aqueles que faziam propaganda para um determinado país ou para uma companhia de navegação, desempenhavam um papel primordial. Naquela época, havia um grande déficit de informações aos emigrantes, não havia dia certo para os navios zarparem e nem rede ferroviária extensa que facilitasse o acesso a um porto. Para emigrar, mais que o desejo de ir tentar a vida em outra parte do mundo, era necessário, principalmente, possuir os meios e as coordenadas

¹ O presente artigo é uma versão resumida do capítulo *Private Auswanderungsagenten* de minha tese de doutorado *Das Brasilienbild der deutschen Auswanderungswerbung im 19. Jahrhundert*; Berlin, Wissenschaftlicher Verlag, 2000.

para tanto. Além do dinheiro da passagem, terrestre e marítima, de uma pequena reserva para os dias de estadia no porto e os primeiros na nova pátria, era indispensável ter em mãos dados sobre o país de destino, sobre a rota da viagem terrestre, informações sobre hospedagem na cidade portuária, opções para se fazer a escolha da companhia de navegação e para reservar a passagem como também informações sobre as formalidades burocráticas exigidas pelos Estados Alemães ou pelo país receptor. Era através da atividade dos agentes de emigração, isto é, dos seus anúncios, que o emigrante tinha a possibilidade de concretizar a sua viagem.

São bastante conhecidas as trapaças, as falsas promessas feitas pelos agentes a serviço do governo imperial e dos governos das províncias brasileiras ou mesmo dos empreendedores particulares tanto brasileiros quanto alemães. Isto se deveu aos interesses comerciais dos agentes, dos expedidores e dos armadores. Não obstante, os agentes e os recrutadores de emigrantes eram peças indispensáveis do processo de repulsão e atração (*Push and Pull*) do movimento migratório internacional. Eles eram os intermediários, fosse entre os expedidores e os desejosos de emigrar, fosse entre as autoridades do país receptor e o futuro emigrante. Eram também aqueles que orientavam os camponeses pobres do interior no planejamento e concretização de toda a sua viagem. No caso do Brasil, podemos dizer, com certeza, que alguns deles foram responsáveis pela má fama do país na imprensa alemã depois da década de 1850. Mas, podemos afirmar que a atividade de muitos deles contribuiu para desviar uma pequena parcela da massa de emigrantes alemães com destino aos Estados Unidos para o Brasil.

A propaganda visando angariar emigrantes era estritamente proibida nos Estados Alemães durante o século XVIII e até as três primeiras décadas do XIX. Os súditos não tinham a liberdade para abandonar suas regiões de origem. O princípio de liberdade de emigração só foi reconhecido ao longo do século XIX sob a influência dos ideais liberais da Revolução Francesa. O primeiro Estado Alemão a reconhecer o direito de emigração foi Baden em 1803, seguido por Württemberg em 1815, Prússia em 1818,

Hessen em 1821, Saxônia em 1831 e, por último, a Bavária somente em 1868.² As autoridades alemãs achavam que o fenômeno “emigração” tinha como causa somente as atividades dos agentes e dos recrutadores de emigrantes, chamados na época de ‘vendedores de almas’ (*Seelenverkäufer*). Após os anos 30 do século XIX foi que os governantes alemães passaram a outorgar leis que regulamentassem a emigração já que esta atingira proporções até então inigualáveis.

A profissão de agente de emigração sofreu constantes alterações durante todo o século passado, isto é, por volta de 1830, praticamente não se controlavam as atividades dos agentes que eram verdadeiros “caçadores de emigrantes” ou “vendedores de almas”. Mas, com a necessidade de se organizar a corrente emigratória através de leis específicas, esta ocupação tornou-se um ofício controlado pelo serviço público. No fim da década de 1850, para poderem exercer a sua profissão, os agentes eram obrigados a requerer uma licença especial e a depositar uma caução, caso o requerimento fosse aprovado. De início, a função de agente era a de conselheiro, e de principal informante. A partir de meados do século XIX porém, tornou-se simples intermediário entre as firmas expedidoras e os emigrantes. No fim do século XIX, o mercado passou a ser dominado pelas grandes companhias de navegação como a HAPAG de Hamburgo e a Norddeutsche Loyd de Bremen. As pequenas agências de emigração ou expedidores desapareceram dando lugar aos grandes escritórios, estes não muito diferentes das atuais agências de viagem.³

1. A organização dos agentes de emigração.

No final da década de 1830, o “comércio de emigração” nos Estados Alemães estava organizado sob um sistema dividido em três níveis.⁴ Num primeiro plano, havia os expedidores ou

² BRETTING, Agnes: Die Reise: Von der Alten in die Neue Welt; in: Hoerder, D. und Knaufl, D. (Hrsg.): Aufbruch in die Fremde. Europäische Auswanderung nach Übersee. Bremen, Ed. Temmen, 1992. p. 75-119.

³ Idem, ibidem.

⁴ Idem, ibidem.

transportadores; empreendedores, que tinham contratos com uma ou mais companhias de navegação para transportar emigrantes. Eles exerciam suas atividades através das suas casas de comércio localizadas nas cidades portuárias. Num segundo plano, os expedidores nomeavam vários agentes principais, também denominados agentes gerais (*Hauptagenten* ou *Generalagenten*), para atuar nas cidades maiores e mais importantes do interior. Estes, eram os responsáveis pelos contratos de viagem para com os emigrantes. Com a intensificação do movimento emigratório, verifica-se um terceiro plano, no qual esses agentes gerais por sua vez, passaram a engajar sub-agentes (*Unteragenten*) para atuar nas pequenas cidades e aldeias. Os sub-agentes eram os que faziam os primeiros contatos com os interessados em emigrar. Os expedidores e os agentes gerais possuíam endereços fixos e, em cada cidade importante havia agências de emigração. As agências que se encontravam em cidades como Mainz, Darmstadt, Colônia, Leipzig, Berlim e Frankfurt, localizadas nos cruzamentos das vias de circulação de emigrantes, chegaram a ter bons lucros com esse tipo de negócio.⁵

Por volta de 1840, os agentes necessitavam de uma licença especial para exercer a sua profissão. O Estado da Bavária foi o primeiro a expedir, em 1840, um decreto dessa ordem. Em 1846 o governo de Hessen seguiu o exemplo, o de Baden no ano de 1847, o de Mecklenburg em 1852 e os da Prússia e da Saxônia somente no ano de 1853.⁶ Para se abrir uma agência de emigração, era necessário que o expedidor desse ao seu futuro agente geral uma procuração que o autorizasse a assinar contratos de viagem em nome do expedidor e receber a entrada da quantia estipulada nesses contratos. O futuro agente geral solicitava ao Ministério do Interior do seu Estado uma permissão - a concessão - para abrir uma agência de emigração. Nesse pedido, deveria constar exatamente quais os portos a serem usados para o transporte dos emigrantes e comprovar que a companhia de navegação ou o expedidor, dos quais o agente recebia plenos pode-

⁵ BRETTING, A.: Funktion und Bedeutung der Auswanderungsagenturen in Deutschland im 19. Jahrhundert; in: Bretting und Bickelmann: Auswanderungsagenturen und Auswanderungsvereine im 19. und 20. Jahrhundert. Stuttgart, Franz Steiner, 1991. p. 65.

⁶ PHILOPOVICH, E. von (Hrsg.). Auswanderung und Auswanderungspolitik in Deutschland. Leipzig, Duncker & Humblot, 1892.

res, gozavam de boa reputação e possuíam meios suficientes para cumprir com as cláusulas contidas nos contratos de viagem. O agente, recebida a concessão, só podia trabalhar em nome do expedidor ou da companhia de navegação e transportar emigrantes somente dos portos citados na concessão.⁷ Era ainda exigida do agente uma caução em dinheiro que variava conforme o Estado e servia para dar uma certa garantia aos passageiros. Em caso de morte ou de desistência por parte do agente, a caução era devolvida. É interessante notar que os agentes gerais eram, na sua maioria, negociantes que não só vendiam passagens para emigrantes, mas também comercializavam todo tipo de mercadoria. Podiam ser ainda representantes de seguros variados. Portanto, o transporte de emigrantes era visto por eles como um negócio qualquer.⁸

O sub-agente (*Unteragent*), por sua vez, também necessitava de uma procuração do agente geral, onde deveria constar que este era totalmente responsável pelas negociações feitas pelo primeiro. O procedimento era o mesmo que aquele adotado para o agente geral, com exceção da caução exigida que era bem mais baixa.⁹ Os sub-agentes, diferentemente dos agentes gerais, não eram negociantes. A atividade de sub-agente era exercida paralelamente com sua profissão principal. Entre eles havia prefeitos, padeiros, estalajadeiros, professores, funcionários do correio, barbeiros ou simples comerciantes, isto é, profissões que proporcionavam constante contato com a população em geral. Por serem pessoas conhecidas nas localidades podiam, mais facilmente, orientar e influenciar os emigrantes em potencial. Os sub-agentes não recebiam um salário fixo como ocorria com os agentes gerais, mas sim uma comissão por cada contrato efetuado.¹⁰ Portanto, os sub-agentes estavam mais interessados na quantidade do que nas condições dos emigrantes. Por isso, não poupavam meios para aumentar os seus ganhos chegando, com

⁷ FEY: Entwicklung des Auswanderungswesens und Auswanderungsrechtes im Großherzogtum Hesses; in: Philippovich: op. cit. p. 192.

⁸ BRETTING, A.: Funktion und Bedeutung der Auswanderungsagenturen in Deutschland im 19. Jahrhundert...p. 71

⁹ FEY: op. cit. p.194.

¹⁰ BRETTING, A.: Funktion und Bedeutung... p. 7

frequência, a exagerar as vantagens do país de destino ou a fazer promessas impossíveis de serem cumpridas.

Nos contratos destinados aos emigrantes devia estar estipulado: 1º, o dia exato da partida da cidade do emigrante e o dia da partida do porto; 2º, o nome da companhia de navegação, do navio e do seu capitão; 3º, o preço fixo da viagem marítima; 4º, o responsável pela alimentação durante a travessia; 5º, o acompanhante dos emigrantes e o expedidor intermediário responsável pela a viagem.¹¹

As medidas acima mencionadas eram de extrema importância para regulamentar a emigração e para dificultar o poder dos agentes impostores. Até o fim dos anos 40 do século XIX, não era raro emigrantes assinarem os contratos de viagem no próprio porto e acabarem ficando dias e mesmo semanas a espera da data da partida. Desta forma, se viam obrigados a gastar parte, ou todas as suas economias com alojamento e alimentação. Muitos acabavam sendo forçados a renunciar aos seus planos por não possuírem mais meios para levar adiante o empreendimento. Sob a eficácia de várias leis sancionadas ao longo dos anos, os contratos de emigração passaram a ser controlados pela polícia de segurança pública. Passou a ser ela também o órgão responsável por verificar se os emigrantes estavam em posse de passaporte válido, de visto e da “papelada” exigida para a viagem de travessia marítima. Por volta dos anos 1850 as agências de emigração estavam legalizadas praticamente em todos os Estados Alemães.¹²

2. Hamburgo e Bremen: leis de proteção aos emigrantes.

Durante o século XIX, as duas cidades portuárias alemãs, Hamburgo e Bremen, também outorgaram leis que defendiam os interesses dos emigrantes ou melhor, os interesses do seu comércio internacional. Em 1827, essas duas cidades hanseáticas assinaram contratos comerciais com os Estados Unidos e com o Brasil, apesar de não possuírem produto de exportação. Os

¹¹ FEY: op. cit. p. 194.

¹² BRETTING, A.: Die Reise... p. 93.

negociantes de Bremen logo perceberam que a emigração poderia “preencher” este vazio e que o transporte de emigrantes poderia lhes trazer muito lucro. Com intuito de atrair as levas de emigrantes alemães que se dirigiam às cidades portuárias de Amsterdam e Rotterdam com destino aos Estados Unidos, Brasil e outros países de imigração, Bremen, primeiramente, melhorou as condições do seu porto. Em 1830 foi construída Bremerhaven que podia receber durante o ano todo, navios de grande porte. Em 1832, foi outorgada a primeira lei que estipulava, detalhadamente, as condições do transporte atlântico de emigrantes na entrecoberta (terceira classe). Eram prescritos a estadia dos emigrantes em Bremen até o dia da sua partida, a capacidade do navio, a quantidade de alimentos a ser transportado para toda a travessia, o seguro da passagem e o tamanho mínimo dos camarotes da entrecoberta.¹³ Como, até então, cada pessoa da entrecoberta era responsável pela sua própria alimentação durante a viagem marítima, esta lei foi um grande progresso, pois, a partir daí, esta ficava a cargo do capitão e da companhia de navegação evitando assim a eclosão de doenças e de casos de fome dantes tão freqüentes. Essas medidas serviram como boa propaganda para Bremen contribuindo para melhorar a sua fama de porto de emigração.

Ao contrário de Bremen, em Hamburgo o comércio de emigrantes não teve nenhum significado até o ano de 1836. E mesmo a *Kommerzdeputation*, um órgão de representação oficial dos interesses dos mercadores de Hamburgo, não via na emigração alemã possibilidades comerciais para os seus negócios ultramarinos. Por outro lado, a administração da cidade não queria ser confrontada com os problemas que a emigração trazia. Assim, proibia - como a maioria dos governantes alemães - qualquer tipo de propaganda e tinha uma opinião muito negativa em relação a emigração. Só quando os mercadores da cidade notaram que o comércio transatlântico das companhias de navegação de Bremen florescia e crescia através do transporte de emigrantes, foi que o Senado de Hamburgo apresentou à

¹³ WAGNER, Ulrich: Bremen, Bremerhaven und die Auswanderung, in: Schultz, Karin (Hrsg.): Hoffnung Amerika. Europäische Auswanderung in die Neue Welt. Bremerhaven, NWD, 1994.

Kommerzdeputation o primeiro decreto sobre o transporte marítimo para emigrantes da entrecoberta na esperança de tornar o seu porto também atrativo para estes. Como o porto de Hamburgo não só transportava emigrantes alemães com destino aos Estados Unidos mas também ao Brasil e à Austrália, seus decretos eram mais rigorosos do que os de Bremen pois tinham que suprir a falta de leis de proteção ao emigrante nestes dois últimos países.¹⁴ Esse primeiro decreto de Hamburgo provocou enormes críticas por parte da ‘*Kommerzdeputation*’ e das companhias de navegação já que, além de taxas a serem pagas, estipulava a quantidade de alimentos a serem levados pelos navios com mais de 25 passageiros, a disposição interna da entrecoberta e exigia a presença constante de um médico durante a viagem.¹⁵

Nos anos de 1840 houve um aumento do número de emigrantes em geral e tanto Bremen quanto Hamburgo tentaram, através de uma melhor assistência aos emigrantes, obter mais lucro com a emigração. O “comércio de almas” envolvia, além das companhias de navegação e dos expedidores, os agentes, os taberneiros e estalajadeiros, os cambistas, pequenos lojistas, enfim, um círculo considerável de pessoas envolvidas com a hospedagem e alimentação dos que estavam de passagem pelos portos. A concorrência entre eles era grande e todos os meios eram usados para atrair os interessados. Naturalmente muitos emigrantes foram enganados e roubados com cobranças excessivas pelos serviços prestados. Os denominados *Litzer* em Bremen e *Buttjer* em Hamburgo eram aqueles que ganhavam uma comissão das hospedagens, tabernas, lojas ou casas de câmbio por cada “freguês” que intermediavam.¹⁶ Para isso, já ficavam nas estações ferroviárias a espera dos emigrantes desinformados e inexperientes que acabavam sendo levados por falsas promessas e pagando preços abusivos. As autoridades locais não tinham controle sobre as atividades desses intermediários.

Em 1850 Bremerhaven inaugurou a sua hospedaria para

¹⁴ BAASCH, E.: *Gesetzgebung und Einrichtungen im Interesse des Auswanderungswesens in Hamburg*; in: PHILIPPOVICH: op. cit. p. 390.

¹⁵ BAASCH, E.: op. cit. p. 392 e 394.

¹⁶ Idem, p. 404.

emigrantes onde estes podiam passar uma ou duas noites antes de embarcarem. Devido a dificuldades econômicas, a hospedaria acabou fechando as suas portas em 1860.¹⁷ Hamburgo fundou em 1850 a Associação de Proteção ao Emigrante (*Verein zum Schutze von Auswanderern*) que, no ano seguinte, passou para a iniciativa privada com o nome de *Nachweisungsbüro für Auswanderer*. Os membros da associação eram sobretudo grandes mercadores com interesses comerciais. Bremen, também no ano de 1851, fundou um *Nachweisungsbüro* com o mesmo caráter, isto é, as companhias de navegação e os expedidores financiavam o escritório mas os funcionários eram aprovados pelo Senado.¹⁸ Esses *Nachweisungsbüro* davam informações sobre os preços de alojamento, alimentação, o necessário para a viagem, o câmbio e sobre as possibilidades de viagem no "novo" país até o local de destino. Eles assumiam a condução dos emigrantes recém-chegados às hospedarias licenciadas.¹⁹ Além disso, ficou proibido o acesso à estação ferroviária dos que trabalhavam para os expedidores, estalajadeiros e taberneiros. Somente os funcionários dos serviços públicos ligados à emigração passaram a poder esperar os emigrantes. Esta medida serviu para limitar a atividade dos *Litzer e Buttjer* e acabou obrigando os estalajadeiros, taberneiros e outras pessoas ligadas a este comércio a trabalharem conjuntamente com o *Nachweisungsbüro*. Em 1854 as duas cidades portuárias introduziram uma repartição pública para controlar o transporte de emigrantes (*Deputation für das Auswanderungswesen*). Este controle por parte do estado fez com que a fama dos portos de Bremen e Hamburgo melhorasse, tanto que ambos acabaram ganhando a concorrência entre os portos europeus ligados à emigração.²⁰

Durante os anos seguintes outros decretos e portarias foram promulgados a fim de regulamentar o transporte dos passageiros da entrecoberta (terceira classe). Por exemplo, o de-

¹⁷ WAGNER, Ulrich: op. cit. p. 53.

¹⁸ BAASCH, E.: op. cit. p. 397.

¹⁹ WAGNER, Birgit: Die Unterbringung und Einschiffung der Auswanderer in Hamburg; in: "... nach Amerika!" Auswanderung in die Vereinigten Staaten. Museum für Hamburgische Geschichte, Heft 5. 1976. P. 25.

²⁰ BRETTING, A.: Die Reise... p. 86.

creto hamburguês de 1864 que estabelecia exatamente quais medicamentos deveriam constar na farmácia do navio e os exames médicos aos quais os passageiros da entrecoberta deveriam ser submetidos. Ou então, em Bremen, a portaria de 1866, que obrigava os expedidores a se responsabilizar pelos seus passageiros a partir do momento que estes chegavam ao porto, assim como definia, com relação à companhia de navegação, o número dos botes salva-vidas. Em Bremen, o exame médico foi introduzido em 1868. Em Hamburgo, como o decreto de 1836 que estipulava a necessidade de um médico durante a viagem transatlântica não prevaleceu, os navios de emigrantes que partiam do porto passaram a ser obrigados a ter, pelo menos, um enfermeiro a bordo.²¹ Outra medida para a melhoria das condições de viagem para os emigrantes de terceira classe e, conseqüentemente, em favor dos dois portos, foram tomadas na segunda metade dos anos 1860. Tais medidas determinavam, por exemplo, a existência de um compartimento na entrecoberta para solteiros, subdividido conforme o sexo, um quarto separado para mulheres desacompanhadas do marido mas com filhos pequenos, o tamanho preciso da entrecoberta, a ligação ferroviária entre Bremen e Bremerhaven e um regulamento para os estalajadeiros de emigrantes (1868).²² As leis outorgadas por Bremen e Hamburgo permaneceram em vigor até 1897 sendo, então, substituídas pelas leis do Império Alemão.

3. A Propaganda dos expedidores concessionários de Hamburgo.

A regularização do comércio de emigrantes, levada a cabo durante vários anos pelas cidades hanseáticas, não tinha fundo humanitário sendo motivada simplesmente por interesses econômicos. Os navios de Hamburgo importavam do Brasil, principalmente, café e açúcar. Devido a concorrência inglesa, os seus produtos industrializados de exportação não atingiam as mes-

²¹ BRETTING, A.: op. cit. p. 86.

²² BAASCH: Gesetzgebung und Einrichtungen im Interesse...; in: Philippovich: op. cit. p. 400.

mas proporções levando os mercadores e armadores da cidade a se engajarem na melhoria das condições de hospedagem e transporte dos emigrantes para, assim, poderem ganhar a concorrência com os demais portos europeus (Le Havre, Antuérpia, Rotterdam e Amsterdã) e, sobretudo, com o de Bremen.²³ Para garantir para si o mercado brasileiro de “exportação” de emigrantes, os mercadores de Hamburgo formaram, em maio de 1846, com a ajuda da *Kommerzdeputation*, uma sociedade que fundou em outubro daquele ano, a *Gesellschaft zur Beförderung der Auswanderung nach den südlichen Provinzen Brasiliens* (Sociedade de Promoção da Emigração para as Províncias do Sul do Brasil). Esta foi a primeira tentativa de elaborar um projeto de emigração com a participação dos mercadores e negociantes de Hamburgo. Apesar dos grandes esforços do gerente Karl Sieveking (1787-1847) e de Adolph Schramm, enviado para o Brasil, as negociações com o Príncipe de Joinville não tiveram sucesso e a sociedade se desfez em 1847. Após a revolução liberal alemã de 1848, o representante do Príncipe de Joinville, Léonce Aubé, voltou a entrar em contato com os antigos membros da sociedade. Desses, somente o senador e armador Christian Matthias Schröder (1778-1860) continuava interessado no negócio. Em 1849 foi fundada a Sociedade Colonizadora de Hamburgo (*Hamburger Kolonisationsverein*). De início com poucos interessados, mas da qual logo passaram a fazer parte acionários de agências de emigração e das companhias de navegação que tinham ligações comerciais com o Brasil como, por exemplo, a Knöhr & Burchard, a J. Berenberg Gossler & Cia., a Robert M. Sloman, a N. O. Bieber, a August Bolten e a J. C. Godeffroy.²⁴ Esta Sociedade Colonizadora foi a fundadora, em 1851, da colônia Dona Francisca nas terras pertencentes ao Príncipe de Joinville. O primeiro navio, o norueguês ‘Colón’, com 188 emigrantes alemães com destino a Dona Francisca foi fretado pela Sociedade.

²³ Até o ano de 1870, o número de emigrantes que partiam do porto Bremen era superior ao de Hamburgo. Durante todo o século XIX Bremen dominou o transporte de emigrantes alemães para os Estados Unidos sendo Hamburgo o porto alemão mais importante para a emigração para o Brasil.

²⁴ Sobre a fundação da Sociedade Colonizadora de Hamburgo ver K. Richter: A Fundadora de Joinville: Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo ..., p. 88.

Entre 1851 e 1855 foram feitas 17 viagens para Dona Francisca com 15 navios diferentes sendo que destes, somente 7 eram de armadores de Hamburgo e somente 1 pertencia a um dos membros da Sociedade Colonizadora (Christian M. Schröder). Os demais eram provenientes de Oldenburg, Suécia, Noruega, Inglaterra e Holanda mas que partiam, porém, do porto de Hamburgo.²⁵ Devido à concorrência, nos primeiros anos foram contratadas pequenas companhias de navegação para o transporte de colonos para que a Sociedade Colonizadora pudesse manter os baixos preços das passagens.²⁶ O corretor de navios (*Schiffsmakler*) Knöhr organizou, aproximadamente, 7 viagens de Hamburgo para Dona Francisca, August Bolte 5 e Robert Sloman 2. Cada uma dessas firmas possuía 10 ações da Sociedade Colonizadora. A partir de 1856, a companhia de Christian Schröder passou a ser responsável pela organização do transporte de colonos. Mas, como esta firma desde 1854 não empreendia mais regularmente viagens para o Brasil e nem possuía navios apropriados para este tipo de transporte, a mesma fez, então, um contrato com a companhia de Robert Sloman, a qual gozava de boa reputação como companhia e expedidora no comércio com os Estados Unidos. Sloman, por sua vez, fez um contrato com a firma de expedição Louis Knorr & Cia, de Hamburgo que deveria recrutar emigrantes para Dona Francisca e vender as passagens.²⁷ Louis Knorr tinha agentes em vários estados alemães como na Prússia, Holstein e Mecklenburg. Constatava no contrato com Sloman, que, até o ano de 1859, Knorr teria que arregimentar 2.500 emigrantes entre 5 e 45 anos. O mesmo número era também estipulado no contrato entre o governo bra-

²⁵ K. Richter: op. cit. p. 92.

²⁶ Em 1855 foi fundada a *Hamburg-Brasilianische Dampfschiffahrts-Gesellschaft* pelos armadores N. O. Biber, Hansing & Co., J. D. Hinsch & Co., Gebrüder Schiller & Co., D. F. Schmidt e a agência Knöhr & Burchard. O objetivo era aumentar e acelerar as relações comerciais e a navegação entre Hamburgo e o Brasil, incentivar a colonização do país e introduzir uma linha regular de navios a vapor entre os dois Estados. Sobre esta sociedade ver: Baasch: Beiträge zur Geschichte der Handelsbeziehung zwischen Hamburg und Amerika. Hamburg, L. Friederichsen & Cr., 1892; p. 236.

²⁷ Desde os anos 50 do século XIX a firma Knorr & Janssen, mais tarde Knorr & Holtermann, fazia propaanda para os navios a vapor da firma Sloman com destino aos Estados Unidos. Michael Just: Auswanderung und Schiffahrtsinteressen. Stuttgart, Franz Steine Verlag, 1992; p. 716

sileiro e a Sociedade de Colonização. Ficou estipulado que Knorr receberia dois terços da subvenção dada pelo governo brasileiro para o transporte de cada emigrante. Em 1861, Sloman passou esta incumbência para a Donati & Cia e Knorr retirou-se da transação.²⁸

Entre 1856 e 1859 foram realizadas mais quinze viagens para Dona Francisca, nas quais Sloman quase sempre utilizou navios de carga, entre eles, cinco estrangeiros. Em 1858 foram usados, pela primeira vez, dois navios da companhia de Sloman para duas viagens para o Brasil. A partir de 1860, porém, a companhia utilizava somente navios próprios. Entre 1856 e 1875, Sloman organizou e empreendeu, ao todo, oitenta viagens para o sul do Brasil nas quais foram transportados 13.819 emigrantes.²⁹ Para que os preços da passagem pudessem ser mantidos baixos, foram utilizados, ainda durante os anos 1850, veleiros em lugar de navios a vapor, fazendo com que a viagem entre Hamburgo e Dona Francisca durasse dois meses ao de um. Em outubro de 1871 foi fundada a *Hamburg-Südamerikanische Dampfschiffahrts-Gesellschaft* que acabou obtendo o monopólio da rota entre Hamburgo e Brasil. Em 1876 a Sociedade de Colonização fechou um contrato com esta companhia de navegação e, graças ao aumento da subvenção oferecida pelo governo brasileiro, que passara de 26 táleres a 50 táleres para cada passageiro adulto, este fato não acarretou o aumento dos preços das passagens para os emigrantes da entrecoberta.³⁰

Durante os anos que Louis Knorr & Cia. manteve seu contrato com a companhia de navegação Sloman para arremeter emigrantes para a colônia Dona Francisca, o expedidor publicou vários folhetos - de uma, ou no máximo, duas páginas - fornecendo informações precisas sobre o transporte para as colônias do sul do Brasil. Os folhetos eram impressos pelos expedidores e

²⁸ RICHTER: A fundadora de Joinville... p. 92.

²⁹ Em 1858 foram transportados 3.369 emigrantes alemães de Hamburgo para o Brasil em 26 navios. Este foi o maior número anual de emigrantes saídos do porto de Hamburgo com destino ao Brasil. Moltmann, Bodo: *Geschichte der deutschen Handelsschiffahrt*. Bearbeitet von Walter Kresse. Hamburg, Hanseatischer Merkur, 1981; p. 117.

³⁰ RICHTER: A Fundadora de Joinville ..., pg. 94. Sobre a 'Hamburg-Südamerikanische Dampfschiffahrts-Gesellschaft' ver Baasch: *Beiträge zur Geschichte der Handelsbeziehungen zu Hamburg*.... p. 239.

distribuídos por seus agentes no interior dos Estados Alemães. Eram compostos de uma, no máximo três páginas, em papel de cor azul ou amarelo claro. O conteúdo era uma mistura de informações específicas, de conselhos práticos e de propaganda feita tanto pelo expedidor quanto pelas colônias através dos escritos de seus administradores e fundadores como a Sociedade de Colonização de Hamburgo fundadora e administradora da colônia Dona Francisca, Hermann Blumenau, fundador e administrador da colônia Blumenau e Jacob Rheingantz fundador e administrador de São Lourenço. Praticamente temos os mesmos textos descritivos sobre uma colônia em vários prospectos de diversos expedidores. É o caso da descrição da colônia Blumenau que se encontra no folheto de Lobedanz de 1868 e repetida tanto no de Louis Knorr de 1872 quanto no de Weselmann & Comp. de 1867. Os agentes recebiam estes folhetos, os quais deveriam distribuir e/ou fixar em lugares de muita circulação. Outros expedidores concessionários também publicaram este tipo de folhetos: R. O. Lobedanz, de Hamburgo, procurador do proprietário da colônia São Lourenço, Jacob Rheingantz, e da Firma Caetano Pinto & Irmão, ou o expedidor Dieseldorff & Co., também de Hamburgo, o qual trabalhava para a companhia de navegação John. Ces. Godeffroy & Sohn que, além de fazer transporte para o Brasil realizava viagens para os Estados Unidos, Austrália, Chile e África do Sul.³¹ Esses folhetos desempenhavam um papel importantíssimo no processo emigratório. Num texto curto e condensado, transmitiam-se informações relativamente atualizadas sobre as colônias, sobre o preço da viagem e, o que era essencial, sobre o que os colonos deveriam e poderiam levar para o Brasil. Não podemos nos esquecer de que, o Brasil era, no século XIX, um país praticamente desconhecido para a maioria dos alemães e as notícias sobre ele eram raras e de difícil acesso. Além disso, as informações necessárias aos emigrantes eram bem diversas das fornecidas nos relatos dos viajantes que percorreram o país naquela época.

³¹ Inúmeros desses folhetos se encontram no Arquivo de Hamburgo sob as seguintes referências: 111-1 Senat. Ci. VII, Lit. K e Nr. 9z. Vol. 16a; 373-7 I. Auswanderungsamt I, VII 2. Band 20.

O folheto de Louis Knorr & Co., publicado em 1858, é um bom exemplo desse tipo de propaganda feita pelos expedidores a partir de meados do século XIX. Apesar de simples, este já constitui um modelo que poderá ser observado nos folhetos mais elaborados dos anos 70.³²

Em letras garrafais, no cabeçalho deste folheto de uma única página, lê-se o nome da colônia Dona Francisca acompanhado da informação de que se trata de uma colônia alemã. Logo em seguida, constam os dias de partida: todo dia 20 dos meses, entre março a outubro. O nome do expedidor concessionário - Louis Knorr & Comp.- e o endereço da firma logo abaixo. Este último detalhe do folheto - o fato de citar-se o expedidor 'concessionário', ou seja, licenciado - era de suma importância, pois indicava que a firma estava dentro das normas exigidas pela cidade hanseática de Hamburgo e que não se tratava de trapaceiros. Segue uma curta descrição da colônia Dona Francisca:

Esta colônia em plena florescência, localiza-se diretamente no porto de desembarque, em região saudável e é recomendável sua colonização, principalmente, aos trabalhadores agrícolas, visto que se pode obter boa terra por preços muito módicos; o solo é extraordinariamente opulento e fértil e trabalhadores habilidosos podem contar com lucro certo e bom rendimento.

Em poucas palavras, é transmitida uma imagem muito positiva da colônia Dona Francisca e são esclarecidas algumas questões capitais para os emigrantes como a localização da colônia, a proximidade do porto. Fator importante este, pois, além de facilitar a viagem, diminuíam-se os custos, já que não havia despesa com viagem terrestre. Por outro lado facilitar-se-ia também, no futuro, a comercialização dos produtos dos colonos. Como comentava-se na Alemanha que os colonos sofriam muito com o clima do Brasil (subentendido aí o tropical), a informação de que a colônia se localizava numa região saudável, tranquilizava os leitores. Tanto a Sociedade Colonizadora de Hamburgo quanto o governo brasileiro davam total preferência aos trabalhadores agrícolas e a colônia Dona Francisca foi fundada

³² Staatsarchiv Hamburg, Auswanderungsamt I, II A V 3 Beiheft.

com o intuito de atrair os camponeses alemães empobrecidos. A qualidade do solo e o seu preço acessível eram condições indispensáveis para um emigrante camponês. Este só abandonaria a sua região se tivesse a certeza de obter terra e, conseqüentemente, uma vida melhor alhures. "Lucro certo" e "bom rendimento" eram garantias que ninguém podia dar a um emigrante mas, como se tratava de um folheto de propaganda, este deveria ir ao encontro do grande desejo do público alvo.

No segundo parágrafo é mencionado, diretamente, a Sociedade Colonizadora que garantia e confirmava a concessão à firma Knorr para arregimentar e se responsabilizar pelo transporte dos emigrantes. Para os interessados, quem dava garantia e segurança necessária era uma instituição alemã - a Sociedade - e não o expedidor e muito menos o governo brasileiro, o qual não gozava de boa fama junto a opinião pública alemã. Em seguida são expostos os preços das passagens da entrecoberta (*Zwischendeck*) conforme a idade e ressaltadas a boa qualidade e abundância da alimentação. Como podemos observar, os preços eram dados conforme a idade e a profissão do passageiro:

- para agricultores abaixo de 45 anos: ...45 táleres prussianos.
- para artesãos etc. abaixo de 45 anos: ...50 táleres prussianos.
- para pessoas acima de 45 anos:60 táleres prussianos.
- para crianças de 1 a 10 anos:25 táleres prussianos.

Abaixo desta tabela consta uma explicação para os emigrantes agricultores entre 10 e 45 anos. Se estes desejassem um adiantamento sobre o preço da passagem, este lhes seria concedido sob as custas de um pequeno reajuste. É explicado, então, qual seria esta quantia: se o interessado pagasse, por exemplo, 30 táleres prussianos, o preço montaria a 60 táleres e ele ficaria devendo, como adiantamento, 30 táleres; se fosse adiantado 35 táleres, o preço seria de 55 táleres restando, em dívida 20 táleres; se fosse pago 45 táleres o preço permaneceria 45 táleres não implicando assim em dívida. Crianças abaixo de 12 meses não pagavam. Em negrito, se encontra ressaltado, que o último preço citado era válido somente para agricultores saudá-

veis e habilidosos, abaixo de 45 anos e com boa reputação. Para os demais profissionais, abaixo de 45 anos, o preço era o da tabela (50 táleres) e para os que tivessem mais de 45, não importando a profissão, 60 táleres. O pagamento deveria ser efetuado antes da partida do navio.

Não havia distinção de idade ou de profissão nos preços das passagens do camarote de primeira, das quais o folheto também informa. Compreensível, já que a massa de emigrantes não tinha poder aquisitivo para viajar de camarote nem o governo brasileiro oferecia, neste caso, subvenção. Para este tipo de viagem eram oferecidos somente duas opções: adultos (125 táleres prussianos) e crianças entre 1 e 10 anos (65 táleres prussianos).

Sobre o montante da dívida contraída pelo emigrante, constava no folheto que este teria que assinar o título da dívida em Hamburgo ficando obrigado a pagá-la na colônia, dentro de 3 anos, com juros de 5%. Entretanto, a hipoteca caía sobre a futura propriedade fundiária do colono. Devido às críticas cada vez mais intensas da imprensa alemã, contra o sistema de parceria empregado nas fazendas de café do Rio de Janeiro e de São Paulo e à fama do brasileiro retratado como um 'caçador de almas' (*Menschenjäger*) que escravizava por dívidas os colonos alemães, era esclarecido o seguinte:

Em troca do adiantamento efetuado não será exigido nenhum tipo de serviço ou obrigação. Ao chegar na colônia, cada um é senhor livre do seu tempo e de sua força de trabalho podendo aceitar trabalho ou obter terra a crédito como e onde lhe pareça mais vantajoso e só terá que, dos seus ganhos, restituir em três anos o restante da dívida da passagem não sendo obrigado, como em outros semelhantes empreendimentos, a trabalhar à força sua dívida

A idade dos futuros passageiros deveria ser comprovada através da certidão de nascimento e, não sendo esta comprovada, a pessoa deveria pagar o preço inteiro da passagem. Era ainda esclarecido no folheto que, quem desejasse assegurar a sua travessia deveria enviar ao expedidor ou dar a um dos seus

agentes um sinal de 10 táleres prussianos. Em troca deste, o contrato seria registrado e, ao mesmo tempo, emitida uma comunicação com a data da partida. O passageiro deveria apresentar-se no escritório do expedidor dois dias antes da data da partida do navio sob pena de perder o sinal já pago.

Além disso, consta no folheto o regulamento quanto à quantidade de bagagem permitida por pessoa e uma lista do que o emigrante deveria levar consigo para a colônia (roupa de cama, vestimenta, roupa branca de linho, panelas de ferro assim como ferramentas agrícolas tais como machado, enxada, sabre, pá, etc). Durante oito dias (após a sua chegada) a direção da colônia concederia aos imigrantes desprovidos de meios, hospedagem e alimentação gratuitamente assim como um trabalho remunerado. Finalizando o prospecto, explicita-se que maiores informações poderiam ser solicitadas oralmente ou por escrito, em procedimento isento de porte. O folheto é datado e assinado: Hamburgo, 2 de janeiro de 1858, Louis Knorr & Cia.

Podemos observar num outro folheto de 1872, também publicado pela firma de Louis Knorr e escrito nos mesmos moldes do de 1858, o mesmo tipo de propaganda de viagens para a mesma colônia Dona Francisca. Neste folheto de 1872 há algumas modificações feitas por parte da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, como, por exemplo, um maior controle das vantagens oferecidas para os colonos, a idade dos emigrantes assim como estado civil das mulheres. Como mencionamos acima, em 1861, a companhia de navegação Robert Sloman passou o encargo de arrematar colonos à firma Donati. O folheto de 1872 demonstra que Louis Knorr continuou ligado à Sociedade Colonizadora organizando as viagens para Dona Francisca.

Era um folheto mais completo e elaborado, não só porque a colônia, 14 anos mais tarde, já havia crescido e se desenvolvido, mas também devido as mudanças legais ocorridas em Hamburgo. O texto da descrição da colônia Dona Francisca era praticamente idêntico ao de 1858 mas acrescentava o número de habitantes naquele ano - 6.000 - e especificava que a direção da Sociedade Colonizadora de 1849 garantia abrigo a todos os passageiros da entrecoberta nos primeiros dias após a chegada e

tratamento médico em caso de doença durante o primeiro ano. Constava ainda, o preço da terra não cultivada e uma explicação de que era possível comprar lotes de antigos colonos, cujo preço dependeria do estado da plantação e das possibilidades de cultivo. A possibilidade de adquirir terras já cultivadas demonstra a mobilidade existente entre os colonos. J. J. von Tschudi, ao visitar em 1860 esta colônia, escreveu em seu relato que dos 8.000 colonos que se estabeleceram em Dona Francisca, somente um terço continuava morando na região dez anos mais tarde (1870).³³ Como no folheto de 1858, fica esclarecido que seriam aceitos somente camponeses honestos e capazes e um número limitado de artesãos com ou sem família. Não seriam admitidas pessoas com deficiência física ou impossibilitadas para o trabalho. Segundo o folheto de 1872, seria dado também aos artesãos um abatimento no preço da passagem. Outras modificações deste folheto em relação ao de 1858 podem ser mencionadas: a não aceitação pela Sociedade de Colonização de pessoas acima de 50 anos, de mulheres solteiras com ou sem filhos ou casadas desacompanhadas dos respectivos maridos ou viúvas com filhos - a não ser que entre esses, houvesse um filho homem com idade acima de 20 anos. Estas modificações deixam claro os interesses econômicos da Sociedade. Tratava-se de um empreendimento que deveria dar lucro aos associados e algum retorno ao governo brasileiro que subvencionava as passagens. A idéia de que uma mulher sozinha não teria condições de cultivar um pedaço de terra era a justificativa usada para a não aceitação destas desacompanhadas de um homem adulto (idéia essa corrente nos guias destinados aos emigrantes escritos durante o século XIX).³⁴ O desejável, segundo a opinião da época, era que famílias inteiras emigrassem, pois assim todos trabalhariam juntos desenvolvendo uma economia familiar. Também havia o pre-

³³ J. J. von Tschudi: *Reisen nach Süd-Amerika* (1866-1869). Unveränderter Neudruck: Stuttgart, Brockhaus, 1971. B. 3; p. 362.

³⁴ KOSERITZ, C., Dörffel und Sellin: *Rathschläge für Auswanderer nach Südbrasilien*. Berlin, Allgemeine Verlags-Agentur, 1885. Sobre a emigração de mulheres e crianças ver: Fey: *Die Entwicklung des Auswanderungswesens und Auswanderungsrechtes im Großherzogtum Hessen*; in: Philippovich: *Auswanderung und Auswanderungspolitik in Deutschland*. Leipzig, Verlag von Duncker & Humblot, 1892.

conceito de que, mulheres desacompanhadas de um homem adulto eram, na sua maioria, prostitutas.³⁵

Sob a condição de que o preço da passagem não ultrapassasse 45 táleres prussianos, o governo brasileiro assinou um contrato em 1859 com a Sociedade Colonizadora, no qual o primeiro se comprometia a pagar a esta 50.000 réis para cada passageiro adulto entre 10 e 45 anos e 30.000 reis para cada criança entre 5 e 10 anos que fosse transportada para Dona Francisca. Isto fez com que, a partir de 1862, a passagem para um adulto custasse 30 táleres prussianos. Em 1871, através do seu consulado em Hamburgo, o governo brasileiro passou a dar uma subvenção que igualava a diferença do preço da passagem para o Brasil com o daquela para os dos Estados Unidos.³⁶ Devido às subvenções oferecidas pelo governo brasileiro, os preços das passagens no folheto de 1872 eram consideravelmente mais baixos do que no de 1858: para passageiros acima de 10 anos, 15 táleres; para cada criança entre 1 e 10 anos, 7,5 táleres; abaixo de 1 ano era livre.

Louis Knorr publicou vários outros folhetos para emigrantes anunciando transportes, não só para a colônia Dona Francisca mas também para as colônias Blumenau, Itajahy e Príncipe Dom Pedro. Outras firmas expedidoras de emigrantes também se utilizaram desses folhetos para anunciar os seus serviços e a concorrência era grande. A firma do expedidor R. O. Lobedanz de Hamburgo, e representante do proprietário da colônia São Lourenço no Rio Grande do Sul usou esse mesmo recurso nos anos 60, incluindo sempre em seus informativos a descrição das colônias. Havia também outros que anunciavam, viagens para vários países (Port-Adelaide, Melbourne, Sidney na Austrália, Puerto Monnt, Valdivia e Valparaiso no Chile, São Francisco na Califórnia) e para o sul do Brasil. Nestes casos, não havia descrição das colônias.

Como os folhetos davam informações precisas e práticas sobre vários assuntos, não deixavam transparecer de imediato o seu caráter propagandístico. As descrições das colônias

³⁵ TSCHUDI: op. cit., vol. 2, p. 341

³⁶ RICHTER: op.cit, p. 97.

eram curtas e positivas, mas sem exageros, caso contrário, perderiam a sua credibilidade e, com isso, os passageiros. Esses folhetos eram vistos como informação oficial, pois, por lei, só os expedidores concessionários poderiam transportar emigrantes. Mas não ficava claro de qual governo ou autoridade partiam as exigências contidas nesses impressos. Já citamos o caso da não aceitação de mulheres desacompanhada de um homem maior de 20 anos. Também a existência constante de um cardápio semanal oferecido aos passageiros da entrecoberta, uma exigência que poderia ser atribuída tanto à companhia de navegação (o que devia dar muito boa impressão aos colonos) quanto ao “*Verordnung in Betreff des Auswandererwesens*” (Decreto relativo à Emigração) de 1849.

Através desses folhetos podemos reconstruir um dos elos da organização do processo emigratório que atingiu proporções enormes na Alemanha, durante o século XIX, e assim entender como um simples camponês do interior tinha condições de emigrar para regiões distantes e praticamente desconhecidas como era o caso do sul do Brasil para citar um dos exemplos. Apesar de terem um conteúdo simples e resumido, eram esses impressos que davam conselhos práticos aos interessados e construíam, através das suas descrições sucintas das colônias, uma imagem dessas para os seus futuros moradores: a imagem do ‘Brasil alemão’ para os alemães.

O Oeste de Santa Catarina: a renegociação das fronteiras étnicas

Eunice Sueli Nodari

Professora do Departamento de História
Universidade Federal de Santa Catarina

Alexandre Sardá Vieira

Mestre em História

Resumo

O artigo discute como os principais grupos étnicos responsáveis pela construção do Oeste de Santa Catarina criaram e adaptaram a sua vida sócio-cultural. Era no cotidiano da família, da escola e da igreja, assim como nas festas religiosas e laicas, que a etnicidade era construída e renegociada através da incorporação, adaptação e ampliação de suas práticas sócio-culturais.

Palavras-chave: etnicidade – práticas sócio-culturais – descendentes de alemães – descendentes de italianos – cotidiano

Abstract:

This article discusses how the main ethnic groups, which were responsible for the construction of the West of the State of Santa Catarina, created their social and cultural life. It was in the daily life of the family, the school and the church, as well as at the secular and religious commemoration activities, that their ethnicity was constructed and renegotiated through the incorporation, adaptation and amplification of their social and cultural practices.

Keywords: Ethnicity – social and cultural practices – German descendants – Italian descendants – daily life

Neste artigo discutiremos como as etnias alemã, italiana e cabocla¹, co-responsáveis² pela construção do Oeste de San-

¹ O caboclo do Oeste é o resultado da miscigenação do índio com o luso-brasileiro.

² Não estamos menosprezando a importância de outros grupos como, por exemplo, os grupos indígenas que, de fato, foram os primeiros habitantes da região e que ainda devido à falta de dados não foram suficientemente estudados. Entretanto, no período estudado, eles já eram grupos minoritários e localizados em lugares determinados (tol-dos), interferindo muito pouco no espaço ocupado pelas colonizadoras, exceção de alguns conflitos com os madeireiros que invadiam as suas terras. Temos ainda a elite de origem portuguesa que influenciou de maneira significativa na construção da sociedade.

ta Catarina³ se afirmaram e criaram a sua vida sócio-cultural, na primeira metade do século XX. Esses grupos étnicos tinham momentos de convívios através das festas, da vida comunitária, da escola e do trabalho e, apresentavam, apesar de divergências, segundo Arlene Renk, “afinidades construídas contrastivamente aos brasileiros. Não obstante diferenças internas entre alemães e italianos, ambos têm *origem*,”⁴ isto é, são descendentes de imigrantes europeus e partilham de virtudes étnicas, que os distinguem dos outros.”⁵ A noção de “fronteira étnica” (*ethnic boundary*), elaborada por Fredrik Barth, em 1969, ainda marcante no meio acadêmico, mostra que para a noção de grupo étnico ter um sentido, “é preciso que os atores possam se dar conta das fronteiras que marcam o sistema social ao qual acham que pertencem e para além dos quais eles identificam outros atores implicados em um outro sistema social.”⁶ A mobilização das identidades étnicas, ainda segundo Barth, só acontece com referência a uma alteridade, e a etnicidade implica a organização de agrupamentos dicotômicos Nós/Eles. “Ela não pode ser concebida senão na fronteira do “Nós”, em contato ou confrontação, ou por contraste com Eles.”⁷ Este contato e/ou confronto no Oeste de Santa Catarina tinha de um lado, quase sempre como aliados, os teutos e itálos e, de outro, os caboclos. O principal confronto era o choque de duas formas de vida diferentes entre si, em que o caboclo confrontava o novo introduzido pelos migrantes. E, mais tarde, por própria indução do governo, o enaltecimento do “Outro”, o caboclo, em oposição ao “Nós”, teutos e itálos que passavam de heróis para vilões durante o período da

³ Entendemos como Oeste os municípios de Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba, criados após a solução da Questão do Contestado.

⁴ O traço característico da etnicidade constitui-se na crença da (e não o fato da) origem comum. POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 162.

⁵ RENK, Arlene. **A reprodução social camponesa e suas representações. O caso de Palmitos-SC.** Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado em Antropologia) Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 94.

⁶ POUTIGNAT, p. 152.

⁷ *Ibid.*, p. 152-153.

nacionalização. É evidente que as fronteiras étnicas, de acordo com os momentos históricos, podem manter-se, apagar-se, reforçar-se, ou mesmo desaparecer.

A historiografia brasileira em relação às correntes imigratórias alemãs e italianas e, a conseqüente fixação desses imigrantes em solo brasileiro, discute entre outros temas, o da etnicidade, tendo como principal eixo o processo de assimilação ou aculturação, ou não, dos estrangeiros dentro do corpo político e da estrutura social do país.⁸

Os autores⁹ que utilizam esta abordagem como fio condutor de suas pesquisas, atribuíram a fixação dos imigrantes, principalmente alemães e italianos, em áreas distantes dos centros urbanos, de difícil acesso e o abandono por parte do poder público estadual e federal, como responsáveis pela formação de “quistos étnicos”. E, ainda, segue esta linha de pensamento, que a “assimilação”, desses grupos, em muitos casos, foi “forçada” com sucesso pelo governo com seus ideais nacionalistas, que varreram o país a partir da I Guerra Mundial e, com maior ênfase, durante o Estado Novo entre 1937 e 1945.

Atualmente historiadores e antropólogos têm se interessado, gradativamente, no estudo dos processos de mudanças

⁸Na história norte-americana a teoria de maior expressão, até o início década de 1970, era a da incorporação dos estrangeiros dentro do corpo político e da estrutura social do país. Várias teorias que previram este resultado, isto é, a conformidade anglo-americana e o *melting pot*, modelaram as hipóteses básicas de várias gerações de historiadores e cientistas sociais. Para maiores detalhes VER: KAZAL, Russell A. “Review article: Revisiting Assimilation: the rise, fall and reprisal of a concept in American Ethnic History” In: **American Historical Review**, vol. 100, n. 2, abril 1995, p. 437-471.

⁹ Entre os autores que discutem a imigração alemã e que postulam este tipo de discussão devem ser citadas em primeiro lugar as obras de WILLEMS, Emilio. **Assimilação e populações marginais no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1940 e **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1946, que servem até hoje, para muitos historiadores como um dos principais referenciais. Não negando a seriedade das pesquisas feitas pelo autor, devemos, todavia, levar em conta o período no qual estas obras foram elaboradas e publicadas. Grande parte dos textos que tem como organizador MÜLLER, Telmo Lauro, **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994, assim como outras obras do referido organizador, também se encaixam nesta perspectiva. Entre os autores sobre imigração italiana no Rio Grande do Sul podemos citar as obras de COSTA, Rovilio. **Imigração Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1976; BONI, Luís A. de.; COSTA, Rovilio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 2. Edição. Porto Alegre: EST: Vozes, Caxias do Sul: Ed. UCS, 1982.

sociais e culturais que se, por um lado, fizeram com que os imigrantes deixassem de ser "estrangeiros", de outro, não os transformaram naquele ideal de brasileiro desejado, especialmente durante o Estado Novo, pelas elites intelectuais e pelo governo. Podemos afirmar, quem sabe, que se tornaram brasileiros "étnicos,"¹⁰ deixando para segundo plano a idéia de uma assimilação completa, apesar de manterem e renegociarem as suas tradições, eles não negavam a cidadania brasileira.¹¹ Os imigrantes alemães e italianos, em sua maioria, vinham para o Brasil com a idéia de permanecerem, de se estabelecerem em uma nova pátria. Essa forma de integração na nova sociedade, pondera Giralda Seyferth,

encontra sua expressão mais acabada na idéia de Heimat¹² dos teuto brasileiros. Etimologicamente esta palavra deriva de Heim (lar) e, no seu significado mais restrito, a pátria de um indivíduo é o seu lar. Não tem equivalente preciso em português, mas a tradução mais aproximada é pátria, uma pátria que tem um significado étnico e restrito porque não se refere ao país do qual um indivíduo é cidadão, mas à sua comunidade, o lugar onde nasceu. Enfim, a Heimat pode ser construída em qualquer lugar. Segundo essa ideologia, assim fizeram os imigrantes alemães no Brasil, mantendo a sua solidariedade étnica. Uma pátria que é, ao mesmo tempo, alemã e brasileira.¹³

Esse processo de pertencimento gerou uma dupla lealdade a uma pátria que "étnica e culturalmente é teuta, mas é brasileira, porque não só está situada dentro do Brasil como seus

¹⁰ Os autores americanos CONZEN, Ketheleen Nehls; GERBER, David A.; MORAWSKA, Eva; et al. *Forum - The Invention of Ethnicity: A Perspective from the U.S.A.* In: **Journal of American History**, Fall 1992, na página 3, utilizam esta definição que os imigrantes se tornaram, na verdade, americanos étnicos de um tipo ou outro.

¹¹ A idéia de uma "dupla lealdade" também é defendida em SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990, p. 86-87. A questão da cidadania para os grupos de imigrantes se fundamenta na questão do trabalho associada à opção de permanecer no país. p. 86.

¹² SEYFERTH, p. 86.

¹³ *Ibid.*, p. 86.

membros estão integrados econômica, social e politicamente ao Estado brasileiro.”¹⁴

O Oeste¹⁵ de Santa Catarina não ficou alheio a este processo, o que nos leva a argumentar que novas identidades foram criadas e as existentes exigiam uma renegociação contínua, fazendo com que outras redefinições sobre o que é ser brasileiro surgissem. Para testar os pressupostos teórico-metodológicos frente à nossa pesquisa em Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba¹⁶, é importante discutirmos, inicialmente, as diferentes análises disponíveis sobre etnicidade.

A etnicidade – ou seja, pertencer e ser reconhecido pelos outros como pertencente a um grupo étnico - transformou-se, gradativamente, em um conceito chave na análise do processo de adaptação dos imigrantes e de seus descendentes.

A revisão bibliográfica feita por pesquisadores norte-americanos no artigo *Forum - The Invention of Ethnicity: a perspective from the U.S.A.*¹⁷ e também a obra de Philippe Poutignat,¹⁸ apontam três teorias sobre etnicidade que têm dominado a discussão nas últimas décadas.

A primeira delas está associada ao nome de Clifford Geertz, que em seus estudos realizados na década de 1960¹⁹ e seguintes, enfatizou a etnicidade como “caráter primordial” à sua

¹⁴ SEYFERTH, p. 86.

¹⁵ Para ilustrar como ocorria esta “dupla lealdade” podemos citar um fato que ocorreu na ocasião da visita de Adolfo Konder a Mondai e outras colônias, no olhar de Othon D’Eça: “De todas as casas drapejam bandeiras nacionais, ondulam flâmulas com as velhas cores alemãs.” D’EÇA, Othon. **...Aos espanhóis confinantes**. Ed. do Centenário. Florianópolis: FCC: Fundação Banco do Brasil: Editora da UFSC, 1992. p. 50. Num primeiro olhar podemos achar que era somente para agradar aos visitantes, mas olhando mais detalhadamente podemos dizer que era assim que eles se identificavam.

¹⁶ Usaremos sempre esta forma para não confundir os leitores, pois é dentro do período em estudo, mais especificamente em 1943, que o município e a cidade sede passam a chamar-se de Joaçaba.

¹⁷ CONZEN, Katheleen Nehls; GERBER, David A.; MORAWSKA, Eva; et al. *Forum - The Invention of Ethnicity: A Perspective from the U.S.A.* In: **Journal of American History**, Fall 1992.

¹⁸ POUTIGNAT, op. cit.

¹⁹ OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Eds.) **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, p. 284.

origem na "identidade básica do grupo" de seres humanos.²⁰ As pessoas têm uma necessidade essencial de "pertencer", o que é satisfeito por grupos baseados na ancestralidade e nos traços culturais em comum.²¹

A segunda teoria, elaborada em 1969, por Fredrik Barth,²² a qual já nos referimos, contesta a etnicidade primordial, substituindo uma concepção estática da identidade étnica por uma dinâmica. A identidade étnica como qualquer outra identidade coletiva é, segundo a teoria de Barth, resumida por Jean-William Lapierre, "construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que os integram ou não."²³ A etnicidade, vista desta forma, não pode ser considerada como imutável, transmitida da mesma forma de geração em geração para a história do grupo, ela provoca, isto sim, "ações e reações entre esse grupo e os outros em uma organização social que não cessa de evoluir."²⁴

A terceira teoria de etnicidade, inicialmente proposta por Nathan Glazer e Daniel Moynihan, no começo da década de 1970, retira a ênfase do componente cultural e define os grupos étnicos como grupos de interesse. De acordo com este argumento, a etnicidade serve como meio de mobilização de uma determinada população para questões relacionadas a sua posição sócio-econômica na sociedade como um todo. Devido à distribuição

²⁰ OUTHWAITE, p. 284.

²¹ Para alguns pesquisadores, como Michael Novak, esta etnicidade primordial continuou a influenciar fortemente os descendentes de imigrantes entrando mesmo na terceira e quarta gerações. Outros, entre eles o sociólogo Herbert Gaans descartaram os vestígios das culturas dos imigrantes como "eticidade simbólica" destinadas a desvanecer-se ante as irresistíveis forças da assimilação. CONZEN, Katheleen Nehls; GERBER, David A.; MORAWSKA, Eva; et al., p. 4.

²² A obra mais conhecida do autor é BARTH, F. **Ethnic groups and boundaries: the social organization of cultural difference**. Bergen, Oslo: Universitetsforlaget, 1969. Recentemente foi traduzido para o português a introdução da obra coletiva e publicado como parte da obra de POUTIGNAT, op. cit.

²³ LAPIERRE, Jean William. "Prefácio". In: POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 11.

²⁴ LAPIERRE, p. 11.

desigual de poder, prestígio, e riqueza entre os grupos constituintes de sociedades poli-étnicas e a resultante competição pelo bens escassos, as pessoas, podem se organizar mais efetivamente em princípios étnicos do que em classes sociais. Enquanto a “etnicidade primordial” proposta por Geertz e seus seguidores gera a sua própria dinâmica e é um fim em si mesma, a “etnicidade - grupo de interesse” é instrumental e circunstancial.²⁵

Finalmente, a concepção formulada, no início dos anos 90, por um grupo de estudiosos, entre eles Katheleen N. Conzen e Rudolph J. Vecoli, defendem a teoria proposta, inicialmente, por Werner Sollors da “invenção da etnicidade.”²⁶ A etnicidade, no entender desse grupo de pesquisadores, seria “um processo de construção ou invenção que incorpora, adapta e amplia as solidariedades comunitárias, características culturais e memórias históricas preexistentes. Ou seja, ela é fundamentada no contexto da vida real e da experiência social.”²⁷ Nós concordamos com esta definição de etnicidade e é nela que apoiaremos inúmeras das nossas análises feitas no decorrer deste trabalho.

Ainda, de acordo com esses autores, a reconstrução dos grupos étnicos ocorre constantemente e a etnicidade está sendo (re)inventada, continuamente, em reação às realidades que se apresentam e se modificam tanto dentro do próprio grupo como na sociedade anfitriã. Os limites dos grupos étnicos, por exemplo, precisam ser repetidamente negociados, e os símbolos ou tradições étnicas precisam ser repetidamente reinterpretados. O conceito de invenção permite o aparecimento, a metamorfose, o desaparecimento e o reaparecimento das etnicidades.²⁸ E o fato de que uma “identidade étnica seja sempre de um modo criada ou inventada, não implica por isso que seja inautêntica ou que os

²⁵ CONZEN, Katheleen Nehls; GERBER, David A.; MORAWSKA, Eva; et al., p. 4.

²⁶ SOLLORS, Werner (ed.). **The invention of ethnicity**. New York: Oxford University Press, 1989, p. xiii. O autor vê a etnicidade como uma construção cultural efetuada durante um período histórico. No que o grupo de CONZEN se baseia, mas discorda sobre a idéia de ser algo que ocorra em determinado período e, sim em permanente construção.

²⁷ CONZEN, et al., p.4.

²⁸ *Ibid*, p. 5.

autores que a reivindicam possam ser taxados de má-fé.”²⁹

O período, ora em estudo, no oeste catarinense, ilustra o processo no qual acredita-se terem ocorrido esses períodos de florescimento e decadência, de continuidades e inovações, por fases de saliência e aquiescência na história de grupos étnicos específicos. A história citada a seguir, contada ao jornalista por Eleuterio Lemes, ou quem sabe inventada, ilustra como as diferenças étnicas são salientadas pelos formadores da opinião e como são vistos os convívios e confrontos das três etnias que são as principais responsáveis pelo povoamento e colonização da região:

[...] Entre as inúmeras penetrações nas matas, quase sempre orientadas por um encarregado de mostrar as qualidades das terras, aconteceu, certa ocasião, ter sido feita pelo próprio chefe da colonização[...]. Por uma coincidência natural, os três interessados representavam, cada um, uma nacionalidade diferente: o Fritz, alemão, natural dos arredores de Berlim, viera aos cinco anos de idade para o Brasil; o Bépe descendente de pais italianos; e nhô João, um tipo forte do nosso sertanejo. Depois de uma longa caminhada[...], estacionaram num alto, onde se descortinava um belo panorama. Aquele terreno pedregoso, onde pararam, agradou a Fritz, pois se prestava admiravelmente ao plantio de fumo, cultura que lhe era predileta e, por isso declarou, carregando nos erres: “Este terra bom, me agrada.” Por sua vez o representante da raça italiana escolhera a encosta, por se adaptar à cultura da parreira, plantaçao preferida pelos colonos desta origem. Como ainda faltasse o caboclo[...], o Cel. Bertaso, chefe da empresa lhe pergunta: - Então, nhô João, não encontrou um lugar que lhe agrade? Nhô João, que pensativo, com a mão direita apoiando o queixo, olhando aquele terreno plano da baixada respondeu:

- “Aquele chatão lá im baxo piriga eu cumprá.” E conclui: “Mode que dá treis quadra de raia para se corrê uas carreirinha!”³⁰

²⁹ POUTIGNAT, p. 165.

³⁰ PARANÁ, A. A escolha. *A Voz de Chapecó*, 16/07/1939, n.11, p.2.

Difícilmente essa situação ocorreu de fato, pois além de os caboclos terem sido excluídos da compra de terras, com raras exceções, não havia interesse por parte dos proprietários das companhias colonizadoras em vender-lhe os lotes, pois a presença deles, poderia inibir a vinda de novos migrantes. No entanto, a história serve para ilustrar, não somente as diferenças culturais que existiam entre estes três grupos, como também a exploração do discurso do culto ao trabalho³¹ em oposição à indolência do caboclo.³²

A criação de uma comunidade étnica alemã e italiana e a sua manutenção tinha como aspectos referenciais a família,³³ a igreja³⁴ e a escola³⁵ (no caso dos teutos poderia ser acrescentada

³¹ Isto é confirmado pela historiografia regional que enaltece a imagem do imigrante mostrando que o Rio Grande do Sul e Santa Catarina progrediram graças aos esforços dos mesmos. Visitantes ao Oeste de Santa Catarina a comitiva do Presidente do Estado de Santa Catarina salientam a importância da presença desses colonos para o desenvolvimento da região: "Passarinhos, como Palmitos, como São Carlos, são colmeias ativas, onde uma gente próspera e sadia vai construindo o seu favo de ouro." D'ÊÇA, p. 34.

³² A indolência do caboclo na região faz parte da obra de BREVES, Wenceslau de Souza. "O Chapecó que eu conheci." In **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis, 3ª fase, n. 6, 1985.

³³ Carol K. Coburn cita a etnicidade, a religião e relações de gênero como moldadoras do nosso passado, providenciando riqueza e textura às experiências individuais e grupais. Esta experiência cria identidades e comunidades que por sua vez educam os jovens e garantem a transmissão dos valores, crenças e cultura através das gerações. COBURN, Carol K. "Ethnicity, religion and gender: the women of Block, Kansas, 1868-1940". In: LUEBKE, Frederick. (Ed.) **European immigrants in the American West: community histories**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1998. p. 130.

³⁴ Max Weber faz uma revisão dos fatores que atuam na formação das comunidades étnicas e cita entre eles a religião e a língua desempenhando um papel importante, talvez porque elas autorizam a comunidade de compreensão entre aqueles que compartilham um código lingüístico comum ou um mesmo sistema ritual da vida. Extraído de: POUTIGNAT, p. 37-38.

³⁵ Não é nossa intenção, nesse trabalho, fazer um estudo sobre as escolas no Oeste de Santa Catarina. Sobre as escolas do município de Chapecó e Joaçaba, VER: VIEIRA, Alexandre S. **A Educação Formal no Velho Município de Chapecó**. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina; NODARI, E. S.; VIEIRA, A. S.; OURIGUES, A. **Educação do meio-oeste catarinense entre as décadas de 1930 e 1950. Programas & Resumos do XX Simpósio Nacional de História – História: Fronteiras**. Florianópolis.

do como quarto componente a língua alemã). Todavia, era em torno dessa tríade que girava, em princípio, a vida sócio-cultural e mesmo econômica e política. As festas, por exemplo, fossem elas familiares, laicas e/ou religiosas, tinham a interferência, de forma direta ou indireta do representante da igreja fosse ela católica ou protestante. A própria concepção da maioria dos imigrantes sobre a prática religiosa estava associada às festas. E nem poderia ser de outra forma, pois elas constituíam-se num dos poucos momentos de encontro com pessoas da comunidade e propiciava um mínimo de convívio social fora da sua família.

A religião foi utilizada pelos imigrantes italianos e seus descendentes como fator de integração cultural e de reconstrução do mundo cultural, devidamente adaptado, do imigrante.³⁶ Era ao redor da capela por eles construída que girava, de modo quase absoluto, a vida social dos imigrantes e conseqüentemente era ali que se afirmava a sua identificação étnica.

Zuleika Alvim discute e compara a religiosidade italiana e polonesa dos imigrantes e reafirma algumas noções, já mencionadas acima, e introduz outras que ainda serão discutidas:

Católicos fervorosos, vênnetos e poloneses não descansavam enquanto não construíssem uma pequena capela e não tivessem um padre para rezar a missa. Afinal abandonados pelos governantes do país de origem, perseguidos pela miséria que os obrigava a emigrar, desrespeitados nos países de adoção [...] nada lhes restava a não ser a religião. [...] nada a estranhar no fato de procurarem de todas as formas ter algum amparo espiritual, muito antes de pensarem em escolas para seus filhos, o que sempre era visto com espanto pelos observadores.³⁷

Enquanto a imigração italiana tinha como base a vida ao redor da igreja católica, a alemã congregou-se ao redor da cultura alemã – o *Deutschtum* (Germanidade) – promovido pela esco-

³⁶ DE BONI, Luís; COSTA, Rovílio. *Os Italianos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST., 1982. p., p. 110.

³⁷ ALVIM, Zuleika. "Imigrantes; a vida privada dos pobres do campo". In: SEVECENKO, Nicolau (org. do vol.) *Historia da vida privada no Brasil: República: da belle époque à era do rádio*. vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 261-262.

la, pela língua e pela igreja.

No meio evangélico luterano as escolas deram origem às igrejas, o mesmo aconteceu em inúmeras comunidades católicas. Posteriormente, atuavam lado a lado, comunidades escolares e comunidades eclesiais (*Schulgemeinde* e *Kirchengemeinde*) – mantendo, no entanto, diretorias próprias. Como era praticamente impossível delimitar os limites de interferência, muitas delas se fundiram sendo que a *Kirchengemeinde* absorveu a *Schulgemeinde*, passando então à *Pfarrschule*, ou seja, a escola paroquial.³⁸

Nas comunidades católicas a situação era semelhante como mostra o relatório publicado em 1912, pela *Caritasverband für das Katholische Deutschland*, intitulado *Die Einwanderung und das Katholische Deutschtum im Brasilien*. O referido relatório salienta a importância das escolas como um dos principais fatores do desenvolvimento intelectual e religioso das colônias alemãs. O aprendizado do catecismo e das orações, segundo o relatório, fazia parte dos principais temas abordados nas escolas alemãs e o tempo de frequência dos alunos estava intimamente ligado à religião, à comunhão solene dos jovens católicos, e o dia da confirmação dos protestantes coincidia com a conclusão do período obrigatório dos escolares.³⁹ E, era isto, que distinguia a etnia alemã nos Estados do Sul, de acordo com os autores do relatório, em relação às outras etnias pois,

enquanto os portugueses deixavam a critério do governo a educação das suas crianças [...], os italianos quando reunidos em torno de 10 a 15 famílias constroem logo a sua capela, mas não fazem nada pela escola; enquanto que para os alemães a primeira coisa a ser construída é a escola. O local da escola lhes serve também por muitos anos como capela, onde o professor nos

³⁸ KLUG, João. *A escola catarinense e o processo de modernização em Santa Catarina – a ação da igreja luterana através das escolas (1871-1938)*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em História) Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 86.

³⁹ DAS AUSWANDERERPROBLEM. *Die Einwanderung und das katholische deuschtum im Brasilien*. Separata de: *Jahrbuch des Caritasverbandes*, 5 Jahrg., 1911/12. Freiburg: Caritasverband für das Katholische Deutschland, 1912, p. 18.

domingos realiza o culto para a comunidade, onde o padre nas suas visitas reza a missa e ministra os sacramentos e ensina as crianças.⁴⁰

É com etnias que possuem traços culturais tão diferenciados que se constituirão as comunidades do Oeste inventando e renegociando as suas práticas culturais.

Talvez de uma maneira diferente, com mais ou menos ênfase, tanto entre os itálos quanto entre os teutos era a Igreja como instituição que estava presente na formação das comunidades e constituía-se em um dos principais órgãos de aglutinação e, também, com poder de controle muito grande sobre a vida dos membros da comunidade.

Essa relação igreja/comunidade é percebida, ainda, na década de 1950, nas impressões da viagem do acompanhante da comitiva do governador Irineu Bornhausen, o senhor Alípio Ayres de Carvalho:

[...] Onde predomina o colono, não há dúvida, é o padre que tudo orienta, sendo de ressaltar a importância da obra desses missionários em todos os setores das atividades humanas.

Vi padres alemães, italianos e brasileiros, todos dedicados 100% à vida de seus fiéis e fiquei convencido de que no momento atual estes colonos laboriosos e enrijecidos pela luta com a natureza só acreditam na ajuda de Deus, da terra e da comunidade, vendo o Estado ou os Poderes Públicos, somente como órgão, arrecadador de impostos e taxas.⁴¹

A vida social e cultural acontecia nas famílias e comunidades teutas e itálas sob o rigoroso controle da igreja fosse ela católica ou protestante, entretanto, muitas diferenças entre elas estavam presentes.

⁴⁰ Ibid, p. 24.

⁴¹ CARVALHO, Alípio Ayres de. "Visita aos municípios de Chapecó e Joaçaba. In: SILVA, Zedar Perfeito da. **Chapecó e Joaçaba: a visita governador Irineu Bornhausen e sua comitiva.** Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1952, p. 56.

Práticas familiares e comunitárias

A estrutura familiar fornecia suporte para que as duas instituições, igreja e escola, funcionassem regularmente. É praticamente impossível estudarmos a formação do oeste catarinense sem um olhar sobre a história cultural da vida em família, incluindo nela estudos das “linguagens silenciosas” e as “dimensões secretas” do tempo que poderia escapar do nosso conhecimento se abordássemos a família muito literalmente, ignorando as suas dimensões simbólicas, onde a família é a criadora e a mantenedora dos seus próprios mitos, rituais e imagens.⁴²

A família funcionava tanto como unidade social quanto econômica, produzindo bens para o consumo da casa e para o mercado e, ao mesmo tempo, socializava as crianças nos seus papéis culturais.

A importância da família, para aqueles que vão construir um novo lar, começava pela escolha da parceira ou do parceiro com quem iriam compartilhar esta nova vida. Muitos colonos migravam solteiros e depois retornavam para a sua região de origem em busca da namorada ou noiva que lá haviam deixado. O casamento, geralmente, levava em conta as afinidades étnicas e religiosas. Vários são os relatos que colocam a preocupação de casamento dentro da mesma etnia e religião. A família de L.H. migrou para Palmitos em 1931, “em busca de terras e para a reprodução da identidade evangélica, para não casar com católicos.”⁴³ É claro que havia transgressões a estes conceitos de casamento dentro do mesmo credo e etnia, e quando isto ocorria, as pessoas tinham que estar prontas para sofrerem as sanções. “Nos anos quarenta, duas irmãs evangélicas casaram-se com rapazes católicos, apesar da oposição familiar. Em represália, esta as considerou “mortas” socialmente, rompendo os vínculos.”⁴⁴

⁴² GILLIS, John R. **A world of their own making: myth, ritual, and the quest for family values**. New York: Basic Books, 1996. p.xvii.

⁴³ RENK, Arlene. **A reprodução social...**, p. 91.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 146.

Quando ocorriam casamentos interétnicos, principalmente com “brasileiros”, eram sem o consentimento da família, é o que nos demonstra Maria Leonilda, cujos pais eram de origem alemã, e que resolveu transgredir as normas impostas:

Eu saí um dia como hoje da fábrica de fósforos e amanhã eu casei, fugi por causa do racismo do meu pai, podia ser italiano, mas brasileiro não. Meu marido é brasileiro. Era difícil que eles deixassem, mas nós fugimos para casar. Isso foi um atrevimento.⁴⁵

Maria Leonilda, personagem do casamento interétnico, enfrentou em 1941 os desafios ou como ela mesma diz: “isso foi um atrevimento,” e resolveu casar com uma pessoa que não correspondia aos conceitos pregados por seus pais que “só falavam alemão.”⁴⁶

Entretanto, este tipo de raciocínio em relação a casamentos inter-étnicos deve ser relativizado, segundo Arlene Renk, principalmente na área urbana, onde podiam ocorrer alianças entre teutos, ítalos e a fração brasileira dotada de capital econômico ou cultural.⁴⁷

De qualquer forma, o casamento era um ponto crucial para a família do colono, pois representava, além da continuidade do nome da família e do aumento da força de trabalho, também a continuidade, ou não, da manutenção das suas práticas sócio-culturais.

O grande número de filhos era um traço característico entre as famílias de ítalos e teutos.⁴⁸ O depoimento do senhor

⁴⁵ SILVA, Maria Leonilda Baptista da. **Entrevista concedida a Flávia Mergener.** Joaçaba, 20 de julho de 1995.

⁴⁶ *Ibid.*

⁴⁷ RENK, Arlene. **A luta da erva-mate: um ofício étnico da “nação brasileira” no Oeste Catarinense.** Rio de Janeiro, 1990. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 77.

⁴⁸ Para Preston James, um estudioso sobre o Sul do país na década de 1930 e 1940, a característica mais marcante das zonas pioneiras de colonização é a constante expansão, e o grande número de descendentes. Os pioneiros italianos dividem com os alemães uma extraordinária vitalidade biológica. JAMES, Preston E. “The expanding settlements of southern Brazil”. **Geographical Review**, v. 30, P. 609, 1940.

Luiz Traiano, hoje com 87 anos de idade, ajuda a ilustrar este aspecto:

Quando viemos do Rio Grande do Sul, minha mãe legítima havia falecido com 38 anos de idade e meu pai veio casado com a segunda mulher, minha madrasta, há um ano. Viemos aqui para Santa Catarina com onze irmãos legítimos, minha mãe havia deixado onze filhos e uma da segunda mãe. Meu pai chegou com doze filhos aqui em Santa Catarina.⁴⁹

O depoimento mostra ainda, em síntese, como era representada a vida de muitas mulheres nesse período. É evidente que os migrantes alemães, italianos ou descendentes traziam em sua bagagem concepções e práticas sobre o papel da mulher e do homem dentro da sociedade. Práticas baseadas nos princípios e valores das famílias do passado que enfatizavam a estabilidade e a unidade, e a continuidade. José Carlos Radin, em uma análise sucinta, afirma que a caracterização das famílias ítalas em Cruzeiro/Joaçaba e os respectivos papéis de homens e mulheres seriam:

O fato de manter-se estruturada em padrões tradicionais, centrada na autoridade paterna. O pai reservava-se o direito de decidir praticamente tudo. Por sua vez a mulher intervinha junto à educação dos filhos. Também não lhe cabiam cargos diretos na comunidade e pouco participava das atividades recreativas e vida social. Seu espaço é mais doméstico, inclusive o de lazer.⁵⁰

Entre as famílias teutas a situação não era muito diferente, é o que nos mostra, Diva, uma mulher de 84 anos de idade, de origem alemã que, quando questionada sobre o tipo de serviço que a mulher fazia no cotidiano, afirma: "Quem podia, quem tinha saúde, ia junto na roça e fazia tudo em casa. Cuidava das vacas e das galinhas e tudo."⁵¹

⁴⁹ TRAIANO, Luiz. *Entrevista concedida a Flávia Mergener*. Joaçaba, julho 1996.

⁵⁰ RADIN, p. 104.

⁵¹ SCHEUFELE, Diva Lambert. *Entrevista concedida a Flávia Mergener*. Joaçaba, julho 1996.

Mesmo as mulheres com uma prole numerosa enfrentavam a dupla jornada entre “serviço em casa e na roça.”⁵² Esta afirmação de Ledvina, nossa entrevistada residente em Itapiranga desde 1927, é complementada, com mais detalhes, por Maria, sua vizinha, que participou da conversa:

O que eu vou dizer eu acho que a Ledvina também já disse, mas eu tenho que dizer de verdade, nunca foi diferente, eu casei, ficava o dia inteiro na roça, limpava a casa no meio do tempo, no meio-dia. Em descanso nunca se falava, e lavava e, cada dois anos tinha uma criança, eu tenho 10 filhos. Mas o que me admira hoje é, que a maioria das mulheres, tem só dois filhos e não conseguem admitir que tem uma vida melhor do que a que nós tivemos. Mas é verdade.⁵³

Maria e Ledvina, assim como outras mulheres por nós entrevistadas, fazem esses relatos e vêem a vida que levavam, cheia de filhos e afazeres como algo normal. Era para esse tipo de vida que elas haviam sido preparadas desde crianças. Mesmo que os cuidados com a família nem sempre eram conforme desejavam. Com a dupla jornada sobrava pouco tempo para se dedicarem aos filhos. “Logo que um deles esteja suficientemente crescido deve cuidar dos irmãos menores. Quando mais crescidos, ensinam-lhes, paulatinamente, todos os trabalhos domésticos.”⁵⁴ Não havendo condições para contratarem empregados, os próprios filhos e filhas acompanhavam os pais nos trabalhos diários.

Mesmo a vida familiar sendo organizada ao redor da simbólica interação entre as mães e as crianças, com a omissão da figura paterna em assuntos domésticos, o papel das mulheres no espaço público era bastante limitado. A vida da mulher estava mais restrita à esfera privada, enquanto que competia aos homens representarem publicamente a família. A senhora Diva foi

⁵² MICHELS, Ledvina. **Entrevista concedida a Eunice S. Nodari.** Itapiranga, 18 de junho de 1998.

⁵³ DIETZ, Maria. **Entrevista concedida a Eunice S. Nodari.** Itapiranga, 18 de junho de 1998.

⁵⁴ WILLEMS, p. 315.

categorica, quando questionada sobre o papel da mulher na sociedade: "A mulher não tinha papel. Naquele tempo era trabalhar, cuidar da família e só."⁵⁵

Eram poucas as alternativas oferecidas às mulheres, solteiras ou casadas, além do trabalho cotidiano entre o "serviço da casa e o da roça". Uma das opções para "fugir" do mundo rural e da dupla jornada e, ainda, para contribuir com o orçamento familiar era se empregarem como domésticas em casa de famílias, geralmente conhecidas, na cidade.⁵⁶ Na casa da família escolhida ela recebia proteção, segurança, sustento, devendo em troca submeter-se à ordem patriarcal vigente, fazendo com que se sentisse membro da família. Contudo, ela saía de um tipo de trabalho para acabar se submetendo a outro, e novamente dentro da esfera privada, pois, sentindo-se parte da casa, era raro a moça pensar em mudar de emprego, deixando a família só para casar-se.⁵⁷ Maria Leonilda, hoje com 79 anos de idade, serve como exemplo para o que foi colocado acima em relação ao emprego doméstico. Ela migrou do interior de Lajeado, Rio Grande do Sul, com seus pais aos oito anos de idade para o município de Cruzeiro/Joaçaba e relembra que trabalhou "como empregadinha doméstica: trabalhei nesta casa para cuidar de uma criança de família alemã. Daí essa gente foi embora para Porto Alegre e eu trabalhei em uma fábrica de fósforo, ali no Herval."⁵⁸ Segundo suas lembranças, ela foi trabalhar "fora de casa desde os 10 anos até casar e dois anos depois de casada comecei a trabalhar numa escola e trabalhei 30 anos ali até me aposentar, minha vida foi trabalhar."⁵⁹

⁵⁵ SCHEUFELE, Diva, op. cit.

⁵⁶ Maria Luzia Renaux nos mostra que esta era uma prática também entre muitas famílias de origem alemã radicadas no Vale do Itajaí. As crianças a partir dos cinco anos ajudavam nas atividades dos pais e ficavam na casa paterna até os quatorze anos, quando "normalmente as meninas eram empregadas em casas de outras famílias conhecidas como pagens das crianças menores." RENAUX, Maria Luiza. **O outro lado da história: o papel da mulher no Vale do Itajaí 1850-1950**. Blumenau: Ed. da FURB, 1995. p. 93.

⁵⁷ Ibid., p. 93.

⁵⁸ SILVA, Maria Leonilda, op. cit.

⁵⁹ Ibid.

O serviço como empregada doméstica serviu, para muitas mulheres, como uma lenta transição entre o mundo exterior e o da esfera familiar da qual até então raramente haviam se afastado. Acabou representando, também, um ritual de passagem da adolescência para o mundo da mulher e para o casamento.⁶⁰

Através da análise dos papéis da família, pudemos observar que ela desempenhou um importante papel na transmissão e re-elaboração de crenças, valores, de cultura e, conseqüentemente, na formação da identidade da comunidade.

A estreita relação entre estas três instituições, família, igreja e escola, está representada, não somente no cotidiano, mas também nos momentos de comemorações da comunidade. Esta relação é, ainda, a base para a renegociação das práticas sócio-culturais, onde as festas são um exemplo típico dessa interferência, pois elas reforçam em seus participantes o sentimento de pertencimento à comunidade e, ao mesmo tempo, reproduzem suas relações sociais e de poder.

Dentro deste contexto de influência da igreja na vida comunitária torna-se difícil separarmos, dentro do período estudado, as festas laicas das religiosas, pois o entrelaçamento das duas era constante, mesmo pelo próprio poder de controle exercido pela igreja, que delineava as tênues linhas entre a permissão e a transgressão. "Devia-se cumprir aquilo que o padre determinava e não fazer o que era desaconselhado."⁶¹ O sucesso ou fracasso das festas dependia diretamente dessa interferência de permissão, ou não, por parte da igreja.

Considerando que as festas constituem-se em momentos privilegiados onde as pessoas da comunidade "reforçam os valores que lhes são importantes e que compõem suas homens

⁶⁰ Carol K. Coburn em seu estudo sobre etnicidade, religião e gênero em uma pequena cidade norte-americana, habitada por alemães e seus descendentes, mostra-nos que inicialmente as garotas trabalhavam para parentes na própria comunidade. Para as garotas de Block, trabalhar fora as expôs a sua primeira independência financeira e social. A oportunidade de estarem na cidade, de acordo com a autora, "com a emoção de verem novos rostos, lojas e cinemas era simultaneamente assustadora e sensacional mas, de qualquer forma, sempre muito educativo." COBURN, p.139.

⁶¹ RADIN, p. 106.

ração a santos.

A principal festa de cunho religioso era a do padroeiro ou da padroeira municipal. O padroeiro da sede do município de Chapecó é Santo Antônio, e desde a transferência da sede municipal para a Vila Passo dos Índios, (Chapecó) no início da década de 1930, a data sempre foi comemorada com grande estilo, misturando o laico e o religioso. As festividades do dia 13 de junho de 1939 comentadas pela imprensa reforçam esta representação, observada inicialmente pela imagem:

Encerraram-se no dia 13 do corrente, as festividades de Santo Antônio, padroeiro local das quais eram festeiros o Sr. Agnelo Rabelo e sua Exma. esposa D. Adriana Rabelo. Todas as novenas e leilões estiveram muito concorridos, havendo baile e outras diversões, todas com grande animação. Naquele dia foi rezada missa na igreja local e havendo procissão com grande acompanhamento de fiéis, se realizando também churrascada ao ar livre e outros festejos populares.⁶³

A padroeira do município de Cruzeiro/Joaçaba é Santa Terezinha do Menino Jesus e é festejada no dia 3 de outubro. Todos os anos a comemoração é precedida de grandes preparativos como o foi em 1935:

Realizaram-se, domingo último, nesta vila, as festividades de Santa Terezinha, que constaram de uma missa solene, leilão de prendas, roda da fortuna e procissão à tarde. [...] Para o próximo ano foram eleitos festeiros os senhores Eurico Rauen e Clemente Trizoto.⁶⁴

Observamos que os festeiros, tanto de Chapecó quanto de Cruzeiro/Joaçaba, eram pessoas da elite local, a quem competia a organização, divulgação e gerenciamento. O próprio sucesso da festa, muitas vezes, dependia do prestígio do festeiro.

⁶² LAMBERT, Hercídia. Festa e participação popular. In: *História*, São Paulo, v.13, p. 121, 1994.

⁶³ FESTA de Santo Antônio. *A Voz de Chapecó*, 18 de junho de 1939, n.7, p.4.

⁶⁴ FESTA de Santa Terezinha. *Cruzeiro*, 27 de outubro de 1935, n. 87, p. 1.

As festas, no nosso entender, podem ser vistas como discursos expressando a estrutura social vigente, pois é nelas que se estabelecem, entre outras coisas, uma nítida separação de relações de gênero, quando a representação perante a comunidade continua sendo a do homem, enquanto que compete à mulher atividades relacionadas a sua própria vida doméstica, como ser a responsável pela alimentação e pela arrecadação de prendas. As festas reforçam, ainda, hierarquias de classe e diferenças étnicas culturais, ou a renegociação dessas diferenças.

Enquanto as festas religiosas contavam como principal articulador o representante da igreja e pessoas da comunidade, as festas laicas eram organizadas pelos clubes e sociedades recreativas e esportivas, entidades estas fundadas por membros da comunidade. Esses eram locais em que a etnicidade era construída e renegociada através da incorporação, adaptação e ampliação das características culturais dos diferentes grupos étnicos que as compunham.

As principais sociedades recreativas do município de Cruzeiro/Joaçaba eram o Clube 10 de Maio (fundado em 10 de maio de 1931), o Deutscher Turn und Sport Verein, mais conhecido como "Clube Alemão" (fundado em 1934), mais tarde, durante o Estado Novo (16 de maio de 1938), a sociedade passa a denominar-se Clube Cruzeiro. Além dessas sociedades havia um número relativamente grande de outras sociedades recreativas e culturais nas sedes municipais e nas vilas dos dois municípios.

O Clube Esportivo Chapecoense,⁶⁵ mais tarde denominado de Clube Recreativo Chapecoense, foi fundado, no dia 03 de abril de 1938.⁶⁶ Foram criadas, ainda na sede, várias sociedades como o 10 de Ouro (09 de abril de 1950), fundada por rapazes da sociedade Chapecoense, pois com a destruição pelas chamas do Clube Recreativo Chapecoense, a cidade havia ficado sem uma sede para a realização de bailes e outras diversões.⁶⁷

⁶⁵ O nome que consta na Ata n. 2, do Livro de Atas n. 1, na página 2, do Clube, é Esporte Club Chapecoense, mas em todos os convites e notícias dos jornais aparece como Clube Esportivo Chapecoense.

⁶⁶ ATA n.1 - da Sessão Ordinária da Diretoria de 3 de abril de 1938 - Livro de Atas n.1 p.1.

⁶⁷ SOCIEDADE 10 de Ouro... Jornal do Povo, Chapecó, 25 de janeiro de 1951, n. 2 - p.2.

Em maio de 1950, em contraponto a essa entidade fundada por homens surge o Grêmio Rosas do Sul, dirigido por senhoras pertencentes à elite.

Entre as atividades desses clubes ou sociedades recreativas o que mais se destacava era a realização de bailes para as mais diferentes ocasiões, que se constituíam em um dos principais momentos de encontro e representação da sociedade para si mesma e para os outros. Praticamente todas as festas, mesmo as religiosas, incluíam como momento de encerramento o baile. A maior parte dos bailes ocorria nas sociedades recreativas das respectivas vilas/cidades.

A vida sócio-cultural das comunidades teutas e itálas, incluía a elite de origem portuguesa devido à sua posição de destaque na vida política e pelo próprio momento histórico brasileiro. A exclusão que existia era a do caboclo, que havia se retirado para outras áreas, por imposição das colonizadoras. A reportagem publicada em *A Gazeta*, de Florianópolis, fornece um panorama da situação em que se encontravam as três etnias, aqui discutidas, “sempre houve e agora está mais acentuado do que nunca, o choque nacionalista entre caboclos e colonos descendentes de estrangeiros.”⁶⁸ Ainda, de acordo com a mesma reportagem, a falta de um processo de assimilação instituiu uma barreira entre o

luso-brasileiro e seus ramos raciais, e os brasileiros descendentes de alemães, italianos, etc. [...] conforme observações por nós feitas ultimamente, no interior deste Estado, a animosidade entre o caboclo e colono tem subido de intensidade depois de o Brasil ter entrado em guerra com os países totalitários.⁶⁹

A situação no Oeste de Santa Catarina era similar à descrita acima, e para superar os conflitos foi necessária uma constante renegociação da etnicidade desses grupos étnicos e mais a dos de origem portuguesa, onde cada um deles renegociava as

⁶⁸ COLONOS e Caboclos. *A Gazeta*, Florianópolis, 10 de dezembro de 1942, n. 2497.

⁶⁹ *Ibid.*

suas práticas sócio-culturais, definindo assim as suas identidades e solidariedades. Inventando a sua etnicidade, cada grupo buscava determinar os termos, modos e resultados de seu ajustamento aos "outros". Das três instituições básicas desses grupos, família, igreja e escola, era a primeira que mantinha um certo grau de reserva, em relação ao convívio da vida privada de outros grupos étnicos, enquanto que era na igreja, especialmente através das festas religiosas, que ocorria o maior contato entre as diferentes etnias. Contudo, eram as festas como um todo, seja nas sociedades recreativas criadas pelas elites, seja nos bailes, que propiciavam um aspecto especial para a renegociação das práticas sócio-culturais, pois elas reforçavam em seus participantes o sentimento de pertencer à comunidade, e, ao mesmo tempo, reproduziam as relações sociais e de poder.

A juventude e o rompimento da tradição na constituição do espaço público

Janice Tirelli Ponte de Sousa

Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo:

O papel do jovem na ruptura da tradição está relacionado com o reconhecimento de sua presença social através de rituais de passagem no mundo ocidental que os prepara para a vida pública. A proposta deste artigo é percorrer a pesquisa especializada apontando para algumas experiências e representações singulares dos jovens que definem e passam a influenciar a constituição do espaço público até a modernidade.

Abstract:

The role of the youth in the rupture of tradition is related to its social presence recognition through various passage ritual, those which prepare them to a presence into the public sphere. The proposal of this article is to investigate the specialized research that aim to some singular representation of the youth that define and influence the constitution of the public space to modernity.

Palavras-chave: Jovem, Tradição, Espaço Público

Keywords: Youth, tradition, Public Space

As pesquisas sobre os costumes do mundo ocidental têm demonstrado que a fase de vida juvenil é um período carregado de indefinições dadas por situações em que o jovem se socializa e ao mesmo tempo que o coloca como modelo de sua época. Podemos apreender no relato analítico do historiador, o esforço das gerações adultas na formação da identidade e da experiência social da juventude que, tanto na antiguidade quanto na modernidade, intervém nos processos educativos para a continuidade da tradição.

As novas gerações a cada momento do processo civilizatório têm marcado sua presença na esfera pública de modo a acompanharem ou rejeitarem as condições estabelecidas pela ordem social. De vários modos elas transferem à esfera pública uma multiplicidade de ações e interpretações da vida social en-

quanto vão compoendo as suas representações da tradição e das possibilidades do seu rompimento. Nos períodos históricos que antecederam a modernidade é possível identificarmos a presença juvenil explicitada em ações e pensamentos que têm o sentido da construção de um *mundo comum*. O conceito de *mundo comum* tem seu fundamento em realidades partilhadas visíveis, espaço onde a singularidade de cada jovem é reconhecida e se determina enquanto comunidade organizada dando sentido à sua experiência do espaço público. Segundo Hanna Arendt o espaço público se define pelo fato de ser um espaço que só pode ser constituído pela ação e pelo discurso que estão vinculados à pluralidade humana.¹

A existência de um projeto de “mundo comum” permite a capacidade de discernimento que só sobrevive no homem quando o indivíduo partilha significados, quando sua ação e palavras podem ser reconhecidas como algo dotado de sentido e eficácia na construção de uma história comum. O que é privado e o que é público estão diferenciados como duas formas distintas na existência social que se constitui sob critérios entre “aquilo que tem como medida a vida de cada um e aquilo que tem o mundo como medida.”² Porém, estas condições de referência “do outro”, de medida de valor, vão se diluindo ao longo da história social nos momentos de aproximação dos tempos modernos e procuraremos ressaltar aqui, as respostas educativas que o mundo adulto cria para reproduzir, primeiro, tradições com base na coerção do domínio e interesse pátrio e, posteriormente, a coerção ideológica e os valores fragmentados da sociedade de massas.

A observação da presença juvenil esclarece o quanto os homens foram conduzidos a assumirem papéis sociais ao longo do tempo histórico, tomando a subjetividade como referência exclusiva de verdade e julgamento. Esta foi a condição legada a eles pelas relações que levaram à dissolução da diferença entre a esfera privada e a esfera pública. Se na antiguidade clássica a

¹ TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social, Rev. de Sociologia da USP*, Vol. 1, 1. Semestre, 1990, p.3 1

² Idem, *ibidem*, 33.

experiência do indivíduo pela coisa pública aproximou os interesses, a transição para o mundo moderno estabeleceu novas relações de medida, e poder-se dizer, retirou da esfera pública a sua constituição de *locus* de reconhecimento, diminuindo a capacidade política de expressão, agora legada a respostas não duráveis, não comuns a todos, sem produzir a idéia de comunidade.

Nesta direção a discussão sobre o papel das novas gerações indica-nos a necessidade de pontuar a formulação do conceito histórico do que venha ser a juventude propriamente dita, uma vez que esta adquire visibilidade social diferenciada conforme a época e *se confunde entre as exigências sociais da esfera pública sobre o seu grupo etário e as necessidades do seu grupo etário na trajetória de participação na esfera pública.*

A modernidade introduz neste quadro a descontinuidade da tradição, não sem a resistência entre as gerações. Os costumes históricos deste período estudado pelos pesquisadores deixam nítido que a sociedade já não pode ser compreendida unicamente por generalizações, como algo que se produz a si mesmo, mas que o conjunto das forças e interesses internos, e neles leia-se a presença juvenil, desenha seus limites. A observação do cotidiano permite que a lente dos cientistas sociais localize as práticas sociais em que o movimento juvenil passa a ter visibilidade própria no processo de constituição da esfera pública delineada através do tempo.

Jovens preparando uma civilização

Mitologia, ritos de iniciação, educação e artes marciais foram alguns dos elementos que interagiram na formação e ingresso do jovem na vida pública na antiga Grécia momento da história da civilização em que o espaço público tinha um sentido de cumplicidade do cidadão na medida em que ele protagonizava nas suas ações e na elaboração do pensamento da época a condição de "mundo "comum". A pólis, cidade-Estado, como expressão da sociedade cujo eixo de relações passava pela educação, a paidéia, formava seus jovens para se tornarem cidadãos. Além de adaptar o cidadão à cidade, a paidéia devia contribuir "para

revelar qualidades humanas presentes em estado virtual em todos os futuros cidadãos” e que se desenvolveriam através de treinamentos específicos³ rumo à criação do “herói grego”, modelo do individualismo emergente. A própria história do indivíduo pode ser localizada aí, onde estava sendo criado o conceito de individualidade, estabelecendo padrões para a cultura ocidental. O burguês grego seria um tipo de indivíduo que, possuindo “*a coragem do europeu e a inteligência do asiático, i.é., combinando a capacidade de autopreservação com a reflexão, adquiriu a competência para dominar os outros sem perder a própria liberdade*”⁴

Interessante observar o componente ético que a educação exercia sobre o jovem grego. A ele bastava ser formado nos meros exercícios militares, habilitando-se pela coragem; mas dele era exigido ser militar vitorioso, homem culto e cidadão responsável. A divisão dos papéis sexuais reservava às jovens uma educação também especializada (poetisas, músicas, dançarinas, nadadoras, ginastas) pois a civilidade exigia a reserva dos papéis na pólis.

Essa relação educativa em seus primórdios envolveu a homossexualidade entre jovens e homens mais idosos, que seriam seus instrutores, como num ritual de casamento. Longe de um desvio das instituições pedagógicas da época, foi o próprio “alicerce da paidéia”, “a base do poderio dórico”:

Preocupada com o corpo do jovem para formá-lo guerreiro e bom caçador de animais, além de estruturar seus valores morais, o objetivo da paidéia era cuidar da vida coletiva e preparar seus cidadãos. O indivíduo por excelência. As figuras de jovens (homens) que aparecem nas artes plásticas desse período expressam a valorização, a idealização do sujeito, que em sua perfeição, são seres belos, fortes, preparados como num ritual para a vida adulta. Após o preparo militar o jovem adquire estatuto de cidadão integral e passa a ter direito de fundar uma família, participar da vida política da cidade.

³ SCHNAPP, Alain. A imagem dos jovens na cidade grega. In: LEVI, G. & SCHMIDT, J.C. *História dos jovens II*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 19.

⁴ HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976. p. 142.

A educação da juventude por homens de prestígio neste momento⁵ tem no jovem Hércules seu contraponto. Próximo ao homem já adulto, ele prescinde do aprendizado em virtude de seu corpo magnífico, status de herói absoluto — aparece como o menos juvenil dos heróis:

Se Hércules encarna a juventude, é na rebelião, na recusa da ordem, na rejeição da rude disciplina da educação antiga. A revolta do discípulo contra o mestre é simbolizada por esse Hércules imberbe, jovem como os demais, igualmente impulsivo na contestação do mestre como na luta contra os monstros.⁶

O jovem nesse período tem, portanto, uma presença social projetada pela vida coletiva. É preparado numa relação societal que prevê etapas rigorosas para sua formação, encarando a maturidade e a beleza física juvenil como um **elo** realizador dos objetivos da formação de uma subjetividade vinculada fortemente aos interesses coletivos da pólis. A paidéia reforça assim, a idéia de passagem.

O jovem da antiguidade tem uma visibilidade social relacionada ao mundo adulto e é componente fundamental na construção da civilidade grega como futuro cidadão — indivíduo — reproduzidor de seus valores. A paidéia encontra assim seu fundamento pedagógico maior no fato de ser a base da civilização.

Jovens na vida pública sob o poder pátrio

No mundo romano, a discrepância profunda entre as definições de grupos etários aparece como um dos elementos definidores da extensão do poder pátrio e do significado da introdução da juventude na esfera pública. A definição em Roma de que era-se púbere (*puer*) até os quinze anos, de que a adoles-

⁵ O exemplo mais conhecido da mitologia aparece na educação de Aquiles, entregue a um centauro, criatura ambígua, a igual distância dos animais e dos homens, a quem atribui-se comportamentos tanto louváveis quanto aterradores. O centauro encarna a visão mitológica da iniciação (Alain SCHNAPP, *A imagem dos jovens na cidade grega*, p. 19-57).

⁶ SCHNAPP, Alain. A imagem dos jovens na cidade grega. In: LEVI, G. & SCHMIDT, J.C. *História dos jovens II*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 39

revelar qualidades humanas presentes em estado virtual em todos os futuros cidadãos” e que se desenvolveriam através de treinamentos específicos³ rumo à criação do “herói grego”, modelo do individualismo emergente. A própria história do indivíduo pode ser localizada aí, onde estava sendo criado o conceito de individualidade, estabelecendo padrões para a cultura ocidental. O burguês grego seria um tipo de indivíduo que, possuindo “a coragem do europeu e a inteligência do asiático, i.é., combinando a capacidade de autopreservação com a reflexão, adquiriu a competência para dominar os outros sem perder a própria liberdade”⁴

Interessante observar o componente ético que a educação exercia sobre o jovem grego. A ele bastava ser formado nos meros exercícios militares, habilitando-se pela coragem; mas dele era exigido ser militar vitorioso, homem culto e cidadão responsável. A divisão dos papéis sexuais reservava às jovens uma educação também especializada (poetisas, músicas, dançarinas, nadadoras, ginastas) pois a civilidade exigia a reserva dos papéis na pólis.

Essa relação educativa em seus primórdios envolveu a homossexualidade entre jovens e homens mais idosos, que seriam seus instrutores, como num ritual de casamento. Longe de um desvio das instituições pedagógicas da época, foi o próprio “alicerce da paidéia”, “a base do poderio dórico”:

Preocupada com o corpo do jovem para formá-lo guerreiro e bom caçador de animais, além de estruturar seus valores morais, o objetivo da paidéia era cuidar da vida coletiva e preparar seus cidadãos. O indivíduo por excelência. As figuras de jovens (homens) que aparecem nas artes plásticas desse período expressam a valorização, a idealização do sujeito, que em sua perfeição, são seres belos, fortes, preparados como num ritual para a vida adulta. Após o preparo militar o jovem adquire estatuto de cidadão integral e passa a ter direito de fundar uma família, participar da vida política da cidade.

³ SCHNAPP, Alain. A imagem dos jovens na cidade grega. In: LEVI, G. & SCHMIDT, J.C. *História dos jovens II*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 19.

⁴ HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976. p. 142.

A educação da juventude por homens de prestígio neste momento⁵ tem no jovem Hércules seu contraponto. Próximo ao homem já adulto, ele prescinde do aprendizado em virtude de seu corpo magnífico, status de herói absoluto — aparece como o menos juvenil dos heróis:

Se Hércules encarna a juventude, é na rebelião, na recusa da ordem, na rejeição da rude disciplina da educação antiga. A revolta do discípulo contra o mestre é simbolizada por esse Hércules imberbe, jovem como os demais, igualmente impulsivo na contestação do mestre como na luta contra os monstros.⁶

O jovem nesse período tem, portanto, uma presença social projetada pela vida coletiva. É preparado numa relação societal que prevê etapas rigorosas para sua formação, encarando a maturidade e a beleza física juvenil como um **elo** realizador dos objetivos da formação de uma subjetividade vinculada fortemente aos interesses coletivos da pólis. A paidéia reforça assim, a idéia de passagem.

O jovem da antigüidade tem uma visibilidade social relacionada ao mundo adulto e é componente fundamental na construção da civilidade grega como futuro cidadão — indivíduo — reprodutor de seus valores. A paidéia encontra assim seu fundamento pedagógico maior no fato de ser a base da civilização.

Jovens na vida pública sob o poder pátrio

No mundo romano, a discrepância profunda entre as definições de grupos etários aparece como um dos elementos definidores da extensão do poder pátrio e do significado da introdução da juventude na esfera pública. A definição em Roma de que era-se púbere (*puer*) até os quinze anos, de que a adoles-

⁵ O exemplo mais conhecido da mitologia aparece na educação de Aquiles, entregue a um centauro, criatura ambígua, a igual distância dos animais e dos homens, a quem atribui-se comportamentos tanto louváveis quanto aterradores. O centauro encarna a visão mitológica da iniciação (Alain SCHNAPP, *A imagem dos jovens na cidade grega*, p. 19-57).

⁶ SCHNAPP, Alain. A imagem dos jovens na cidade grega. In: LEVI, G. & SCHMIDT, J.C. *História dos jovens II*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 39

cência (*adulescentia*) ia até os trinta, e a juventude (*iuventas*) até os quarenta e cinco, com variações de poucos anos entre uma faixa e outra, para alguns autores⁷, confirma o domínio dos pais sobre os filhos, fundamentada na “prorrogação das idades” de modo fictício.

Marcavam a representação da juventude, ritos de passagem como o da “toga viril”⁸, momento de introdução do jovem na vida comunitária, nos “negócios públicos”, no espaço onde os adultos falavam e discutiam política, cultos como o dedicado a *Iuventas* (Juventude), divindade a quem se suplicava pelos cuidados do crescimento dos jovens, ou a Júpiter como fiador supremo da “vida nova”.

Os jovens romanos se preparavam para a vida adulta familiarizados também com as milícias, para tornarem-se corajosos, arrogantes, disciplinados, astutos, para realizarem a representação que se tinha dos *iuvenes* (jovens) típicos.

Fraschetti considera que para captarmos a ambigüidade entre as gerações da Roma Antiga (século III A.C.), o exemplo de Rômulo — fundador da cidade, que mantinha relações privilegiadas com os jovens, a ponto de ter um grupo seletivo deles como guarda pessoal— caracteriza a presença marcante da *iuvene* na condução do poder público e no embate dos jovens com os anciãos na conquista do espaço público de atuação. Nas encenações de comédias teatrais da época, tanto o temor de pais severos quanto o medo também dos filhos aparecem como temas recorrentes. Evidenciam relações conflituosas dentro do

⁷ FRASCHETTI, Augusto. O mundo romano. In: LEVI, G. & SCHMIDT, J.C. *História dos jovens II*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 70.

⁸ “Em geral entre os quinze e dezesseis anos, para o rapaz a cerimônia acontecia em primeiro lugar em casa [...] presidida pelo pai de família. Na noite precedente, o jovem, como sinal de bom augúrio (*omnis causa*), vestira uma túnica particular, com a qual dormira (a túnica reta), assim como faziam as virgins na noite anterior às núpcias. Portanto, na manhã seguinte, o rapaz abandonava os ‘emblemas da infância’ (*insignia pueritiae*). A *bulla*, ornamento que levava no pescoço com fins protetores, era dedicada aos lares, divindades que protegiam o território da casa e conseqüentemente a família que a habitava. Além disso, junto com a *bulla*, ele abandonava a *toga praetexta* e vestia a *toga viril*, a cândida *toga ‘livre’* que em Roma era a roupa por excelência dos cidadãos: [...] a parte provada da cerimônia era completada por outra mais propriamente pública’, na qual acompanhava-se o jovem até o Fórum e o capitólio” (Augusto FRASCHETTI, *O mundo romano*, p. 59-95).

regime de submissão contra o qual os jovens pensavam em se rebelar, até matando os pais se necessário. Segundo o autor, embora este comportamento possa ser atribuído à “decadência” da sociedade romana no período imperial, à mudança de valores e do código de honra, é significativo o fato de que tenha permanecido imutável ao longo dos séculos o regime do “poder pátrio”.

As associações juvenis que surgiram no Império Romano do século III D.C., para treinamento militar, alcançaram algumas especificidades em determinadas cidades. Elas são indícios importantes da existência de formas agregadoras da juventude e da ocupação de cargos destinados a ela. “Espetáculos dos jovens” eram organizados em toda a Itália, dos quais eles participavam como espectadores ou como protagonistas, oferecendo espetáculos de si mesmos em competições de vários tipos. Estas associações, resultantes de realidades regionais, estavam enraizadas na vida urbana e tinham um caráter não só aristocrático com relação a seus membros, como também eram abertas às camadas sociais urbanas emergentes. Elas foram ativas no âmbito da política municipal envolvendo a juventude em campanhas para a magistratura suprema da cidade: “*o candidato que os jovens apoiam muitas vezes é definido como honesto e digno, mas também ele próprio jovem, com um apelo explícito à solidariedade que nasce do pertencimento à mesma geração*”⁹ A relação de envolvimento do jovem na vida política da cidade, a partir do relato do historiador, identifica o caráter de sua introdução no mundo adulto, mas significava também que sua adequação e o controle de seu comportamento no espaço público era um importante elemento de ligação do presente com o futuro da sociedade em termos de preservação. A educação é parte central desse processo intencional.

Tradição e compromisso com o individualismo

Caminhando da Idade Média para a Moderna, um estudo de Horowitz sobre a juventude judaica mostra que, considerando os dez anos como o início e os trinta como o fim da juventude, os

⁹ FRASCHETTI, Augusto. Op. Cit. P. 89.

judeus, durante cinco séculos a partir de 1.300, reforçam o caráter transitório único da adolescência e direcionam este período para a solidificação do aprendizado de suas tradições. Os limites de idade para educação compulsória, inicialmente aos dez anos, foram ampliados ao longo dos anos.¹⁰

Rigorosa em suas tradições, a sociedade judaica valorizava a educação como elemento formador de seus jovens e o casamento como controlador do comportamento dos rapazes com mais de vinte anos, como forma de assegurar sua respeitabilidade. O celibato era encoberto de suspeitas na medida exata da posição especial que o matrimônio poderia conferir aos jovens. Evitar as ruas e os mercados era como uma prática educativa dos adultos o que, paradoxalmente, parecia seduzir os jovens como num ritual de perigo.

Havia uma cultura juvenil expressa nas diversões populares entre rapazes judeus. Jogos de bola, consumo de bebidas entre rapazes eram atividades que encontravam resistência e até restrições legais, principalmente no período do Shabat em alguns pontos da Europa como Pádua, Londres, Mântua. O olhar para os jovens desse período e nestas circunstâncias localiza, portanto, o temor da transgressão relacionado aos abalos das tradições que ainda hoje têm um forte sentido nas comunidades judaicas.

Outra característica de destaque da vida juvenil nas comunidades judaicas no início da era moderna se refere à função de criada que jovens judias desempenhavam durante um certo período de suas vidas. Elas tiveram o elemento sexual muitas vezes como moderador das relações com seus patrões, entre si e com outros membros da comunidade.¹¹

¹⁰ HOROWITZ, Elliot. Os diversos mundos da juventude judaica na Europa, 1300 — 1800 In: LEVI, G. & SCHMIDT, J. C. *História dos jovens II*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 97-139.

¹¹ "A associação entre criadas e sexualidade havia antes sido explorada pelo famoso poeta Immanuel de Roma (m.c. 1330) [...]. Porém, nas 'verdadeiras' respostas da época das gerações seguintes, também são comuns as alusões ao caráter por vezes corriqueiro da intimidade sexual entre criadas judias e os empregadores (judeus) em cujas casas elas residiam" (Elliot HOROWITZ, *Os diversos mundos da juventude judaica na Europa, 1300-1800*, p. 97-139).

Os jovens judeus eram vistos como uma faixa etária “funcional”, útil para o desenvolvimento das relações societárias. Nessa condição eles eram dispostos e expostos a uma ação educativa construtora dos valores conservadores de tradição. O cristianismo, no qual esta sociedade e as que se seguem estão inscritas, vai desenhar o comportamento de aspiração à individualidade reforçada pela doutrina significando “*que a vida na terra é mero interlúdio na história eterna da alma*”, criando o princípio do individualismo e relativizando a individualidade: enquanto preserva seu valor ao mesmo tempo a destrói com a repressão aos instintos de cada homem e compromete sua cultura com a hipocrisia.

Entre o público e o privado

Na sociedade Italiana Medieval, contemporânea às sociedades judaicas, nestes séculos XIII - XV veremos que, diferentemente, a juventude é referenciada numa imagem sombria e indefinida, com uma integração sócio-econômica incompleta, como “tempo dos apetites e do excesso”. Ela era vista como continuação direta da infância, quando o corpo era frágil e os primeiros aprendizados eram ministrados sob a representação de um tempo que considerava a alma e a razão “frágeis” e o comportamento considerado sempre condenável.

Para Crouzet-Pavan o direito ao ingresso na rede política a partir da maioria (18 anos)¹², além de absorver e disciplinar o jovem, promoveu a sobrevivência e a reprodução do patriciado, que se legitimava no postulado de uma juventude louca e tumultuosa .

¹² “Se os filhos, ou seus pais, reconhecem a importância da Balla D’Oro, ocasião solene que a presença do doge enaltece ainda mais, essa ruptura só em parte é aceita pelo grupo dos jovens, que permanece compacto apesar de tudo. É preciso esperar que os mandatos eletivos se sucedam para que a integração se realize enfim. Turbulentos, tomados até então pelo ímpetu, os jovens podem mesmo tentar se unir e influir nos conselhos. Ao temer todo tipo de associações, reuniões, conjuração e conspirações, as assembléias temem também que os jovens possam querer se aproveitar das eleições. A passagem, ritualizada, estende-se, portanto, durante anos . Estes anos intermediários, mais ou menos longos conforme as cidades, visam assim moderar as ambições e os impulsos juvenis” (Elizabeth CROUZET-PAVAN, *Uma flor do mal: os jovens na Itália Medieval (séculos XIII-XV)*, p. 197)

Ao contrário da paidéia helenística, neste período não se distingue o mundo infantil ou juvenil do mundo adulto, nem se reconhece a passagem de um ao outro, realizada por meio da iniciação ou de uma educação¹³. A preocupação com a educação nestes termos desaparecerá no início dos tempos modernos. Neste momento, o trabalho delimitará as idades e as condições, e a maturidade será expressa na independência econômica, embora as responsabilidades nos negócios familiares, por exemplo, não deixe de classificar os jovens: “as diversas definições sócio-econômicas não conseguem senão circunscrever de modo incompleto aquilo que é menos uma classe, de idade — a juventude — do que um grupo de homens, os *giovani*”.¹⁴

As desordens, os estupros coletivos¹⁵ protagonizados por jovens, a quem eram atribuídas fraquezas, levavam ao aumento do controle social, à vigilância, a uma repressão maior sobre ambos os sexos, já que a promiscuidade era considerada obstáculo à paz e à salvação da sociedade cristã.

Os jovens exerciam também um papel social na individualização e no confronto entre famílias aristocráticas. Os esportes e as manifestações cavaleirescas centralizavam as disputas em defesa da honra e envolviam um processo de vingança que vai além do simples mundo dos *giovani* atingindo os *consorti*¹⁶, entre os quais a violência mediava relações simbólicas

¹³ ARIÈS, Phillipe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1981, p. 276..

¹⁴ CROUZET-PAVAN, Elizabeth. Uma flor do mal: os jovens na Itália medieval (séculos XIII-XV). In: LEVI, G. & SCHMIDT, J.C. *História dos jovens I*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 199.

¹⁵ As desordens cotidianas dos jovens colocaram em risco o equilíbrio e a ordem da cidade, mas a sodomia nas cidades italianas foi considerada o mais terrível flagelo. Estudos historiográficos sobre as subversões juvenis voltadas para os estupros coletivos identificam-nos como um rito de admissão nos bandos, com perfis socioeconômicos profissionais muito definidos cujos critérios de aceitação têm base na virilidade. De cada dois jovens na cidade, um participa. Essas desordens evidenciavam também as pulsões juvenis a quem a sociedade impôs uma socialização (Elizabeth CROUZET-PAVAN, *Uma flor do mal: os jovens na Itália Medieval (séculos XIII-XV)*, p. 202-204).

¹⁶ “... uma disputa de *giovani* está nas origens da lista feroz que divide Brancos e Negros em Pistóia, na Toscana. O vinho corre em abundância e um desentendimento no jogo faz chover insultos. Ocorre uma primeira agressão. Vanni de Guafredi tem a mão cortada e é também ferido no rosto. Ao agressor, que não obstante procura fazer a paz, a ofensa é devolvida com minuciosa precisão. Cortam-lhe a mão que havia cortado a de Vanni, ferem-lhe o rosto do mesmo lado e, robustos, só pensam em ferir e matar.

cas de solidariedade. Também os combates nas pontes, com bastões, como divertimento popular, eram algumas das manifestações folclóricas que tinham a ver com as fragmentações urbanas e as identidades dos bairros, e que passaram aos poucos a serem regulamentadas, numa tentativa de aplacar a violência dos combates em sociedades jovens.

Crouzet-Pavan considera que as sociedades de jovens (*societates juvenium*), como a Companhia dos Modesti em 1487, evidenciavam a intersecção entre público e privado no reforço da fraternidade, dos laços de amizade e de parentesco no interior de uma mesma classe etária. Criavam proximidade com o monopólio da fortuna e do poder da elite aristocrática, no papel de sustentação das relações de Veneza com os príncipes estrangeiros (através de festas organizadas pelas grandes famílias) e na generalização do espaço público para eventos privados das famílias (a praça era o palácio dos *doges* como ponto de partida e chegada de cada cortejo).

Na introdução e na familiarização da vida política e pública de maneira geral, os jovens protagonizavam situações sociais onde o privado se confundia em grande parte com o público, indicando a afirmação de Arendt de que os tempos modernos trouxeram consequência e risco político envolvido na projeção da esfera pública das experiências e valores que são válidos unicamente na esfera privada ¹⁷

mais dos que critérios biológicos ou socioeconômicos, são essencialmente critérios morais que, para os contemporâneos permitem circunscrever a idade e o grupo dos *giovani* [...]. Como as mulheres, e mais ainda do que elas, os *giovani* constituem uma ameaça, um perigo. E todos os seus comportamentos, seus excessos, suas desordens não fazem senão alimentar e aumentar essa formidável suspeita. Os *giovani* são ditos capazes e culpados de todos os desregramentos.¹⁸

Reunidos entre si, acompanhados de suas escoltas, projetam e executam violências" (*Storie pistoresi* apud Elizabeth CROUZET-PAVAN In: *Uma flor do mal: os jovens na Itália Medieval (séculos XIII-XV)*. p. 213).

¹⁷ TELLES, op. Cit. 177.

¹⁸ TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social, Rev. de Sociologia da USP*, Vol. 1, 1. Semestre, 1990, p. 234

Mas o papel dos jovens na esfera pública como síntese de cada realidade histórica concreta vivida pelas novas gerações se diferencia também conforme a interpretação analítica dos autores. Por isso devemos considerar que na cultura da Idade Média Ocidental geralmente não há uma concepção uniforme nem estática do que seja a juventude. Pastoureau ao desenvolver um estudo histórico iconográfico sobre a juventude afirma que nesse período a vida divide-se conforme o lugar — no mosteiro, no castelo, na universidade, no palácio de justiça, nas feiras e nos mercados. Tomando como base a iconografia medieval ele afirma que a imagem do jovem está mais ou menos presente dependendo de seu lugar social, o que para nós vem a ser significativo na formulação da visibilidade pública que terá a juventude de cada época.

Assim, há uma hierarquização na presença do jovem nas imagens deste período: jovens da nobreza aparecem mais do que os do mundo rural. Apesar da efervescência da vida universitária a partir do século XIII, os jovens clérigos aparecem mais do que os estudantes: *“essas lacunas da iconografia são em si mesmas documentos de história. As seleções operadas pela imagem não são neutras nem anedóticas. São ideológicas, militantes e devem ser estudadas como tais. Os silêncios da imagem são sempre eloqüentes”*¹⁹

A imagem é entendida aqui como ideológica e, curiosamente, mostra-se como na “escala dos tamanhos”, uma escala de valores onde representar velhos por figuras grande e jovens por figuras pequenas é proclamar, pela imagem uma nítida diferença de estatutos social, teológico, político, jurídico, econômico e simbólico. *“O jovem ocupa na imagem um lugar pequeno porque ocupa um lugar pequeno na sociedade”*²⁰. Esta imagem faz sentido no período e induz à idéia de que o jovem encarnará a visão cristã que toma Deus como infinito e transcendente e o

¹⁹ PASTOUREAU, Michel. Os emblemas da juventude: atributos e representações dos jovens na imagem medieval. In: LEVI, G. & SCHMIDT, J.C. *História dos jovens II*, São Paulo, Cia das Letras, 1996, p. 248.

²⁰ PASTOUREAU, Michel. Os emblemas da juventude: atributos e representações dos jovens na imagem medieval. In: LEVI, G. & SCHMIDT, J.C. *História dos jovens II*, São Paulo, Cia das Letras, 1996, p. 252.

indivíduo pequeno e desamparado (Horkheimer, 1976), e que só os mortais colocados no alto da hierarquia eclesiástica têm projeção como individualidades, mesmo a serviço da doutrina.

A iconografia medieval não só mostra pouco o que é um corpo jovem, como raramente ilustra a função ativa da juventude no seio da sociedade. A ela é conferido um papel passivo, estereotipado, estático, ao contrário do que ocorre nos textos. Nestes ela aparece como turbulenta, ruidosa, perigosa, transgressora da ordem social e moral. Só nas imagens do fim da Idade Média vamos encontrá-la em bandos, jogando, gritando, trapaceando, ridicularizando as autoridades e os poderes estabelecidos. Ali o movimento, o ritmo e a música aparecem na imagem do jovem (Pastoureau, 1996).

No início da era moderna quando idéia de individualidade começa a se deslocar da metafísica para os interesses materiais do indivíduo, a juventude tinha suas ações ainda muito vinculadas ao mundo adulto. O domínio das expectativas em relação à troca entre as gerações, segundo Schindler (1996), teve possibilidades maiores de ocorrer do que nos séculos posteriores devido ao “comportamento menos disciplinado” e até “mais juvenil” dos adultos. Para este autor, impressiona, inclusive, o relacionamento relativamente flexível que o mundo adulto de então mantinha com os jovens, não obstante todas as escapadas dos adolescentes. Neste momento, quando começa a emergir a idéia de indivíduo, “*a sociedade começou a perder a coesão e ele tornou-se consciente da diferença entre sua vida e de uma coletividade aparentemente eterna*”.²¹

Contra-pondo-se à idéia da ausência do jovem na formação de uma cultura juvenil neste período, Schindler argumenta que a fronteira entre a infância e a juventude é um conceito variável, principalmente, pelo fato de que, para a maioria da população a escola ainda não se colocava em contraposição ao trabalho. O pressuposto de que no século XVI a sociedade tinha uma consciência viva bastante concreta da diferença cultural entre crianças e jovens é reforçado pelo uso do termo, na mesma época,

²¹ HORKHEIMER, Op.cit. 177.

numa acepção moderna, concebendo a juventude como uma fase da vida precisa e diferenciada .

Este mesmo autor, concordando com a base dos estudos históricos das tradições populares mostra que, a caracterização da cultura juvenil daquela época e seu perfil de grupo social destacado enquanto forma social, eram dadas pelas teorias jurídicas e histórico-constitucionais. Ao representar a si mesma, a juventude se constituía em formas de organização mais elaboradas (com estatutos, práticas financeiras regulamentadas, reuniões regulares, desfiles etc).

Essas associações tinham uma dimensão ritual que lhe dava um perfil grupal, não eram cidadinas e assumiam, por causa das características de cada aldeia, uma forma corporativa reforçada pelo fato de as pessoas se conhecerem há muito tempo. Reuniam-se em espaços públicos à noite, e as conversas giravam em torno das moças e sobre “recursos tradicionais da corte”; o matrimônio era o ponto nodal da cultura dos grupos jovens, e a forma organizada de cortejar o sexo oposto significava um controle sobre o “mercado matrimonial”.

Nesta época, por um lado os jovens assumiram algumas incumbências rituais que definiam a continuidade institucional no exercício de preparação do carnaval, nos costumes carnavalescos, na função de mediar a renovação e o reforço das relações sociais, quando podiam interferir organizando outras festividades, quando lhes eram concedidas certas funções gerais de manutenção da ordem, de censura moral, exercidas em relação não só a outros jovens mas também aos adultos “infratores da moralidade” (Schindler, 1996, p. 275-277).

Por outro lado, estes jovens a quem era confiado o papel de mantenedores da ordem desfrutavam a liberdade de seu grupo etário e eram, em muitas ocasiões, tutores da desordem, provocando distúrbios nas vias públicas e encontros sexuais nos becos, nos cemitérios etc. Uma política de separação dos sexos em lugares públicos delineou com força cada vez maior o conceito de que o lugar da mulher é em casa e não em lugares públicos. Os decretos comunais contra os tumultos noturnos que se iniciaram no século XV também foram importantes para a delimi-

tação da “euforia” dos grupos juvenis²² e para a consciência de que eles precisavam de um espaço próprio.

É curioso notar que essa época teve como peculiaridade o fato de toda essa “agitação juvenil” ter contado, com uma forte tolerância dos adultos. Embora os jovens fossem motivo de inquietação, seu comportamento era entendido como uma “questão de tempo”, como se tivessem um sentido de confiança num futuro que alteraria aquela condição de convivência com os adultos.

Na interpretação de Schindler (1996) esta prática ritual dos jovens do início da modernidade contribuiu intensamente para ocultá-los de si mesmos, o que foi sendo revertido posteriormente, quando passam a ser ativos na representação que a sociedade fará deles.

A militarização compulsória de jovens

Na Europa, do século XVII ao XX, a experiência militar dos jovens, isenta do caráter educativo que tinha na Antiguidade Clássica, entra em suas vidas sancionando seu na esfera pública. É possível observarmos esta especificidade da socialização de jovens no sentido de sua militarização, embora o exército não tenha assumido um valor iniciatório para todos e não os tivesse como interlocutor único — entre os soldados havia também homens adultos e até crianças, não importando, durante muito tempo, a idade dos recrutas. O chamado às armas demarcava a emancipação para uma parcela da juventude que não trabalhava e que raramente contribuía para a gestão econômica da família.

O trabalho concorria com o exército numa Europa²³ onde desde cedo crianças e jovens faziam parte da mão de obra ativa da economia imersos no mundo do trabalho — não raras vezes ia-se direto para o exército sem passagem pela escola.

Durante o século XIX, vai ganhando força a idéia de militarização da juventude com a formação de batalhões escola-

²² Criou-se, por exemplo, a “casinha dos loucos”, que em Solothurn era uma cela para prisões rápidas, isto é, que incidissem sobre a honra dos jovens infratores sem contudo taxá-los como criminosos (Norbert SCHINDLER, *op. cit.*, p. 290).

²³ “O primeiro país a instituir o serviço militar obrigatório foi a Suécia, em 1544 [...]. Um

res recrutados nas universidades e nos ginásios. Aos poucos vai havendo uma separação entre estes jovens e as crianças, às quais, porém, continua sendo permitido viver nos acampamentos, junto com as mulheres.

Com a Revolução Francesa, o alistamento de recrutas se torna obrigatório para os jovens de 20 a 26 anos e é cercado de um tom amargo, como uma injustiça contra a juventude. A partida era revestida de um ritual onde os pais acompanhavam os filhos até os limites da aldeia, ficando com uma mecha de seu cabelo como lembrança. Este "*deixava de ser um gesto solitário para se tornar um evento coletivo, que reforçava nos jovens o sentido de pertencerem a um grupo etário bem preciso*"²⁴ e terem um papel a exercerem numa comunidade de interesses.

Havia porém um rancor social, fortalecido pela discriminação, que começava no momento do sorteio que definiria o ingresso no serviço militar: os filhos da burguesia muitas vezes pagavam somas enormes a um jovem trabalhador braçal para substituí-los. Isso demonstra que na seleção o caráter classista se sobrepunha ao etário.

Os meios para se evitar o exército eram muitos: doenças, casamentos, fugas, enfim, havia muita resistência à dedicação às armas que, sem dúvida penalizava os jovens ao roubar-lhes a melhor parte de suas vidas pois o serviço militar se prolongava durante sete anos no início do século XIX.

Como rito de passagem, a militarização vai ser um veículo para a consolidação de ideologias no final do século XIX, servindo aos movimentos nacionalistas emergentes quando o jovem é instrumentalizado para a defesa nacional, constituindo o gran-

século mais tarde, a crescente necessidade de mão de obra bélica obrigou a Espanha e a Inglaterra a organizar milícias nacionais e induziu o Marquês de Louvois a sortear 25 mil franceses e encaminhá-los para defender as fortalezas do país [...]. A presença militar na sociedade, já bastante forte, tornou-se ainda mais capilar quando começaram a ser adestrados soldados regulares também em tempos de paz [...]; na Prússia, o Kantonsystem, introduzido por Federico II, o "Rei Sargento", em 1713, obrigava os homens a fazer exercícios militares duas ou três vezes por ano, desde a idade de dez anos" (CORVISIER, BRANCACCIO, CRAIG apud Sabina LORIGA, *A experiência militar*, p. 18-19).

²⁴ LORIGA, Sabina. *A experiência militar*. In: LEVI, G. & SCHMIDT, J. C. *História dos jovens II*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p.27.

de contingente humano a ser “doador” nos campos de batalha sua visibilidade pública estava no elo que representou no renascimento das nações, o processo no qual as guerras de conquista tinham um papel central.

A necessidade do trabalho juvenil

O desenvolvimento da sociedade industrial em emergência teve também uma determinada camada da juventude como protagonista na esfera pública: o jovem operário testemunha a naturalização do trabalho para seu segmento social, na proporção direta da ausência do estudo e do sexo, ou seja, da formação e da latência, exigências próprias de sua idade. Conseqüência das relações iniciais da produção em direção à acumulação do grande capital, o jovem operário se insere na sociedade industrial como força de trabalho que se subsume à lógica da necessidade da produção coletiva, onde a família gesta e decide sobre seu destino de trabalhador. O jovem trabalhador, foi no século XIX, o **elo** de reprodução das condições de reconhecimento, de sua família no espaço público através da própria sociedade do trabalho. Seu corpo foi instrumento (como os de outros trabalhadores) a serviço da produção e sua juventude interessava enquanto pudesse servir à acumulação do capital.

A sociedade industrial aplicou às mulheres e aos jovens sua lógica própria, privilegiando o todo sobre as partes: *“a família — e a classe — operária tem necessidade de seus jovens, mas lhes pede trabalho, obediência e, em última instância, silêncio. Eles se exprimem pouco, e, quando o fazem, sua voz é reprimida”*²⁵

É fato histórico que a juventude operária do século XIX teve como limites para a aprendizagem do trabalho, o certificado de estudo e a primeira comunhão, o que normalmente levou pais operários a forjarem documentos dos filhos para antecipar-lhes a entrada no espaço fabril, incorporando a lógica social do todo sobre as partes, as famílias, a classe operária, têm necessidade

²⁵ PERROT, Michelle. A juventude operária. Da oficina à fábrica. In: LEVI, G. & SCHMIDT, J. C. *História dos jovens II*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 84.

dos seus jovens, mas lhes pedem trabalho, obediência e, em última instância, silêncio.

No seu estudo onde relata a condição acima mencionada Perrot considera que a Lei de 1841 procurou controlar e proteger o jovem operário, proibindo-lhe o trabalho aos domingos e por mais de 12 horas diárias. A de 1892 retirou a criança do espaço industrial (de fato o único controlado pela inspeção), ao mesmo tempo em que decretou o “fim” da infância, estabelecendo os treze anos como a idade para admissão ao trabalho e, unificando prescrições escolares e ordem fabril.

Os jovens da classe operária europeia têm assim, sua adolescência inaugurada pelo trabalho. Aos 14 anos, já inseridos no mundo da produção, deixam de ser tratados como crianças; quando ingressam no serviço militar têm demarcado o fim de sua juventude. Ambos os períodos da juventude operária são longos — o do trabalho e o do serviço militar. Estatísticas de 1800 mostram que o trabalho juvenil é como uma “praga social” que concorre diretamente com a potência militar de países como Itália, França ou Inglaterra. Os exames para o serviço militar denunciavam a falta de saúde e o abuso da força física da juventude trabalhadora da época, cujo contingente era muito grande. Não obstante a legislação que torna a escola obrigatória e gratuita, vigente a partir de 1881, as famílias pobres continuavam obrigando suas crianças a trabalhar precocemente. Em 1897, a grande indústria conta com 223.385 rapazes de 12 a 18 anos e 210.182 moças da mesma idade. Em todos os lugares — a mina, o canteiro de obras, a fábrica — a contratação é familiar. Muitos jovens são recrutados dentro das salas de aula pelos diretores das escolas.

A presença da família operária é forte no século XIX, como instância reguladora da sociedade. É autoritária na desconfiança da emancipação de seus filhos para firmarem contratos de trabalho por conta própria. Às vezes controlam sua “caderneta de trabalho” e os intimam a entregar seus ganhos. Sua herança é o ofício e assim perpetuam as “endogamias técnicas”. O primogênito ensina a profissão ao irmão mais moço, o tio ao sobrinho e assim sucessivamente; o patronato se acomoda facil-

mente a essas práticas, que lhe poupam o encargo relacionado à aprendizagem, mas não aceita o controle sobre o modo de produção.²⁶.

Perrot considera que toda esta condição não é parte das aspirações do jovem operário, que ao imigrar para outras regiões estabelece a distância suficiente para sua emancipação. Para ela as grandes cidades foram, então, zonas de alforria para a juventude, embora, para conquistá-las, tivessem que trabalhar. As viagens tinham funções múltiplas de iniciação ao ofício, à sociabilidade, ao amor, à política, à “universidade da vida”, à verdadeira inserção na via pública. Os jovens na realidade detestavam o “trabalho forçado” da fábrica, pressionados entre um patronato tenso e adultos nervosos. A fábrica favorecia as ações coletivas de grupos de jovens que protestavam, fazem greve, participavam de conflitos de massa:

Entre 1871 e 1890, 16% dos manifestantes detidos têm entre 15 e 19 anos sendo 6% dos seus líderes identificados nessa faixa de idade (...). Na Alsácia, entre 1850 e 1870, os jovens operários formam mais de 22% dos grevistas, abrangendo também as mulheres(...). Na França, entre 1870 e 1890, eles são responsáveis por mais da metade das greves de jovens e têm um forte poder de mobilização. Em Vienne (Ródano), os enlaçadores de fios, adolescentes de doze a dezesseis anos, convencem as mulheres, estofadoras e tecelãs, a se manifestarem no Primeiro de Maio de 1890, e protestam com furor contra os fabricantes da cidade.²⁷

A história demonstrou que nesse período o terreno mais

²⁶ O que ocorre nesse período, segundo o autor, é um grande arranjo da família operária em manter como elemento estratégico a reprodução destas relações de produção dentro das fábricas. Ela se esforça em controlar ao máximo o uso do salário, retardar ao máximo a formação de novos casais, seus nascimentos, resistir ao patronato, que procura por sua vez neutralizar o corporativismo familiar aliado ao ofício. O patrão introduz novas máquinas e força a organização do trabalho para evitar controle técnico, limitação do número de aprendizes etc. As greves e os conflitos operários deste século têm aí uns de seus motivos (Michelle PERROT, *A juventude operária - Da oficina à fábrica*, p. 98-99).

²⁷ PERROT, Michelle. A juventude operária. Da oficina à fábrica. In: LEVI, G. & SCHMIDT, J. C. *História dos jovens II*. São Paulo. Cia das Letras, 1996, p. 111-112.

importante não era a política, no geral vista como assunto de adultos (jovens são excluídos do voto, e também do sindicato). Os jovens “*se manifestam mais do que se associam, em grupo na maioria das vezes, são ardentes nas barricadas [...], no entanto, é preciso grandes acontecimentos para que se mobilizem*”²⁸

O discurso libertário e a transformação social

A coerção social do trabalho sobre o jovem dos séculos XVIII e XIX acompanhou a inquietação dos movimentos libertários e revolucionários até o início do século XX. Desde a Revolução Francesa, os jovens tomam a denúncia política e a reivindicação como direitos, demonstrando resistência à perda do “mundo comum” como condição inerente ao espaço público. Na contramão dos valores do individualismo emergente inserem-se via sociabilidade política da vida pública revelando ações reconhecíveis na sua “capacidade de iniciar um novo começo” como afirma Telles ao discutir o pensamento de Arendt. É inevitável que nos momentos de crise e de ruptura a juventude esteja bastante presente, seja na tentação de louvar, seja na de mascarar a cultura política, segundo Caron. Porém, não são tão jovens os revolucionários desses séculos; são maduros e envelhecidos pela luta política, e parecem ter consciência de que sua militância política representa o **elo** histórico entre o passado e as idéias de um futuro que se apóia em sua juventude como metáfora ou símbolo da mudança social. Nesse sentido, são diferentes também dos jovens que participaram dos movimentos nacionalistas do século XX (Itália e Alemanha), portadores dos interesses da classe trabalhadora ou em defesa do status quo. No período marcado pelos anos pós Revolução Francesa, os embates tiveram conotações diversas, e os movimentos de protesto envolviam considerações de ordem geracional (necessidade de corrigir os “erros” das gerações passadas).

Os protestos do século XIX, lembram os contemporâneos. Como grupo etário, a inclusão da juventude na esfera pública era precisa na sociedade tradicional e no limiar do século XX ela

²⁸ Idem, 116.

deixou de existir dessa forma para hipertrofiar no imaginário, onde sua presença se torna mais presumível do que real. É deste modo que o historiador lerá a presença revolucionária dos jovens do século XIX, o que é presumível, como protagonistas que, independentemente da idade, “sentiram-se” jovens e como jovens combateram (Caron, 1996).

Os jacobinos da *École de Mars*, dentro do espírito republicano de educar os homens livres para a pátria conceberam a formação da juventude sobre o estereótipo da virilidade. Recomendavam a convocação dos jovens para a cerimônia das armas a partir dos dezesseis anos, incentivando a demonstração de sua virilidade nas fronteiras de combate e dificultando o relacionamento com mulheres, a fim de evitarem doenças. Serão, porém, combatidos, após a queda de Robespierre, pelos “muscadins”, a “juventude dourada”, um segmento civil no acerto de contas com a Revolução.

A revolução impunha à juventude que cumprisse uma espera para poder assumir plenamente seu papel de cidadão junto ao Estado, inaugurando uma época na história política dos jovens. A Assembléia da Convenção Republicana da França, após consulta à população, decide que os jovens deveriam esperar os 25 anos de idade para votar nas assembleias eleitorais, os 30 para se eleger no Conselho dos Quinhentos e os 40 para entrar no Conselho dos Anciãos. Os jovens jacobinos passam a refletir sobre seu desencanto frente ao papel e ao destino da juventude na Revolução.²⁹

Os jovens que viveram a Restauração são marcados pela diferença entre quem faz uma revolução e quem a encontra feita.

²⁹ Para CARON (1996), é exemplar a experiência de Marc-Antoine Julien, jovem jacobino de 20 anos, que em 1795 sofre nas prisões termidorianas, carregando um passado de militante terrorista, homem de confiança de Robespierre aos 18 anos, que é perseguido após o 9 de termidor como agente roberspierrista. Os seus escritos de cárcere, além de refletirem sobre a situação da França, mostram o estado de ânimo de um “jovem que amadureceu muito rápido e precocemente envelheceu”. “Minha vida é um romance pesado e terrível, mas comovente e instrutivo para os jovens sem experiência [...]. Nasci num vulcão, vivi no auge da erupção, serei sepultado por uma lava”. Já em liberdade escreve: “parto, não quero rever Paris, quero vacas, leite [...]”. Tenho 21 anos, que imagens tão pesadas não intervenham mais para obscurecer a aurora da minha vida” (Dossiê Julien apud Jean-Claude CARON, *Os jovens na escola: alunos de colégios e liceus na França e na Europa (fim do século XVIII - fim do século XIX)*, p. 207).

Não estão voltados para o passado porque se investiam como **elo**, protagonizando novos tempos. Ainda segundo Caron os jovens saint-simonianos se propunham a uma revolução nem violenta nem política. Aspiravam algo mais do que a igualdade e a liberdade algo, que se traduzia por estar em sintonia com os novos tempos de uma acumulação ousada, que via nos privilégios feudais os obstáculos para o progresso. Era uma geração ávida de poder e que se contrapunha à gerontocracia. Mas estes também viram frustrados seus ideais de contraposição entre “civilização” e “revolução” a partir das concepções que pretendiam conduzir o progresso da França. O poder ficou com os veteranos do império, e os conflitos de gerações nos embates de 1830 foram mostrando que a abordagem baseada nas gerações para o problema da revolução vinha encontrar limite na situação de classe, ou seja, os antagonismos se davam mais entre as classes e menos entre as gerações.

Ainda no século XIX e no começo do século XX, o desenvolvimento das lutas operárias, do sindicalismo, dos movimentos libertários, marcaram-se também pelo caráter revolucionário, pela presença de jovens intelectuais e operários cuja esfera da sua vida privada se confundiu em certa medida com sua militância e com os próprios movimentos dos quais participaram ativamente. Os jovens revolucionários do final do século XIX e início do Século XX mediram a sua influência na vida pública no sentido da ação organizada como meio e realização do discernimento - pela convicção histórica de um compromisso com suas idéias sociais. Sua história por vezes pareceu se confundir com a história de seu tempo. A importância que estes nomes assumiram no ideário dos países ocidentais não deve, porém, afastar a reflexão da dinâmica e das condições históricas privilegiadas que os conduziram como protagonistas de acontecimentos marcantes e que mobilizaram não só outros jovens como também uma significativa massa de indivíduos organizados em torno de suas idéias.

Não seria exagero afirmar que este final do século XIX, exemplarmente, foi o momento em que os jovens tiveram a oportunidade histórica propícia de re-conhecerem-se no desafio da negação do individualismo.

Sair de si própria e voltar-se para a emancipação da sociedade como um todo foi também, o conteúdo do discurso leninista que seduziu grande parte da juventude no início do século XX. A história registra o quanto o jovem foi solicitado e incumbido de uma tarefa histórica de criação de uma nova sociedade onde a esfera pública não é traduzida pelo interesse privado, daí a necessidade de “instruir a juventude” “prepará-la para que fosse capaz de determinar e coroar a obra iniciada” no caso pelos adultos que o fizeram como jovens.³⁰

Símbolo e metáfora de uma modernidade em crise

A juventude como um símbolo de afirmação da esfera pública atingiu seu limite mais significativo no período entre guerras do século XX, com a ascensão do fascismo na Itália e do Nazismo na Alemanha. Período de desvirtuamento do senso do *mundo comum* na sua expressão absoluta, positiva, envolve o jovem como “massa mobilizada” pela propaganda totalitária e sua imagem a serviço de uma ideologia.

Tanto a Itália quanto a Alemanha utilizaram a juventude como símbolo e promoveram, autoritariamente, o envolvimento e a formação político-cultural de uma geração de jovens. Resguardadas as diferenças culturais, os processos se assemelham, pois, têm a mesma natureza ideológica disseminada nos atributos individuais exemplares de vigor juvenil, virilidade, energia, espírito inovador e ativo, frescor do físico novo e bem dotado como emblemas daquilo que deve ser público.

O esporte, sempre representado pelo jovem atleta, que sempre com imagens em movimento deveria parecer a materialização do movimento do próprio fascismo, assume relevância no discurso figurativo do regime. O efebo, “jovem de idade e belo de corpo”, foi adaptado para simbolizar e sintetizar os valores do regime fascista italiano e que, segundo Malvano³¹ adquiri-

³⁰ LÊNIN, Ilich Vladimir. Tareas de las juventudes comunistas (discurso pronunciado em el III congreso de la Union de Juventudes Comunistas de Rusia el 2 de octubre de 1920) In: _____. *La cultura y la revolución cultural*. Moscú: Editorial Progreso, 1980, p. 123-125.

³¹ MALVANO, Laura. O mito da juventude transmitido pela imagem: o fascismo italiano. In: LEVI, G. & SCHMIDT, J.C. *História dos jovens*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 259-290.

rá uma versatilidade na transmissão de mensagens político-ideológicas fascistas, sendo o atleta “em situação”, tornando-se ora “o construtor”, ora “o trabalho”, etc, dependendo da conveniência da mensagem.

O espírito jovial deveria “contaminar a massa contra a estagnação e comodismo” e conferir uma nova imagem “dinâmica e viril” até mesmo ao inosso: o funcionário público assimilaria do jovem a agilidade, a vontade de fazer o trabalho para a coletividade etc. As famílias deveriam cultivar a tradição e prover “ninhadas” de filhos dentro do espírito da “exuberante procriação nacional” e assim adaptar-se sem dificuldade às exigências oficiais.¹

A Itália fascista estava presente em tudo, nos homens e nas coisas, e a “unidade espiritual” entre o *Duce* e o fascismo exigia uma estreita concordância de elementos conotativos: a juventude eterna do fascismo devia ser inapelavelmente a de seu chefe “O *Duce era o mais jovem de todos, seu símbolo desvinculado do tempo e do espaço sugeria a eternidade do próprio fascismo*”³²

Assim a juventude era uma imagem instrumentalizada para formação, reprodução e mobilização dos valores da sociedade. Ela assumia a reiteração e a afirmação do papel de “*protagonista social e referente privilegiado do regime de cuja imagem propunha um modelo cuidadosamente codificado e ritualizado*” (Malvano, 1996, p. 280), ou então como quer Passerini (1996), o jovem torna-se metáfora do fascismo e, ao mesmo tempo, instrumento dele, uma vez que serve para dar a sensação de potência e força, de fatalidade e determinação histórica.³³

O modelo oferecido ao jovem italiano era o de ser um *balilla* de Mussolini (imagem imortalizada do garoto que joga uma pedra num oficial austríaco provocando uma insurreição popular). Ele possuía a dosagem certa de subversão, audácia, destemor, co-

³² Idem, 279.

³³ PASSERINI. Luisa *A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950*, p. 350-351).

ragem, e amor ao risco suficientes para representar o espírito do fascismo na defesa dos ideais patrióticos. À jovem era reservado o modelo de ser “mulherzinha judiciosa” pronta a ajudar nas tarefas domésticas, educada para um futuro de “mãezinha dedicada” de futuros meninos, elevando a “santa missão da família”. O jovem tem também, um papel mediador quando o debate sobre ele “*representa de várias maneiras um dos temas por meio dos quais a sociedade refletia sobre si mesma, quando não podia fazê-lo mais abertamente*” (Passerini, 1996, p. 325).

O exemplo da experiência nazista com os jovens não é mais ameno. Pelo contrário, reflete uma rigidez educativa tão ou mais forte na manipulação de suas consciências e impressiona o pesquisador.

Michaud³⁴ considera que ser jovem no III Reich não remetia a um grupo social ou a um momento do desenvolvimento biológico do indivíduo, mas significava antes de tudo a vinculação a uma idéia nova. Inspirado pelo mesmo objetivo nacionalista do fascismo, o projeto racista é central na formação de seus jovens. Substituindo o papel da família e da escola, o Estado toma para si a tarefa de formador e educador, valorizando as organizações paramilitares da juventude.

Toda uma geração de alemães cresceu nas décadas de 1930 e 1940 sob o aprendizado da seleção racial, da concorrência, da superioridade da raça ariana sobre a judia. Ser ariano era ter a “alma” alemã, diferenciar-se pelo andar, pelos gestos, pelo porte, pela fala. Desde os 10 anos as crianças eram consideradas soldados de uma idéia, encorajadas à denúncia contra os judeus, que acabaram sendo excluídos e exterminados aos milhões. O controle da juventude foi um processo ascendente no poder da SS, e em 1936 a *Hitler Jugend*, Juventude Hitlerista, era a realização concreta da idéia de uma “juventude de Estado”, de uma representação do sentido público.

A militarização da vida dos jovens tinha como objeto roubar-lhes a individualidade, condicioná-los ao comportamento

³⁴ MICHAUD, Eric. Soldados de uma idéia: os jovens sob o Terceiro Reich. In: LEVI, G. & SCHMIDT, J. C. *História dos jovens II*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 291-317.

massificado, substituir-lhes o pensamento pela ideologia nazista.

Como os fascistas, os nazistas instrumentalizaram a juventude como meio e símbolo da ideologia que tinha o interesse maior de reverenciar o *Führer*, o representante maior da “mãe pátria”. A metáfora da juventude como sendo o próprio nacional-socialismo foi o ponto mais alto de um regime obsessivo e alienador de consciências, que teve um grande poder de sedução sobre os jovens.

A arte também se incumbia de interferir no processo. Como disse Michaud, enquanto propaganda ela não tinha o poder de enganar ninguém, ela não maquiava nada: tinha a tarefa radical de transformar heroicamente o real. Colocados como artistas do povo alemão pelas mãos de Hitler, os jovens faziam seu, um dos momentos mais ousados da modernidade, no qual “o possível e o real mudaram de posição”. O possível passa a ser o real, elevando o papel da juventude como criadora, eternizando o modo de vida do povo alemão através das artes (Patocha apud Michaud, p. 309-310).

O casamento biológico estimulado pelo III Reich foi uma das formas mais tiranas contra a autonomia da juventude, incutindo em toda uma geração de mulheres jovens uma noção de doação heróica para reproduzir o “material humano” do povo germânico.³⁵ Este era o destino político oferecido pelo regime alemão a seus jovens do início do século XX, cuja formação militar exigiu-lhes a renúncia de sua juventude em troca de doar-se a uma idealização de pátria.

Os momentos do nazi-fascismo são exemplares não apenas por contruírem o conceito instrumental de juventude carregado de noções ideológicas, mas por intencionarem a afirmação totalitária de elites e garantir-lhes a renovação.

³⁵ Segundo Eric MICHAUD a cifra de mulheres grávidas em 1936 abala a idéia segundo a qual o enquadramento paramilitar e esportivo dos jovens teria tido como resultado desviar a libído de seus fins sexuais. “Em 28 de outubro de 1935 foi oficialmente instaurado o “casamento biológico”, recomendando as relações sexuais fora dos laços do casamento entre rapazes e moças unidos pelo mesmo ideal de conservação da raça. Alguns meses mais tarde, mais de mil moças voltaram grávidas do congresso do partido que se realizara em setembro de 1936 em Nuremberg”. (Eric MICHAUD, *Soldados de uma idéia: os jovens sob o Terceiro Reich*, p. 303).

A exploração da juventude como imagem significou o elo de continuidade com as idéias nazi-fascistas e que nos remetem contemporaneamente à crescente ascensão destas idéias ainda no final deste século. O Estado toma para si a tarefa de educar as novas gerações formando-a como referência de uma nova ordem cujo foco não é a juventude, mas a própria ideologia autoritária que impõe ao cidadão adulto ou ao jovem o paradoxo de ser o portador dos destinos de uma nação e ao mesmo tempo não poder decidir autonomamente sobre ela. Na esfera pública a política não lhe pertencia, era-lhe uma atribuição.

Os anos pós-guerra trouxeram um novo discurso, tanto para os jovens europeus, marcados pelas angústias da sociedade em reconstrução, quanto para os jovens da América levados ao questionamento do sentido da vida e das esperanças no futuro. Nesse momento, a luta entre gerações assume grande importância e a sociedade de consumo afirma o caminho em que o mercado e a ideologia da sociedade industrial entrarão como elementos formadores da subjetividade do jovem.

Ficam novamente expostas as contradições da constituição do “mundo comum” fundado em realidades partilhadas visíveis, uma vez que torna-se impossível a singularidade juvenil ser reconhecida numa sociedade agora massificada pelo consumo em meio à crise do sistema de valores da sociedade ocidental, que impede a determinação da comunidade para o sentido da experiência do espaço público. A tradição é substituída pela juventude que descobre a si própria no espaço público e confirma sua presença como grupo etário diante da modernidade que educa para o consumo e não para a escolha.

Considerações finais

Vistas genericamente, as juventudes se contrapõem quando deslocamos nosso olhar para os países que tiveram, uns mais outros menos, a “vocação histórica” de colonizar outros. Seus filhos viveram sociabilidades diferentes daqueles filhos nascidos em terras colonizadas. Entretanto, quando centramos nosso olhar

nos jovens concretos, começamos a perceber as semelhanças que envolvem sua presença social nos diferentes lugares e na capacidade de influenciarem nas perspectivas da vida pública.

A comparação com os jovens da Europa do século XVII ao XIX, identifica o jovem brasileiro na esfera pública como segmento moderno, presente nos costumes do Império e da República, principalmente, na condição de estudante e militar engajado. É possível registrar a sua recusa da ordem colonial e defesa de pautas de liberdades trazidas do século XIX, ainda que convivamos com a dificuldade da falta da abordagem especializada sobre este tema. A política foi a forma de expressão de sua juventude e sua intervenção é notória no plano ideológico dos movimentos revolucionários brasileiros anteriores à independência, inspirada nas idéias da Europa liberal trazidas pelos filhos da aristocracia e propagadas através de sua sociedade e seus clubes secretos.

A história protagonizada pelos jovens alemães, italianos, franceses, espanhóis, brasileiros, etc., pode se cruzar em diferentes momentos quando observada pela tradição ou pelo seu rompimento na busca de um projeto comum, quando partiram das mesmas raízes circunscritas embora nem sempre paralelas, a exemplo da juventude engajada nas diferentes mobilizações estudantis desde o início do século XX na América Latina, principalmente, na efervescência estudantil dos anos 60.

Os pobres e a sociedade solidária *

Delma Pessanha Neves

Professora do Departamento de Antropologia da
Universidade Federal Fluminense

Resumo

As causas atribuídas à pobreza massiva e as propostas de intervenção sobre os pobres reafirmam valores morais definidores de certa humanidade universalizada. Os parâmetros que as consagram referenciam as práticas redistributivas e os programas caritativos do Estado, isto é, o militantismo cristão e a utopia voluntarista promotora da sociedade solidária, questões consideradas neste texto.

Palavras-chave: pobreza - direitos humanos - filantropia - caridade estatal.

Abstract

The attributed causes to the massive poverty and the proposals to intervene in it reassure moral values which define a certain universal humanity. The parameters of the causes and its dedicated proposals refer to redistributive practices and state charity programmes, i.e. the christian militancy and voluntary utopia which promotes the solidary society. Those are the issues considered in This paper.

Keywords: poverty - human rights - philanthropia - state charity

As concepções sobre o *pobre* e a *pobreza* devem seus significados aos contextos de sua emergência, isto é, às mutáveis percepções constitutivas das definições da ordem social. Esta imbricação é tão acentuada que, muitas vezes, aquelas categorias aparecem apenas como valores instrumentais para elaboração e construção de adesão a projetos políticos de gestão social; são utilizadas como pretexto para problematizar os modos de

* A primeira versão deste trabalho, sob título *Filantropia e construção discursiva sobre os pobres*, foi apresentada na mesa redonda **Os direitos dos mais ou menos humanos**, por ocasião da 51ª Reunião Anual da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Porto Alegre, entre 11 e 16 de julho de 1999.

apropriação dos bens e recursos. A variedade de significados já indica investimentos múltiplos e distanciados daqueles postos em prática pelos que assim são classificados. Põe em destaque a imprecisão da classificação, que abrange principalmente atributos culturais considerados fundamentais para a construção da hetero e da auto-exclusão dos etiquetados *pobres*, especialmente se são confundidos com os marginalizados, os desajustados etc.¹

Portanto, os significados devem ser compreendidos pelo embate dos múltiplos investimentos para administração da diferenciação, constitutiva de certas formas de sociedade, mas em certos momentos, contudo, mais visível ou dramatizada. Esta é, por exemplo, a percepção que se descortina no momento, diante das projeções alvissareiras ou caóticas configuradas a partir da suposição de um irrefutável processo de globalização da economia, que anuncia e torna mais dramática a segmentação - e suas conseqüências - da sociedade entre indivíduos produtivos e improdutivos. Os conflitos e as tensões passam a ser definidos a partir dessa polarização, fazendo ressaltar uma causa fundamental: o desemprego estrutural e a conseqüente expansão da massificação da *pobreza* ou a produção anunciada de uma sociedade drasticamente dualista.

Os novos pobres, os cristãos e os cidadãos

Diante das transformações no modelo de Estado, tendo em vista a adequação ao processo de globalização, o reconhecimento da expansão da *pobreza*, vista como massiva, tem seus significados construídos pela ótica da preservação dos valores atribuídos aos direitos sociais. Está em jogo nesta denúncia-intervenção, a luta pela preservação de uma sociedade que deve

¹ Telles, analisando a *pobreza* pela perspectiva da justiça social e da construção da cidadania, destaca, criticamente, a associação do termo a inúmeras temáticas. Neste artigo, assumo posição inversa. Parto do princípio de que analisar *pobreza* em si é ceder às tentativas de reificação presentes nos sistemas classificatórios dos quais os termos *pobres* e *pobreza* fazem parte. Considero seus significados pelo aspecto relacional e pressuponho que só desta forma eles podem ser compreendidos (Telles, 1990:37-45)

se organizar pela referência à cidadania, princípio de pertencimento cuja reprodução equivale à da sociedade democrática, de há muito reivindicada na civilização ocidental.

No caso da sociedade brasileira, o discurso é também revelador do tradicional distanciamento das massas empobrecidas do acesso e/ou manutenção dos direitos. Estas jamais chegaram a alcançar formas de participação política constitutivas da posição de cidadão e de beneficiários do modelo de Estado redistribuidor de serviços sociais.² Ganham então visibilidade especial, base para a construção paradigmática da *pobreza* absoluta ou intolerável, segmentos-limites da população *pobre* ou moralmente destinada ao trabalho. Desprovidos de vinculação produtiva ou providos mediante o desrespeito à legislação trabalhista, eles estão excluídos do usufruto dos direitos sociais. Não são contemplados pelas políticas públicas destinadas à redistribuição de auxílio desemprego, formação profissional, recurso habitacional, previdenciário e educacional, para citar as exclusões mais gritantes.

Por tais condições, constituem-se em demandantes de recursos redistribuídos pelas instituições filantrópico-voluntaristas e de assistência social pública; tornam-se integrados segundo princípios morais referidos a específicas concepções de humanidade. Este investimento político na preservação de certas humanidades se expande, então, diante da desesperança de realização do sonhado integrador progresso econômico, prenunciador, por si mesmo, de uma sociedade idealizada e, para mais à frente, prometida.

Sob esse ideário, se os desempregados e/ou subempregados continuam excluídos dos direitos sociais, eles podem, sob consentimentos, ser beneficiários do usufruto de direitos humanos mínimos. A própria defesa dos direitos sociais facilitou a apropriação de espaços públicos para sobrevivência abaixo do mínimo socialmente tolerável.³ Abrindo novas fronteiri-

² Sobre a especificidade da construção da cidadania vinculada aos direitos trabalhistas, ver Guilherme dos Santos, 1979. E sobre a exclusão da população de trabalhadores quanto ao acesso a direitos sociais, ver Telles, 1990:37-45.

³ A análise de formas de apropriação dos espaços públicos pelos pobres foi apresentada em Neves, 1994, 1999c.

ras econômicas e políticas a partir de outras formas de apropriação de espaços coletivos ou dos espaços privados abandonados, os reconhecidos *novos pobres* encontraram alternativas para associar pedidos de esmola, pequenos expedientes e habitação em praças, jardins, marquises, viadutos, malocas etc.⁴ Eles foram eleitos como vítimas paradigmáticas da atual expansão da miserabilidade, diferenciados das formas anteriormente toleráveis de obtenção de recursos através do pedido, qualificadas pela *mendicância*. A cognominação *população de rua ou sem-teto* cria a mediação *tupiniquim* para a integração com a *nova pobreza*, (*sansabri, homeless*), tema geral caracterizador do empobrecimento associado à globalização econômica.

Sobre eles até hoje incidiram poucos investimentos quanto a novas condições de inserção. Algumas exceções podem ser consideradas. É o caso de certos programas desenvolvidos pela Igreja Católica, aglutinando-os como *sofredores de rua*. O termo propicia o deslocamento da explicação causal da história pessoal, como geralmente ocorre, para os efeitos de processos econômicos mais gerais que, inviabilizando certos indivíduos para uma valorizada participação social, fazem-na pela vivência pública do drama. É também o caso de programas postos em prática por algumas secretarias municipais de promoção social, que investem para o reconhecimento de uma nova função laborativa - o *catador de papel* - e organizam os trabalhadores em cooperativas.⁵

A visibilidade adquirida pelos *pobres*, impingidos a viver ou circular pelas ruas, teve, entretanto, outros resultados. Ela operou no sentido de construir certa consciência coletiva sobre os efeitos deletérios do pauperismo exacerbado. Ela legitimou a mobilização de diversos agentes sociais aglutinados em ações missionárias de salvação, se não de todos os *pobres*, mas de

⁴ Os estudos sobre a *pobreza* revelam a expansão de um segmento que sobrevive pelo desenvolvimento de modos de vida que articulam a alternância da moradia em pensões, albergues e ruas da cidade e, para se alimentar, valem-se de pontos de distribuição de comida ou de centros de assistência social. Ver Jardim (1998), Martins (1993), Rosa (1995 e 1999), Vieira (1992).

⁵ Para uma análise desse processo de reordenação simbólica da posição social, ver Muñoz, 1991 e Rosa, 1999.

alguns deles. Uma solução parcial, por certo, mas dotada da amplitude que restituísse aos homens assim mobilizados, a expectativa de construção de uma sociedade diferenciada mas viável ou em busca de sua viabilidade. E mais, que lhes preservasse as referências às concepções de humanidade que orientam seus comportamentos e existência social. Enfim, que lhes permitissem conviver com exasperada pobreza sem contradizer sua auto-percepção de humanidade.

As campanhas de combate à fome não visaram apenas nutrir os *pobres* famintos, mas mobilizar os cidadãos na tomada de posição frente a problemas considerados centrais e, assim, engajá-los na elaboração de projetos de reordenação social.⁶ Estes movimentos tiveram efeitos mais objetivos sobre a articulação dos cidadãos na construção de múltiplas possibilidades da sociedade solidária. Esta ideologia também emprestou legitimidade aos investimentos de titulares do Estado na defesa da ordenação e da incorporação destes movimentos sociais e na institucionalização da caridade estatal.⁷

Caridade estatal/caridade voluntária

As concepções filantrópicas da *pobreza* e dos *pobres*, associadas ao relativo voluntarismo orientado dos fiéis integrados aos sistemas de crenças cristãs, constituíram-se a partir da definição de modos de administração das acentuadas desigualdades sociais, caricaturadas entre *pobres* e *ricos*.⁸ Representam um patrimônio cultural da humanidade ocidental e fundam

⁶ As campanhas de combate à fome e à miséria foram analisadas por Landim, 1993 e Gohn, 1997.

⁷ A importância que a campanha do combate à fome, posta em prática a partir de 1993, poderia e, até onde foi incorporada, pôde representar, resulta da sua potencialidade para construir uma opinião pública capaz de influir na exigência de padrões mínimos de sobrevivência. Estes padrões foram ainda reconhecidos como condição para uma sociedade merecer a qualificação de civilizada. A situação limite, objeto de condenação moral, fora o recolhimento de restos de alimentos em lixeiras públicas.

⁸ Sobre a trajetória dos significados atribuídos ao termo pobre, durante os séculos XVI e XX, ver Sassier, 1990.

um celeiro ideológico para constituição de projetos políticos viabilizadores das formas de ordenação social. Seu maior ou menor reconhecimento e legitimidade caminham na ordem inversa à constituição ou à expansão das práticas estatais concorrentes, isto é, também destinadas à construção da ordem social. Circunscvem-se, entretanto, aos fenômenos de expressão da desigualdade que não coloquem em xeque a ordem pública.

A presença de instituições filantrópicas responde ao aparecimento ou à ampliação da miséria popular num duplo sentido. Não só a exposição das mazelas sociais pelos *pobres* suscita o aparecimento de idéias populistas ou reformadoras e de instituições caritativas, como também estas próprias instituições estimulam a expressividade da miséria e a migração daqueles que devem sobreviver sem as alternativas complementares aos baixos, esporádicos ou inexistentes salários. Monopolizadas nas grandes cidades, estas instituições colaboram para a visibilidade de que a cidade é o lugar dos *pobres*, porque mais expostos.

As instituições filantrópicas vêm encontrando expressiva expansão, no contexto de debate sobre a constituição de novas formas de inserção e de reconstrução dos valores morais referenciadores da vida social. Esta expansão se ancora no recrutamento de ações organizadas em torno das associações mantidas e reproduzidas pela utopia voluntarista, legitimada pela ideologia da solidariedade ou do militantismo cristão e pela reivindicação de uma humanidade única, universalizada em Cristo.

Além disso e concomitantemente, a prática assistencialista estatal tem se orientado pela constituição de parcerias, estimulando projetos missionários voltados para a transformação da questão da desigualdade acentuada em problema da sociedade civil. Esta elaboração é fundamental na definição da contrapartida paliativa à demissão ou constrição dos investimentos do Estado na oferta de serviços sociais. As instituições filantrópicas passam então a desempenhar importante papel na oferta de recursos, cujos objetivos se dirigem a diminuir a velocidade da morte por efeitos acumulativos da quase inanição de parte da população. Reordenadas diante da valorização do trabalho voluntário, elas também encontraram expansão pela adesão de indivíduos

inseguros com o aumento da violência urbana, especialmente a colocada em prática pelas crianças e jovens.

Embora na concorrência entre os projetos de ordenação social haja investimentos para diferenciar as lógicas das ações da prática caritativa estatal da filantrópica e, por outro lado, destas frente às destinadas a implementar a seguridade social, elas têm se associado e se complementado sob a ideologia das ações em parceria.⁹ Os recursos viabilizados pelo Estado brasileiro para efeitos de reconhecimento do problema social têm se assemelhado aos postos em circulação pelas instituições filantrópicas: redistribuição seletiva e pontual de cestas básicas.¹⁰ A ação estatal diferencia-se, contudo, pela reivindicada outorga de instância coordenadora e estimuladora dos valores norteadores da integração solidária e das associações comunitárias. A intervenção se funda em modos de pertencimento dos beneficiários a uma territorialidade determinada, geralmente pelo local de residência.

Os recursos estatais transferidos como auxílio continuado a indivíduos considerados improdutivos do ponto de vista médico - velhos, deficientes físicos e mentais - têm demonstrado sua eficácia pela reordenação dos papéis desses familiares. O exemplo mais ilustrativo é o das avós, como demonstram várias pesquisas voltadas para as condições de reprodução física e social da população que sobrevive mediante deficiência de recursos materiais.¹¹ Contudo, tais medidas ainda têm contemplado uma fração mínima da população que sobrevive sob a ajuda de

⁹ Diversas situações de objetivação de contratos de parceria viabilizadores da assistência social como instrumento de reordenação do comportamento dos pobres foram analisadas em Neves et alii, 1999b.

¹⁰ A redistribuição de cestas básicas evidencia o quanto os considerados *carentes* são desprovidos do direito de explicitação pública de seus problemas e reivindicações. Atendidos como necessitados, tanto os titulares dos programas de Estado encarregados da redistribuição desses recursos, como os das instituições filantrópicas entram em acordo sobre os alimentos fundamentais que devem ser transferidos, não se importando, inclusive, com os hábitos alimentares regionais.

¹¹ Esta questão tem sido por mim abordada em outros textos. Ver Neves, 1996, 1998, 1999a, 1999b, 1999c.

terceiros.¹²

A homogeneidade quanto aos valores ideológicos que constroem a legitimidade da redistribuição assistencial, patenteia a forma como a precariedade de vida da massa da população empobrecida tem sido considerada. Os programas são assistenciais e emergenciais. Eles se fundamentam em valores humanísticos da solidariedade social. A noção de cidadania que comumente informa as práticas de definição de pertencimentos e participação de indivíduos assim reordenados, prescinde das demandas diante do Estado e revitaliza as associações privadas e voluntárias. Ela abrange assim a reclassificação dos benfeitores, atores das práticas solidárias de atendimento emergencial aos *pobres*, seus beneficiários.

A tutela filantrópica e os direitos incondicionais

Outras recentes tomadas de posição diante da expansão da visibilidade da *pobreza*, que associam o combate a tal situação como respeito ao cumprimento dos direitos humanos, contrapõem-se às ações das instituições filantrópicas e conclamam à superação das práticas tutelares e clientelísticas. Reivindicam a liberação da sujeição forçada ou voluntária e a construção da cidadania. Questionam a demissão do Estado diante de seu papel de garantidor de direitos e serviços sociais reordenadores da justiça social. Viabilizam a produção de argumentos para o exercício do papel do Estado e para a definição de políticas propiciadoras da conquista da autonomia da sobrevivência pelo

¹² Telles, analisando as condições perversas decorrentes da exclusão de parte da população dos direitos sociais decorrentes da vinculação trabalhista, destaca: « A justiça sempre foi confundida com ação tutelar do Estado, em que os direitos, quando existentes, não são formulados por referência a uma noção de igualdade, mas numa lógica que cria segmentações que impedem a sua universalização, seja por conta do critério tutelar que define aqueles que estão credenciados, pela sua própria *pobreza*, aos serviços assistenciais do Estado..., em que o acesso à previdência social vira privilégio daqueles que conseguem vencer os azares do mercado de trabalho e se credenciar perante a sociedade (e o capital) como trabalhador produtivo » (1990:38)

reconhecimento do cidadão. Por isso, tais tomadas de posição estão referidas a concepções precisas de direitos humanos, específicas a valores universais e a instituições ancoradas na organização estatal, valorizados enquanto instrumentos de luta política democrática.

Contudo, se o desejo de compreensão da vida social ultrapassar o unilateralismo, o globalismo e o universalismo, considerar os complementares particularismos, diferenciar realidade de projeto, poder-se-á pensar em outras formas de concepção dos direitos humanos, derivados de outras tradições culturais, que também elaboram concepções da humanidade universal, como aquela essencializada na pessoa do Cristo. Em nome dessa humanidade a ser objetivada entre os cristãos, os agentes das diferentes instituições filantrópicas e seus beneficiários clamam pela tutelada solidariedade organizadora da vida social, objetivada na concorrência da demonstração da diferenciada adesão aos princípios valorados por esta moralidade coletiva.

O processo de cristianização para construção de formas hegemônicas de certa humanidade universalizável é secular. Organiza-se enquanto missão civilizatória e reinveste por variações do mesmo tema, redefinindo-se em face da reconhecida humanidade que, em cada contexto, deve ser salvaguardada.¹³

As referências morais que orientam a prática filantrópica respondem ao projeto de elaboração, pelos seus interlocutores, de valores positivos em relação à peculiaridade dos eleitos-assistidos. Por isso, valorizá-la enquanto força social importante na construção da *pobreza* como problema social, é contribuir para a tomada de consciência de práticas discriminatórias. É também colaborar para a divulgação de valores compartilhados e institucionalizados na definição de humanidades supostamente transcendentais a contextos sociais e históricos.

Adotando-se esta perspectiva, pode-se entender relações sociais que se organizam fora (e/ou complementarmente) do domínio daquelas referidas aos padrões estatais de ordenamento social, mas que também se referenciam por definições de direitos e deveres. Entretanto, ela só é possível se as concepções

¹³ Para uma análise desse processo, ver Neves (L.F.), 1998a.

globalizantes forem relativizadas, se os desejos políticos forem compreendidos pela eficácia renunciadora e, por isso, também constitutiva de processos em curso, mas não se transformarem, por atos mágicos, em realidade única.

Para reconstituição do campo de relações subjacentes às práticas redistributivas, o pesquisador, alienígena e integrado por inúmeros recursos de mediação, encontra uma série de dificuldades. Estrangeiro ao campo e aos grupos que neles concorrem, ele tende quase sempre a atribuir funções a todos os atos, a reificar as polarizações, a desmoralizar o reivindicado altruísmo dos benfeitores, a moralizar o miserabilismo ou a supervalorizar as estratégias de dissimulação inerentes ao comportamento dos agentes aí presentes. A dificuldade se acentua pelo estranhamento das estratégias que, não viabilizando a superação das inúmeras dificuldades, também não permitem modos valorizados de inclusão dos beneficiários imediatos. Reconstituindo o campo apenas pelas contraposições, o pesquisador tende a reafirmar o olhar desqualificador sobre as instituições filantrópicas, incorporando o menosprezo sobre os efeitos desta intervenção. Por fim, desconsidera as alternativas de construção e de elaboração de projetos pelos demandantes, bem como o seu papel na constituição das instituições filantrópicas. A eficácia ideológica destas instituições só pode ser atingida, se os agentes reformadores forem capazes de aceitar algum nível de adaptação às demandas dos beneficiários e de negociação de interesses divergentes.

Esta compreensão pode ainda relativizar a reivindicação dos agentes que lutam pela construção abstrata de uma sociedade de direitos universais e incondicionais, também projeto de realização duvidosa, mesmo que desejada. Como a caridade legal e a seguridade, a prática filantrópica pressupõe contrapartidas, condicionalidades, discriminação e reproduz, sob outros critérios, segmentos de excluídos desta assistência.

Os pobres da sociedade solidária

Desprovidos de formas estáveis de afiliação ao trabalho e ao salário, os *pobres* poderão melhor suportar tais condições se

forem capazes de colocar em prática estratégias estáveis de acesso a recursos raros e descontínuos. Por isso, são impingidos pela situação a desenvolver mecanismos cuja expressão *se virar* é a mais apropriada, mas que, em contrapartida, exigem certa aceitação da dependência e da desclassificação social. Esta desclassificação se expressa geralmente pela submissão a lições moralizadoras do comportamento e pela correspondência a outras atitudes supostamente viabilizadoras da superação da dificuldade.¹⁴

Como na construção da definição do *pobre* e da *pobreza* ocorrem agentes situados nas mais diversas posições, nenhum dos termos pode ser compreendido pela descrição dos que reconhecidamente vivem a situação. Múltiplas são as aprendizagens referentes ao exercício da posição do *pobre*. Entre elas, encontra-se aquela propiciadora da sua incorporação pelos demais grupos e segmentos, que, consagrando uma definição *a priori*, clamam a convivência pontual com eles, inclusive para dar a ela objetividade e eficácia. Genericamente, não basta ser reconhecido como *pobre* para merecer a atenção, tendo em vista à complementação de recursos básicos. Ele deve ser reconhecido merecedor da atenção.

A definição dos *pobres* se estrutura pela explicitação da diferenciação, especialmente se ela está referida à miséria urbana. A compreensão dos modos de diferenciação interna - atribuída aos demandantes de ajuda - é fundamental para se analisar a tutela dos *pobres* pelas instituições filantrópicas. Mas os termos que definem os escolhidos e os excluídos não podem ser reificados. Eles dizem respeito à classificação, à acusação e à seleção.

No sentido mais geral, há os *pobres* que sobrevivem no

¹⁴ A análise do sistema classificatório que define os merecedores da atenção assistencial, se fundamenta em coleta de dados entre agentes de instituições filantrópicas da cidade de Niterói-RJ. Através do apoio do CNPq, a pesquisa vem sendo desenvolvida a partir de 1995 e, até o momento, contemplou o estudo de 18 instituições destinadas à prestação de serviços e transferência de recursos: a crianças (internato, semi-internato, creche, complemento da atenção familiar e reforço escolar), velhos (albergues e cestas-básicas), população de rua (internatos e distribuição de refeições e roupas).

umbral de uma renda mínima, que lhes assegura a autonomia da sobrevivência e a honra, por serem eles portadores da vergonha da dependência. E há os que se reproduzem, justa ou injustamente, a partir da ajuda exterior e da explicitação da vergonha pela dignidade perdida diante da desonra da dependência.¹⁵ Por fim, há os que clamam por ajuda mas não vislumbram saídas, tornando o problema provisório em definitivo. Nesses termos, para efeitos das ações filantrópicas, poder-se-ia diferenciar a suposição de existência de três tipos de *pobres*: o autônomo, o assistido (continua ou descontinuamente) e o desassistido ou abandonado.

O pobre autônomo e honrado é paradigmático porque, não sendo reconhecido como problema, afirma a viabilidade de uma diferenciação naturalizada. Não coloca em questão a coexistência com os demais segmentos da população e o sistema de crenças do cristão. Não suscita práticas interventoras para objetivar a sociedade projetada pela ordem social subjacente àqueles sistemas de crenças.

O *pobre* assistido é definido como *carente* ou *indigente*, classificação que pressupõe o reconhecimento por um benfeitor individual ou institucional, isto é, portador de recursos colocados à disposição para retribuição. Ele se encontra integrado a redes de relações sociais que ultrapassam sua vida imediata, mas esta integração se dá segundo o modelo de assistência e a correspondência a um comportamento para tanto solicitado. Valorizando a relatividade da distância social, cultural e material, esta definição pressupõe a evidência de perspectivas de mudança e a alteração nas condições de integração. Geralmente é percebido como vítima de processos ou fatalidades, contudo, avaliado pela capacidade de superar as dificuldades desta desventura advindas.

Nesta categoria de assistidos, pode-se ainda distinguir os

¹⁵ Essas distinções têm objetivos morais. Elas visam, antes de mais nada, estabelecer fronteiras e, assim, formas de controle sobre o trabalhador produtivo ou o *pobre* honrado e honesto, mesmo que provisoriamente colocado em situação de desemprego ou subemprego, e o marginal ou vagabundo, que reluta a aceitar as normas dominantes de orientação dos modos de reprodução social dos que não são portadores de riqueza.

absolutos e os relativos. Os primeiros abrangem os deficientes físicos, mentais, os velhos, desprovidos de condições de superação das dificuldades e as crianças, temporariamente dependentes mas atendidas para alcançar a autonomia. Destes espera-se a capacidade de demonstrar a gratidão e o reconhecimento da ajuda recebida. Constituem-se em *pobres* identificáveis, controláveis, seja pela inserção em internatos e hospitais, seja pelo controle do domicílio ou da comunidade de pertencimento.

Como variante da tipologia construída pelo controle da residência, há a situação dos *pobres* errantes ou itinerantes. O caso mais exemplar é o dos *trecheiros*, geralmente merecedores de ajuda imediata, por vezes reduzida a 24 ou 48 horas, através de albergues ou redistribuição de refeições no espaço público ou em instituições privadas.¹⁶ Posição sob difícil controle, sobre eles recaem suspeitas de se profissionalizarem na condição de pedinte. A reincidência da demanda de ajuda opera então na reafirmação da acusação.¹⁷ Em conseqüência, são levados a circular, por vezes entre instituições, por vezes entre cidades, de modo a viabilizar a reprodução a partir de ajuda de outrem. Devem a todo instante fazer prova contra a acusação de *preguiçosos, indolentes, apáticos, imprevidentes, vagabundos, desenraizados*. Sobrevivem sob ajuda extremamente repressiva.

Os *pobres* desassistidos são classificados por critérios absolutos, que os excluem da condição de merecedor de assistência, exatamente por não se mostrarem portadores das condições de mudança. É o caso dos *dependentes de drogas*, os *alcoólatras* mais comumente, dos *loucos*, dos *vagabundos* - adultos em idade produtiva e sem sinais de inviabilidade para o exer-

¹⁶ Para uma análise de caso desses pobres errantes, ver Di Flora, 1987.

¹⁷ A concepção de *pobreza* como dificuldade transitória, que subjaz às ações pontuais das instituições filantrópicas, desvaloriza a reincidência da demanda dos usuários. Os agentes filantrópicos enfatizam criticamente a prática do recidente. Longe de expressar dificuldades estruturais, ele se auto-condena pela demonstração da falta de vontade e de coragem para superar constrangimentos. Ele tende, quase sempre, a se deslocar para a condição de desvalido.

cício do trabalho.¹⁸ Os atributos negativos que os identificam não são vistos como efeitos da posição, mas como fatores que os levam à indigência. No caso dos *alcóolatrás* e *vagabundos*, excluídos da condição de vítimas, eles são vistos como atores voluntários de sua condição de indigência, geralmente portador do projeto voluntário de ocupar seu tempo a seu bel-prazer, recusando-se à disciplina e à organização social da vida. Para estes, restam o internato e a disciplina redentora.

A família é a unidade a partir da qual e em nome da qual a maioria dos agentes institucionais justifica sua intervenção. Em face desta opção, eles contribuem indiretamente para a constituição do segmento de *mendigos*, miseráveis que devem construir outras modalidades de legitimação da caridade, justamente porque não podem corresponder ao modelo de família daquela forma valorizado. Estes devem, para obter recursos, criar relações individualizadas, se não quiserem se submeter ao acesso institucional a um nível mínimo de sobrevivência mediante internação.

Por isso mesmo, os escolhidos, beneficiários da tutela da filantropia institucional, alegam a responsabilidade na manutenção de uma família e de uma casa, para solicitar a colaboração de terceiros. Os excluídos da ajuda institucional e filantrópica estão socialmente integrados pela caridade voluntária e pessoal. Alegam esse desamparo, a ausência de solidariedade familiar e, por vezes, da habitação. Expõem dramaticamente os limites físicos ou psíquicos para auto-manutenção. Clamam pela compaixão para com o seu desejo de continuar sobrevivendo.

A diferença de posições estruturantes da prática filantrópica corresponde à diversidade de modos com que os dirigentes institucionais também se diferenciam e de formas diversas com que os *pobres*, reconhecidos como *miseráveis*, se percebem e se reproduzem. Em conseqüência, múltiplos objetivos e formas de acumulação e redistribuição de recursos materiais e sociais vão se institucionalizando. Contudo, mesmo se atribuindo

¹⁸ Estou me referindo aos segmentos qualificados como miseráveis. Há instituições filantrópicas que se voltam para o atendimento de dependentes químicos, mas esta opção geralmente não leva em conta o contingente da população aqui considerado.

proselitismos distintos, todos visam, explicitamente, sanear a situação problemática : o comportamento do desvalido.

O entendimento desta diferenciação é ainda fundamental para se avaliar os efeitos da partilha de recursos financeiros estatais entre agentes religiosos, os quais concorrem neste campo pelo deslocamento de ações para o campo político. A evangelização da assistência social, em troca do apoio político aos governantes, reafirma os critérios excludentes de inclusão de reais ou potenciais convertidos e de condenação à morte lenta dos « desviantes » ou « pagãos ».

Portanto, no campo da assistência filantrópica ou estatal, *pobre* é o reconhecido como portador de necessidade por outrem, embora essa necessidade possa ser mais ou menos legítima. *Pobre* merecedor é o indivíduo que, consciente dos estigmas que sobre ele recaem, desenvolve práticas de administração da etiquetagem para se colocar na condição de assistido. Reconhecido por estigmas, aceita ou rejeita a classificação, investindo na elaboração de recursos para interagir a partir de tais acusações. Ele deve sempre oferecer provas de que ele é ou não é o que se pensa dele.

Como a definição visa diferenciar, ela se constrói segundo o critério da compreensão ou da descrição. E se comprova ou reprova pela demonstração comportamental. Tais critérios nem sempre são explicitados, mas dependem da solução vislumbrada e sua respectiva etiquetagem. Daí a importância do aprendizado interativo pelos que desejam ser reconhecidos como *pobres*. Este investimento deve ser cotidiano e diversificado, conforme as instituições selecionadas à participação. Ele deve ser renovado, em face das mudanças nas formas de compreensão da *pobreza*, nas soluções vislumbradas e na dinâmica das etiquetagens, geralmente correspondentes às reconhecidas perturbações da ordem coletiva. Daí a necessidade da reprodução do contato ou da relação, mediada pelo exercício sempre imprevisível e imediato da elaboração de versões em ato, conforme as mudanças de contexto.

O reconhecimento da diferenciação entre os *pobres* depende de quem os define, isto é, as soluções vislumbradas pelos

segmentos que se dão por missão minorar tais mal-estares sociais. Por isso, em cada contexto, novas categorias vêm à tona, muitas vezes sob a percepção de emergência inesperada, tendo sua trajetória ou história precedente negada ou naturalizada. Comumente a definição que qualifica a novidade é elaborada pela contraposição a estereótipos de formas definidas como tradicionais, como é o caso da espalhafatosa *população de rua*, em contraposição à relativa discreção dos *mendigos*.

Portanto, *pobre* e *pobreza* são termos inerentes ao discurso ideológico e intervencionista. Nos diversos contextos, eles referenciam os problemas sociais reconhecidos como decorrentes da polarizada diferenciação e as práticas assistencialistas, filantrópicas ou utopistas. Seus significados são construídos pelos que os pretendem ordenar, mas também pelos que assim querem ser positivamente reconhecidos.

Trabalho e trabalhadores na concepção patronal**

João Tristan Vargas*

“[...] enquanto nos escritórios das casas comerciais os empregados, conhecidos todos pelos seus nomes, estão perfeitamente individualizados, nos grandes estabelecimentos industriais, os operários são milhares de indivíduos designados apenas pelos números das suas chapas, constituindo grandes massas flutuantes, com grande movimento diário de admissões e demissões. [...]”

(O advogado Clóvis Ribeiro, em parecer encomendado pela Associação Comercial de S. Paulo, publicado em O Estado de S. Paulo de 14.04.1927, interpretando o regulamento da lei de férias.)

“Sou dos que sentem real prazer em ter cotidiano contato com os operários que considero companheiros de trabalho e dos quais sou verdadeiro amigo. [...]”

(Jorge Street, no Jornal do Comércio de 10.09.1917, em artigo sobre o projeto de Código do Trabalho, em elaboração no Congresso.)

Resumo:

Este artigo examina a concepção patronal a respeito de *trabalho* e *trabalhadores* na Primeira República.

Palavras-chaves: empregador, trabalho, trabalhador.

Abstract:

This article examines the employers conception about work and workers in First Republic (Brazil).

Keywords: employer, work, worker.

Pela leitura dos textos sobre trabalho divulgados por representantes dos patrões, pode-se constatar um hábito patronal, nunca abandonado desde o início da República até meados da década de trinta, de usar os termos “empregado” e “operário”

** Este artigo apresenta parte do conteúdo de minha dissertação de mestrado e de minha tese de doutorado (VARGAS, 1995 e 1999).

para designar categorias diferentes de trabalhadores. O primeiro era o que realizava serviços não ligados diretamente à produção: vendas e serviços gerais de escritório, por exemplo; o segundo era o que fazia serviço “braçal”, operando as máquinas etc. Jamais, em todo esse período, se usou em textos patronais dirigidos a patrões o termo *empregado* para designar “operário”.

No decorrer dos anos trinta, os textos legais referentes a relações de trabalho passaram a denominar “empregado” o trabalhador, fosse ele o *empregado* da acepção patronal ou o operário; o “patrão” passou a ser chamado, correlatamente, de “empregador”. Em seus contatos com órgãos públicos responsáveis pela questão do trabalho, as entidades patronais foram adotando, não sem relutância, a nova terminologia, embora, nos textos destinados exclusivamente aos patrões, a linguagem anterior continuasse sendo utilizada. Esse fato lingüístico nada tinha de casual.

Para compreender a concepção que aparece naqueles textos, é útil entender, em primeiro lugar, a noção patronal a respeito de *profissão*.

Em artigo na Revista da Associação Comercial de setembro de 1922¹, Plínio Barreto, advogado da entidade, fala do “progresso da nossa mentalidade no que toca ao exercício das diferentes profissões humanas”. Diz que “ainda há pouco” o “patriciado brasileiro”, que teria vindo da mineração e da lavoura, só admitia a profissão de “doutor” para os filhos, mas que “hoje” isso mudou. O bacharel estaria em declínio:

“[...] O doutor já não é o mesmo fetiche de outrora. O encanto dos diplomas acadêmicos já perdeu os mais vivos dos seus reflexos. As próprias meninas casadoiras já não colocam no doutor o ideal dos seus sonhos matrimoniais. O deus, retirado dos altares, já passeia entre os mortais sem provocar sobressaltos e admiração. [...]”

O declínio do bacharel teria sido acompanhado pela ascensão de outras *profissões*. Caindo o valor relativo daquele, sumiu o preconceito contra as profissões que não entravam na cate-

¹ Revista da Associação Comercial de S. Paulo. Setembro de 1922, n. 9, ano VIII, v. II, pp. 485/6.

goria de “profissões liberais”:

“[...] No reinado do bacharel não havia família com pretensões a destaque que se decidisse a fazer dos filhos abastados negociantes ou opulentos industriais. Era geral o prejuízo de que a essas profissões escasseavam toques de nobreza e que, para exercê-las, não precisava o indivíduo de *certas condições intelectuais*, nem de qualquer espécie de cultura [...]”. (Grifos meus.)

O que são *profissões*? Aquelas atividades que exigem *inteligência*:

“Poucas são as famílias que não procuram encaminhar para o comércio e para a indústria *os seus membros mais inteligentes* e poucos são, no comércio e na indústria, os exemplares do modelo tipo antigo. A indústria e o comércio passaram a ser, de tempos para cá, *profissões que demandam larga e quotidiana despesa de energia intelectual* e que *se não podem exercitar cabalmente sem uma vasta soma de conhecimentos*. [...]” (Grifos meus.)

Segundo Barreto, o “patriciado brasileiro”, as “famílias com pretensões de destaque”, os *proprietários*, enfim, para usar um termo que não aparece no texto, não tinham o comércio e a indústria como profissões dignas de sua prole porque acreditavam não lhes serem necessárias qualidades intelectuais. No passado tais atributos não se mostravam com tanta evidência naqueles que se dedicavam àquelas atividades, mas agora seriam poucos, entre estes, os do “tipo antigo”:

“O comerciante bronco, sem letras e sem maneiras, só se encontra hoje no comércio rudimentar das tabernas. Os grandes comerciantes e os grandes industriais não atingem às culmânias, na sua especialidade, sem revelar primeiro uma sólida força mental. É a cabeça, é o espírito quem, hoje, domina *todas as profissões* no Brasil, quer sejam as denominadas liberais, quer sejam as de outra catalogação. Na indústria e no comércio os homens só valem, como nas letras e na administração pública, pela cabeça e pelo caráter.” (Grifos meus.)

Se *todas as profissões* são dominadas pela “cabeça”, pelo “espírito”, conclui-se que as atividades em que o intelecto não domina estão excluídas da categoria de “profissões”. Os indiví-

duos que têm profissão integram uma esfera onde reina a igualdade, conferida pelo atributo da inteligência:

[...] Já entrou em nossos costumes, definitivamente, a idéia democrática do nivelamento de todas as profissões. A inteligência do homem continua a ser a mesma maravilha divina, quer se aplique às largas combinações da indústria ou do comércio, quer fulgure na trama dos sistemas filosóficos, ou no ajuste das rimas preciosas.

Outro atributo da *profissão*, que decorre do uso do intelecto, é ser atividade digna de *proprietários*: teria sido quando se convenceram de que a inteligência e a cultura eram qualidades necessárias ao comerciante e industrial que aqueles passaram a encaminhar seus filhos para essas atividades. Devemos acrescentar à exposição de Barreto que os *empregados*, isto é, aqueles trabalhadores que labutam em serviços propriamente comerciais ou como funcionários de escritórios, integram também, uma vez que sua atividade exigiria o uso do cérebro, a esfera dos *profissionais*. Que a concepção patronal os inclui nessa esfera é confirmado pelo argumento, largamente ficcional, também integrante dessa concepção, de que podem tornar-se donos de estabelecimentos como resultado de sua dedicação à carreira. Eles se tornariam, assim, aquilo de que sua profissão é digna: proprietários. Como podem tornar-se proprietários, pode-se interpretar que são considerados *potencialmente proprietários*. Teriam, por essa razão, interesse direto em servir ao capital.

Sintetizando, profissão é aquela atividade que, por exigir o uso do intelecto, é digna de proprietários – e mais: pode, pelo uso desse mesmo intelecto, *criar propriedade*. “Inteligência” e “cultura”, de um lado, e *propriedade*, de outro, são, como se vê, qualidades associadas a *profissão*. Conclui-se, ainda, que os *empregados* incluem-se na mesma *profissão* que seus patrões.

No Código Comercial, o *empregado* recebia a denominação de *preposto*. Segundo o advogado Spencer Vampré, em artigo na edição de junho de 1921 do órgão patronal², prepostos são

² Revista da Associação Commercial de S. Paulo. Junho de 1921, n. 1, ano VII, 2ª fase, v. I, pp. 17/9.

aqueles que auxiliam o patrão “no meneio dos negócios” e dividem-se em “duas classes”: os que representam o proprietário, administrando o negócio e levando o nome de “feitores” ou “gerentes” e os que “exercem em geral funções especiais ou técnicas” sob as ordens do patrão ou do gerente, denominando-se:

a) *caixeiros sedentários*, entre os quais se contam os guarda-livros, os caixeiros de balcão e os chefes de armazém;

b) *caixas*;

c) *caixeiros despachantes*;

d) *caixeiros viajantes*;

e) *praticantes* ou *aprendizes*.” (Grifos no original.)

Vampré esclarece que não se incluem na categoria de prepostos:

- “os operários das indústrias e fábricas”;

- “as gentes do mar”;

- “o pessoal das companhias de estradas de ferro e de polícia das companhias de docas, salvo os que trabalham no escritório comercial”;

- “os moços, ou criados, dos hotéis e restaurantes”;

- “os porteiros dos estabelecimentos, ou escritórios comerciais, os entregadores de mercadorias vendidas e os serventes das casas comerciais”.

Todos eles estão excluídos daquela categoria “porque são simples locadores de serviços”. Se a exclusão desses outros trabalhadores se dá por tal motivo, pode-se concluir que, na definição exposta, os “empregados” *não são* “*simples* locadores de serviços” (grifos meus); ou, em outros termos, não são *apenas* locadores de serviços: não deixam de sê-lo, mas são mais que isso. O contrato entre patrão e preposto teria uma “natureza mista”:

“[...] é locação de serviços, se considerarmos as relações entre o preponente e o preposto; é mandato, se considerarmos as relações entre o preposto e terceiros.”

De acordo com a lei (o Código Comercial), o preposto deveria ter sua nomeação feita por escrito e registrada na junta comercial. Isso implicaria no reconhecimento de certos direitos ao *empregado*:

“a) o direito ao salário, durante três meses, no caso do preposto, por acidente imprevisto e sem culpa sua, não poder desempenhar o emprego.

“b) o direito de indenização por dano extraordinário, que sobrevier ao preposto no serviço do preponente.

“c) o direito ao salário de um mês, no caso de ser o preposto despedido, por falta de ajuste quanto ao preço.”

Mesmo sem nomeação por escrito, porém, o *empregado* poderia usar da ação sumária como recurso legal para cobrança de salários não pagos.

Vampré diz que o preceito legal de registro da nomeação na junta em geral não é observado pelos patrões, mas que mesmo assim “é comum” algum tipo de ajuste por escrito: troca de cartas entre preponente (o patrão) e preposto e lançamento das condições ajustadas no diário da firma. O advogado defende a observância da disposição legal, fazendo notar as vantagens que isso traz para o patrão: a definição dos poderes do *empregado* e a correspondente delimitação da responsabilidade do patrão pelos atos deste.

Algumas cláusulas que o Código Comercial permite constem no contrato de *preposição* (o contrato de trabalho do preposto) dizem muito sobre as relações entre patrão e *empregado*. É o caso da estipulação pela qual este último se obriga a não trabalhar em outro estabelecimento que explore a mesma indústria ou gênero de comércio depois de deixar a casa onde estava, por motivo de demissão ou término do contrato. É a chamada “cláusula de concorrência”, que, segundo Vampré, só seria válida quando estipulada com “limitações de lugar e de tempo”, não podendo ser este superior à duração do contrato anterior “e sempre que se não inutilize o futuro do preposto”. Obedecendo a uma tal disposição, o trabalhador fica impossibilitado de exercer a *profissão* por um período que pode ser tão longo quanto aquele em que esteve empregado no estabelecimento. Tem ainda o mesmo sentido o item, constante do mesmo Código, que institui a obrigação de guardar segredo sobre tudo quanto souber a respeito da casa comercial, mesmo depois de deixar o serviço nesta, “sob pena de responder civil e criminalmente”, e a disposição pela qual o

empregado deve se abster de iniciar qualquer negócio por conta própria sem permissão do patrão. A existência dessas cláusulas pressupõe que a dedicação do *empregado* ao serviço deve ter por fim apenas o próprio bem do estabelecimento e que seu progresso pessoal na profissão está vinculado apenas ao progresso da casa em que trabalha. O pesquisador não conseguiu apurar se essas disposições vigoraram em medida apreciável, mas o fato de existirem como possibilidade indica, como se vê, um elemento importante para entendermos aquela específica relação de trabalho.

Dispositivos como esses, que pressupõem a expectativa de total subordinação dos trabalhadores em serviços não estritamente manuais ao patrão, não nos deve, porém, fazer crer que por esse motivo sua relação não se diferenciasse, em essência, da que aquele mantinha com seus operários. Afinal, todos aqueles itens demonstram que o *empregado*, pelas próprias características de seu trabalho, priva, ou pode vir a privar, da intimidade de segredos comerciais e que, por isso, o patrão exige sua fidelidade na mesma medida em que dela *depende* para manter seu terreno na disputa pelo mercado. Essa relação especial corresponde a um momento em que os serviços no comércio propriamente dito e nos escritórios das casas comerciais e dos estabelecimentos industriais ainda não haviam sofrido os efeitos de uma acentuada divisão do trabalho, que evitasse o acesso dos trabalhadores a segredos comerciais.

Tal relação, em que não apenas o trabalho, mas a fidelidade do trabalhador são necessários, abre possibilidade para que se acredite igualmente necessária a concessão de certos “favores” a ele. A proximidade que decorre da relação patrão-*empregado* contribui para que se ache *devida* essa concessão. A própria existência daqueles poucos direitos inscritos no Código Comercial, mencionados há pouco, é uma indicação nesse sentido, mas há outras evidências além da letra da lei. A concepção patronal a respeito das relações entre patrão e *empregado* – pela qual ambos integravam a mesma *profissão* – não se limitava ao mundo das idéias. Tal concepção acompanhava relações privilegiadas com os empregados, ou das entidades patronais com as

entidades destes últimos.

A propósito, podem ser mencionados diversos episódios. Em 1915, João Lélis Vieira, que publicava artigos de cunho literário na revista patronal ao longo de muitos anos da existência desta, é eleito para a diretoria da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio de S. Paulo³. Em 1917, devido à situação criada pela proibição do funcionamento das firmas alemãs no país depois do rompimento de relações do Brasil com a Alemanha no final da Primeira Guerra, a Associação dos Empregados no Comércio de S. Paulo havia solicitado ao Centro do Comércio e Indústria⁴ de S. Paulo que intercedesse de modo a facilitar-se em cada firma o desconto mensal e voluntário de um mil-réis aos empregados, destinado a um fundo de auxílio criado para ajudar aqueles que ficassem sem emprego devido à medida. Com a intervenção da Associação Comercial, “muitos” patrões, segundo a *Revista de Comércio e Indústria*⁵, teriam, além de facilitado o desconto dos empregados, doado ao Comitê uma determinada quantia mensal. Em agosto de 1918, a entidade patronal envia, em circular aos associados, pedido da Associação dos Empregados por melhora na remuneração frente à carestia da vida, “concitando-os a meditem sobre o pedido”. Em março de 1919, a diretoria da associação patronal resolve apoiar iniciativa da entidade dos empregados para a organização de um serviço de colocação de seus associados⁶. Em maio desse ano, num gesto significativo, é apresentada em reunião da diretoria da Associação Comercial uma circular do Centro do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro “transmitindo um apelo da União dos Empregados no Comércio, sobre a ‘semana inglesa’”⁷. Em abril de 1920, novamente aquela diretoria delibera apoiar, junto aos patrões, pedido da associação dos empregados para aumento de vencimentos face à carestia⁸. Em 1921, estando já organizado o ser-

³ *Revista de Commercio e Industria*. Fevereiro de 1915, n. 1, ano I, p. 21.

⁴ Denominação anterior da Associação Comercial.

⁵ *Revista de Commercio e Industria*. Janeiro de 1918, n. 37, ano IV, p. 33.

⁶ Op. cit. Ata da reunião de diretoria de 08.03.1919.

⁷ Op. cit. Ata da reunião de diretoria de 31.05.1919.

⁸ Op. cit.. Ata da reunião de diretoria de 22.04.1920.

viço militar obrigatório, a Associação Comercial do Rio, atendendo pedido da Associação dos Empregados no Comércio daquela cidade, fez um apelo ao patronato para que assegurasse os lugares aos *empregados* convocados, enquanto estivessem servindo. Segundo a revista da entidade patronal de S. Paulo, o chamamento encontrou “caloroso apoio” entre os patrões. Em novembro desse ano, a Associação Comercial desta capital envia circular concitando os sócios a fazerem o mesmo⁹.

A entidade dos empregados buscava manter relações estreitas com a entidade patronal. É o que se depreende da menção nos documentos desta a freqüentes solicitações de participação de representantes da Associação Comercial em eventos promovidos pela associação dos empregados e às comunicações, que nunca falharam durante o período pesquisado, a respeito da eleição da diretoria desta última, além das cartas de cumprimentos pela eleição da diretoria da Associação Comercial, de pêsames pelo falecimento de algum membro desta etc. Correspondência desse teor era dirigida a esta última não apenas pela entidade dos empregados de S. Paulo, mas por associações congêneres de diversas partes do estado e mesmo de outros estados. O mesmo se passava no Rio de Janeiro, entre a associação dos empregados local e a Associação Comercial.

Os empregados no comércio encontravam no âmbito patronal um defensor na figura do já mencionado Lélis Vieira. Em sua coluna na revista da Associação Comercial, com freqüência expunha a dificultosa situação daqueles e lhe propunha melhorias. Em maio de 1918¹⁰, ele saúda a adoção da semana inglesa no comércio de fazendas e armarinho, que, segundo ele, deixou de contar com o apoio apenas de “uma ou outra casa”:

“De 1º de Janeiro a 31 de Dezembro, o empregado que não tem férias e mal desfruta os seus parques domingos e um ou outro feriado, *geme no cepo* como escravo branco, à espera de um *Quilombo* redentor.

“Não é demais portanto que se lhe dê, ao menos aos sá-

⁹ Revista da Associação Commercial de S. Paulo. Novembro de 1921, ano VII, 2ª fase, n. 6, p. 269.

¹⁰ Revista de Commercio e Industria. Maio de 1918, ano IV, n. 41, p. 181.

bados, uma folga a contar das 14 horas. Com isso já ele pode cortar as unhas, fazer a barba, tomar um banho mais sossegadamente, sem o atropelo de correr ao barbeiro em horas de trabalho, em mangas de camisa, a pena atrás da orelha e com os olhos arregalados para a porta, de medo do chefe...”

Lélis contrasta os hábitos do empregado, que são ao mesmo tempo exigências da profissão – manter-se de barba feita, asseado, com as unhas bem aparadas, usar paletó no serviço – com suas condições de trabalho, que o colocam na condição de escravo. A expressão “escravo branco” pressupõe uma escravidão indevida, em que alguém que não pertence à categoria que pode ser escravizada – um “branco” – o é. Ele sugere também a concessão das férias:

“Falta agora a instituição das férias anuais aos empregados, como há na Inglaterra, na Alemanha, etc.

“Dirão que isso também é demais! E que nós estamos agitando tanta reforma que parece querermos a perfeição do trabalho consistido numa tremenda vagabundagem...”

“Mas, se outros países mais adiantados, mais experimentados, não tão ricos como o nosso, têm as férias comerciais por que não havemos nós de as ter?”

O colunista apresenta um importante depoimento para compreendermos a relação entre a chamada “questão de gênero” e a manutenção do *status* da *profissão* a que pertencia o *empregado* comercial. Em artigo de maio de 1919¹¹ ele combate veementemente o trabalho das mulheres no comércio. Depois de execrar as “bojudas matronas sufragistas” da Inglaterra e Estados Unidos e ressaltar exceções – Staël, Catarina II e Sórora Mariana – que confirmariam a regra de que “o grosso do mulherio tem na cabeça teias de aranha e só serve para os altos empreendimentos... da maternidade” – ele diz:

“O aproveitamento da atividade feminina no comércio tem falhado e há de falhar, como falharam as médicas e as advogadas.”

Notemos que o trabalho no comércio é colocado, coerentemente com o que já foi discutido mais atrás, no nível do Direito e da Medicina.

¹¹ *Revista de Commercio e Industria*. Maio de 1919, n. 53, ano V, pp. 143/4.

A natureza feminina seria incompatível com tal trabalho, justamente, é preciso observar, devido à necessidade de emprego do cérebro, o qual, nas mulheres, apresentaria atributos inadequados:

“No comércio tem-se tentado a saia como empregado de balcão, escritório etc., mas, o resultado se nulifica. Nem pode uma senhorita, sem contrariar a ordem natural das cousas, desempenhar no comércio os encargos masculinos; e, uma das grandes dificuldades que lhe entravam o exercício é a cabecinha de ave, leve e tênue, numa perene disposição para sonhos, tálamos e beijos... cousas em absoluto contraste com o burburinho prosaico dos negócios.”

Mesmo as qualidades femininas mais apreciadas, do ponto de vista do autor, pelo gênero masculino seriam um estorvo no comércio:

“Os próprios fregueses por uma lei comum de psicologia, deixam de comprar com desembaraço, toda a vez que à sua frente surge uma vendedora morena, d’olhos mornos e braços de magnífico jambo; as freguesas, por um instinto lógico de ciúmes, quando feias e mal-ajambradas, aborrecem as caixeiras esbeltas, moças, frescas como rosas de Junho, de cujo vulto elegante se desprende o perfume da beleza em flor; e embirram, “é uma sirigaita”, “uma delambida”[,] [“]lá porque tem umas pernas bonitas, veja como encurta o vestido para exhibir e provocar; meu marido não virá a esta loja...”

Uma única vantagem, de ordem moral, adviria da “introdução de saias” no setor:

“[...] é a de que modificou completamente os hábitos de alguns padrões de fisionomia dura, com duas rugas na testa, quando se dirigia ao empregado marmanjo. O patrão, em contato com senhoritas ficou mais calmo, mais sedoso e alguns deles aflautou [sic] a voz untando-a de mel. Foram os olhos de amêndoa ou de conta azul, que exerceram tal influência na educação do chefe, e... talvez a visão de um molho de cabelos negros, o jaspe de um braço nu, o alabastro de um colo arfante...”

O principal problema que a chegada das mulheres traz é sua concorrência ao trabalho do homem:

“Mas, no aspecto geral, senhoritas no comércio, é um desastre. Desastre e ameaça, porque daqui a pouco os rapazes de escritório e de balcão, sofrendo a concorrência dos decotes, verão seus ordenados baixos, porque mulher vive com pouco e o homem, antes pelo contrário.”

A concorrência feminina teria efeitos muito mais graves. A questão diz respeito ao lugar do *empregado* na *profissão* comercial (ou industrial, poderíamos acrescentar, lembrando os escritórios e outras seções de trabalho não-operário das fábricas):

“Parece à primeira vista que este assunto é uma frivolidade da crônica e não envolve conseqüências de monta. Estão muito enganados os que porventura assim supõem. A invasão dos sapatinhos brancos no comércio é um sério perigo à vida dos borzeguins; a onda das sombrinhas é uma ameaça à sorte das bengalas; e as rendas, os bordados, filós, grampos, ligas, plumas e espartilhos podem obumbrar de vez as gravatas e os colarinhos, os punhos e as ceroulas. A situação é grave.

“Amanhã, procuramos os Silvas, os Guimarães e os Costas e só encontramos nas casas comerciais, Isetes, Helenas e Guiomares! Que é das calças?

“Caíram. – E só se vê a bambinela das saias num triunfo solene, chistando dos suspensórios no *frou-frou* da seda!

“É séria a situação. Já com imensa dificuldade um moço aproveitável acha emprego em casa de modas.

“Daqui a pouco os rapazes aptos para o comércio terão de submeter-se a misteres de trabalho pouco adequados aos seus princípios e educação.”

O resultado final seria, assim, a exclusão dos homens do trabalho no comércio. Isto seria, podemos interpretar, o fim da *profissão* enquanto tal. Lélis compara as perspectivas que se colocam mulheres e homens em relação ao trabalho e ao casamento e as conseqüências que isso acarreta para o futuro dos negócios:

“As moças vão para as lojas. Assenhoreiam-se do movimento, adquirem largo conhecimento e prática, tornam-se por assim dizer excelentes, indispensáveis auxiliares. De repente, um

namorico, um *flirt*, um passeio e casam-se.

“Começa a repontar nas novas árvores o fruto da prole extensa e, pronto.

“A senhorita, agora mãe, tem de cuidar dos filhos e deixa o estabelecimento com graves prejuízos para o patrão.

“Há até casas que levam à breca com a saída do bom pessoal.

“Com o homem não se dará isso; ele tem aspirações, trabalha com afinco, sonha fortuna, posição, sociedade e vai por aí, ofegante de esforço, engrandecendo o estabelecimento. Di-rão, mas também se casa! Sim, mas não tem 40 dias de parto nem tem de amamentar pimpolhos. A sua obrigação não sofre com isso e, ao contrário, fundou sua família, redobra o esforço, acelera o gosto [sic; deve ser “gesto”] e assenta a cabeça. É o meio ÚNICO, de se secularizar casas de comércio, pela lei imu-tável da sucessão.

“Quais foram as senhoritas até hoje, que sucederam fir-mas comerciais, associando-se aos estabelecimentos onde tra-balham? Nenhuma. Por quê? Porque a qualquer momento o lar lhes chama, os fedelhos surgem e adeus comércio!

“O homem, no comércio, tem traçado no espírito o pro-grama legítimo de aspirações elevadas. A mulher no comércio não tem programa nem aspirações. Aquele, marcha para a fortu-na, enriquecendo o chefe; esta marcha para o altar do *conjugio vobis*. Aquele tem um fito: a fortuna. Esta uma visão: o lar. Ambos grandiosos nos seus tentames, mas, sem se concorrerem; e a deslealdade está na mulher que usurpa posições do homem, não neste que, em absoluto pretende invadir misteres de mulher.” (Grifos e maiúsculas no original.)

Vê-se que o que caracterizava, na concepção patronal, o *empregado*, que era a sua dedicação ao estabelecimento deter-minada fundamentalmente pela identificação de seu progresso pessoal ao progresso da firma, já não existe com a mulher: sua aspiração termina no casamento e na maternidade, por “exce-lentes” que sejam no trabalho.

A idéia de que “o empregado de hoje é o patrão de ama-nhã” também deixaria de fazer sentido com a mulher: enquanto

ele sonha “fortuna, posição social”, “engrandecendo”, com seu esforço ofegante, o estabelecimento e terminando, pela “lei imutável da *sucessão*” (grifos meus) por perpetuar (“secularizar”) a casa comercial em que trabalha, ela abandona o emprego no momento em que chegam os filhos.

O crescimento da presença feminina no comércio seria o fim da *profissão* e isso traria um “desastre social”:

“A anomalia é flagrante. A mulher quer ser homem, a todo o transe, e o homem, ao que consta não quer ser mulher. Eis a luta. E o patrão, esperto, inconscientemente coopera para um desastre social, visto que paga à senhorita qualquer 100\$000 por mês, quando ao seu *semelhante* terá de pagar uns 200\$000.

“No fundo é uma questão de economia...” (Grifos no original.)

O alarme de Lélis é com a dissolução do *status* de um grupo de trabalhadores destacado do conjunto dos outros trabalhadores pelas suas relações especiais com o patronato. O fim da *profissão* significaria a *proletarização* do “empregado”, já então descaracterizado como tal: o empregado, já agora mulher, não é mais um *empregado*, pois não tem aquela determinação de crescer com a firma; os laços de fidelidade tornam-se muito tênues; é apenas um assalariado, trabalha apenas pela paga, até que chegue o casamento. Seu trabalho poderia se encaixar já apenas na locação de serviços. Seria um desastre social: aquela esfera de cidadania, que abrangia os patrões e, nas suas fimbrias, os empregados, se contrai para só incluir os primeiros, excluindo os últimos. A análise de Lélis – com a qual, evidentemente, não precisamos concordar – mostra, como se observa, uma firme convicção de que os empregados formam uma categoria à parte, no conjunto dos assalariados, definida por sua relação especial para com a empresa e o patrão.

...

A aprovação da lei de férias no final de 1925 provoca a explicitação da concepção patronal dominante a respeito de *trabalho e trabalhador*. O porta-voz dessa concepção foi Otávio Pupo

Nogueira, secretário-geral do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, de S. Paulo. É de sua autoria um memorial contra aquela lei, subscrito por diversas entidades patronais, encabeçadas por esse Centro.

Nesse documento, datado de 22.06.1927 e dirigido ao Conselho Nacional do Trabalho, ele critica o legislador por não ter diferenciado o “simples operário” e o “empregado de escritório”, englobando, ao contrário, “as duas entidades num todo único”. Enquanto este último é “um simples intelectual que trabalha com o cérebro”, o primeiro é “um trabalhador braçal, cujo cérebro não despende energias”:

“[...] as pessoas submetidas a esforço cerebral esgotam-se dentro de curto prazo, ao passo que pessoas, submetidas a trabalho manual intensíssimo, mas cujo cérebro está habitualmente em repouso, conhecem o esgotamento só ao cabo de excessos, que a máquina humana não pode suportar, porque ela é frágil e não pode ir além de um máximo de rendimento.”

O paradoxo “explica-se”:

“É que a *energia muscular vem do cérebro* e, íntegro este, isto é, não esgotado das suas energias, não esgotarão os membros, que ele aciona à distância.” (Grifos meus.)

Nada mais lógico, então, que ao *empregado* sejam concedidas as férias e que ao operário estas sejam negadas:

“Assim, pois, é lógico, é natural, e é até imprescindível que o empregado de escritório – o cerebral – tenha um período anual de descanso, para que revigore o órgão que mais trabalha no seu organismo, e que é precisamente o mais susceptível de se esgotar.

“Mas é ilógico que o cerebral seja equiparado, na lei, ao não cerebral – àquele que nada ou quase nada pede ao cérebro, a não serem os atos habituais e puramente animais da vida vegetativa.”

Em conclusão, o operário *não precisa* do descanso que as férias proporcionariam. A displicência em procurar bases menos toscas para a argumentação e a desatenção a observações, disponíveis na época, do próprio Taylor¹², dando lugar a um

¹² Examinando as condições de trabalho numa fábrica de rolemãs para bicicletas, Taylor

raciocínio grosseiro, que denota ignorância de fatos biológicos básicos, como a relação entre a atividade de músculos, sistema nervoso e cérebro, de um lado, e cansaço físico e esgotamento nervoso, de outro, evidencia o conceito em que os patrões tinham o chamado trabalho “manual”. É como se os representantes patronais achassem tão óbvio que o operário não necessita de férias, que estas são algo “demais” para ele, que não lhes ocorria buscar uma argüição mais elaborada¹³.

Como estamos vendo, o uso, pelos patrões, dos termos “empregado” e “operário” carregava um forte sentido de valorização.

De acordo com o memorial, não apenas o operário *não precisa* das férias, como estas seriam *prejudiciais* para ele, pelo ócio forçado que provocariam. Uma vez que suas faculdades morais e intelectuais “não foram afinadas pela educação e pelo meio”, sua “vida física, puramente animal, supera muito a vida psíquica”. Como seu lar é “um acampamento – sem conforto e sem doçura” e ele não tem o “culto do lar”, acabará preenchendo seu tempo livre na rua, onde se deixaria arrastar pelos “instintos subalternos”:

“O proletário é, pois, um elemento da coletividade social que as férias estragarão [...]”

O mesmo não aconteceria com o *empregado*. Imune aos efeitos nocivos do ócio, devido a sua formação moral, propiciada pela educação e pelo ambiente em que vive, ele poderá aprovei-

observou que o serviço de inspeção das esferas para seleção das defeituosas impunha “considerável tensão nervosa” às operárias que executavam esse serviço. Por isso, quando foi feita a intensificação do trabalho constante de seu projeto para esse estabelecimento, determinou pausas de dez minutos a cada período de uma hora e quinze minutos de trabalho e dois dias consecutivos de repouso remunerado por mês. Vale observar que o nível de tensão nervosa exigido em boa parte do trabalho de fiação e tecelagem, por exemplo, era considerável. A necessidade de repouso, por razões de pura “administração científica”, é evidente (TAYLOR, 1982, capítulo II, itens 32 e 33. Para uma crítica à idéia da presença de um “taylorismo” no Brasil, ver: MARSON, Adalberto, 1995. Pode-se consultar também a versão reduzida desse artigo: MARSON, 1997, pp. 153-175.

¹³ Jorge Street, presidente do CIFT na época, era médico. Teria dado aval a essa argumentação? De qualquer forma, silenciou a respeito, mantendo-se, porém, sempre contrário à lei de férias, mesmo nos anos trinta. Veja-se sua palestra, intitulada “A legislação social trabalhista no Brasil”, proferida no Instituto de Engenharia em 29.09.1934 (S. Paulo, Escolas Prof. Salesianas).

tar as férias para o repouso, em seu lar “acolhedor e amável”. Dada sua resistente “estrutura moral”, mesmo que, “moço e ardente”, resvale em “diversões subalternas”, os efeitos destas não provocarão escaras persistentes em sua personalidade.

Percebe-se que, ao nos depararmos com a distinção entre *empregado* e *operário* nos textos patronais, estamos diante de uma valoração que, de um lado, atinge a *função* desempenhada por cada um e, de outro, a sua própria *pessoa*. O papel das injunções do meio e da capacidade pessoal para fazer frente a este meio aparecem de tal forma mesclados na descrição do operário que o juízo a seu respeito feito nesse discurso atinge de forma indiferenciada tanto a *função* quanto a *pessoa*. A impressão que fica é a de que, no conceito patronal, a multidão que se dirige às fábricas é formada por indivíduos boçais, próximos da animalidade, incapazes de “melhor” ocupação que o serviço “braçal” e moralmente dependentes de orientação e vigilância “de cima”. O que é absolutamente silenciado é a preocupação, que, porém, podemos sentir pela própria reação indignada à lei de férias, de *aproveitar* a força de trabalho de que aqueles indivíduos são portadores e que se esvairá sem uso no período de quinze dias anuais em que estarão parados “sem necessidade”.

Essa foi a *única* lei social rejeitada de forma radical pelas organizações patronais. Isso indica, além da preocupação (que, sem dúvida, contou consideravelmente) com o aumento do custo da mão-de-obra, o peso daquela concepção que procurava justificar a divisão do conjunto dos trabalhadores em dois grupos aos quais, por suas qualidades intrínsecas, tais organizações julgavam caber direitos diferenciados.

O advogado Clóvis Ribeiro, em parecer encomendado pela Associação Comercial de S. Paulo e divulgado no *Estado* de 14.04.1927¹⁴, defendendo que a data inicial de validade da lei de férias não era a de sua publicação, mas aquela em que o seu regulamento foi publicado, argumentava que, antes de começada a vigência deste, não havia meios de cumpri-la. Antes disso, diz ele, não sendo os estabelecimentos obrigados a manter um registro dos seus trabalhadores, nem existindo a caderneta indi-

¹⁴ O *Estado* de S. Paulo. 14.04.1927.

vidual, não se faziam as anotações relacionadas à aquisição do direito às férias, como data de admissão, faltas justificadas ou injustificadas etc. Nas indústrias, as dificuldades para verificar a aquisição desse direito seriam “muito maiores” que no comércio:

“[...] enquanto nos escritórios das casas comerciais os empregados, conhecidos todos pelos seus nomes, estão perfeitamente individualizados, nos grandes estabelecimentos industriais, os operários são milhares de indivíduos designados apenas pelos números das suas chapas, constituindo grandes massas flutuantes, com grande movimento diário de admissões e demissões. A mesma chapa numerada que hoje pertence a um operário, já pertence a outro amanhã. E são os números dessas chapas, não os nomes dos trabalhadores, que figuram nas folhas de pagamento dos salários, e na contabilidade das empresas. Não há, pois, a individualização do operário e foi justamente para corrigir esta situação incompatível com o regime das férias obrigatórias, que o regulamento da lei de férias instituiu a caderneta de identidade, obrigatória para o operário e facultativa para o empregado no comércio, fazendo até depender da legalização dessa caderneta o direito ao gozo das férias [...]”

Ribeiro presta um testemunho involuntário da diferença entre a relação do patrão com os operários e a sua relação com os *empregados*. Ele atribui a diferença de tratamento à quantidade de uns e de outros: enquanto os últimos se podia conhecer pelo nome, aos primeiros só restava um número numa chapa. Porém, se os patrões quisessem “individualizar” o operário, não seria o seu número obstáculo para isso. Afinal, já havia um sistema de identificação de operários em ação nas fábricas: as “listas negras”. O objetivo nesse caso era excluir os agentes perturbadores da ordem (a identificação do *empregado* tinha um sentido “positivo”: acompanhar seu desempenho na profissão; a do operário, “negativo”: lançar fora os agentes infecciosos). Além disso, uma das características básicas do regime fabril é o exercício constante da vigilância. A explicação para a diferença tem que ser outra: o desinteresse em acompanhar a vida funcional de indivíduos cuja permanência no estabelecimento era incerta. Que interesse haveria em “individualizar” os integrantes dessas “gran-

des massas flutuantes”, em meio ao “grande movimento diário de admissões e demissões”?

A fala de Ribeiro nos põe diante da constatação de que a lei de férias obriga ao que ele chamou de “individualização” do operário, isto é, ao acompanhamento de sua vida funcional. O operário deixa de ser reconhecido apenas por um número, passando a ser identificado também por um nome. Isso tem quase nenhum efeito na sua condição de existência. Mas representa uma alteração fundamental no modo de encarar as relações de trabalho. As chapas numeradas, único meio de identificação do operário, existem apenas para efetuar o pagamento. Logo, a relação com o operário resume-se à compra da força de trabalho – a locação de serviços – o que não acontece com os *empregados*, que estão, pelo contrário, “perfeitamente individualizados”. O trabalho do primeiro se apresenta, nessa relação, apenas como mercadoria. Se esse é o caráter do trabalho operário, basta um número correspondente ao seu fornecedor, ao qual atribuir o valor correspondente à quantidade de força de trabalho comprada. Diversamente, acompanhar, registrando, a vida funcional desse fornecedor tem como motivação outros imperativos; um deles é o de assegurar direitos que pelo desempenho nessa vida funcional são adquiridos.

Assim, a lei de férias unifica, num aspecto – fundamental –, o estatuto de operários e de *empregados*: o trabalho dos primeiros deixa de ser considerado apenas mercadoria, sendo, em contraste, base para aquisição de direitos. Os operários deixam de ser apenas “locadores de serviço”, devendo agora ser, como os trabalhadores de balcão e de escritório, encarados como *empregados*, indivíduos que não apenas vendem sua força de trabalho, mas que têm um *emprego*, um lugar que, ao ser ocupado, confere direitos. O trabalho deixa de ser considerado apenas como obrigação imposta pelas autoridades para não se ser privado da liberdade – por “vadiagem” – e passa a ser – precariamente - um fundamento de cidadania, uma base para se adquirir direitos.

A faculdade de unificação de estatutos que identifique na lei de férias parece confirmada pelo peso conferido a esse direito em depoimentos de operários a respeito de um momento poste-

rior ao que focalizo – o dos anos trinta e quarenta. De fato, chama a atenção o destaque que as férias ganham em sua fala. Apesar de marcada fortemente pela solidificação da memória histórica dos vencedores em 1930, esses depoimentos são um testemunho eloqüente do sentimento dos trabalhadores em relação a esse período de descanso legal.

Uma operária, nascida em 1916, que trabalhou em fábricas de fiação e tecelagem de S. Paulo, dizia o seguinte:

“Eu acho que o Getúlio não vai haver outro igual a ele não, viu? (...) As férias, você vê, quem deu a lei de férias para nós foi o Getúlio Vargas, e muitas outras coisas a gente deve ao Getúlio Vargas.”¹⁵

Em outro depoimento, um operário, nascido em 1915, que trabalhou em fábricas de tecidos em Sorocaba e S. Paulo e mais tarde se tornou sindicalista, embora mostre uma visão crítica de Getúlio, confere às férias o mesmo destaque:

“Antes de Getúlio Vargas o trabalhador lutava por melhores salários e quando não conseguia amigavelmente apelava para a greve. Eram greves mais na valentona que davam cadeia [...] Agora, depois de Getúlio Vargas, naturalmente ele criou a CLT, e antes não existia férias, não existia nada. Ele criou o Ministério do Trabalho... [...] naturalmente Getúlio Vargas, ele governou usando a cabeça para interesse próprio, ele durante quinze anos que governou o país não criou uma escola no país, porque o sujeito que lê entende um pouquinho mais de leis e de política. Na parte trabalhista ele criou a CLT, na qual criou certas leis que existem até hoje...”¹⁶

A obtenção das férias parece ter ficado na memória dos trabalhadores como um marco no campo dos direitos.

Devem ser salientadas certas implicações da concepção patronal a respeito do operário como *proletário*. Na concepção predominante na época, proletário era aquele que dispunha de renda apenas suficiente para sobreviver, o termo não se relacio-

¹⁵ O depoimento, de Odete Alves de Almeida, foi extraído de: GODOY, 1996, p. 351.

¹⁶ O depoimento é de Ignacio Picaso. Extraído de: op. cit., p. 352. Segundo nos informa o autor, Picaso aposentou-se como presidente do sindicato dos mestres da indústria de fiação e tecelagem.

nando necessariamente com um lugar na produção. Ao que se conclui da leitura dos textos produzidos pelos representantes do ponto de vista patronal, na concepção destes últimos, proletário era não apenas aquele que dispunha de renda mínima, mas aquele que não necessitava, por sua constituição intrínseca, de mais do que aquilo a que essa renda lhe permitia ter acesso. A contrapartida dessa concepção do operário como *proletário* era a *caridade*, praticada por entidades patronais como a Associação Comercial de S. Paulo e o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem, desse estado¹⁷.

Mesmo Jorge Street, tido como exceção no campo patronal, por sua atitude para com os operários¹⁸, não escapava da concepção generalizada na época entre os empresários, que afirmavam e praticavam uma clara distinção na condição relativa de operários e *empregados*. Deixando de lado, quanto a esse suposto caráter de exceção, o fato de ter presidido entidades industriais durante décadas, inclusive o CIFT (Street foi seu presidente de 1926 a 1929), secretariado por seu admirador Otávio Pupo Nogueira, famoso pelas “listas negras” de operários considera-

¹⁷ Há diversos exemplos de prática de caridade por essas entidades, como contribuições para hospitais e entidades assistenciais, levantamento de fundos em momentos de catástrofes naturais e situações de emergência como a gripe espanhola etc. Vale observar que a posição patronal com relação à prática da caridade retira bastante substância da idéia de que os industriais tenham tido uma orientação *fordista* na Primeira República. Para uma crítica a esta posição, assumida por Werneck Vianna (VIANNA, 1976) e De Decca (DECCA, 1981), pode-se consultar LIMA, 1992, pp. 26 a 44. Lima chama atenção para estratégias *paternalistas* utilizadas pelos patrões. A referência a Ford no discurso dos industriais também é discutida em artigo de minha autoria (VARGAS, 1997), pp. 25-40.

¹⁸ A idéia, cristalizada na historiografia, data da época. É memória sedimentada, alicerçada naquele tempo. Veja-se o testemunho do jornalista italiano Alfredo Cusano, em artigo de 1921. Referindo-se à creche da fábrica “Maria Zélia”, ele diz:

“É preciso que se veja as quatro salas imaculadas, com duas longas filas de berços alvíssimos, com o criado-mudo contendo o enxoval que o Dr. Street dá a cada mãe, e os belíssimos banheiros, com água quente e fria.

“É necessário que se veja ainda a sala de recreio e refeição, para os mais grandinhos, e o grande pátio onde as pajens levam todas aquelas criaturinhas a tomar ar, o funcionamento perfeito e o cuidado maternal que o pessoal e a mesma senhora Street dispensam às crianças, para se compreender o grande coração deste industrial de exceção.” In: *Il Brasile... gl'Italiani e la guerra*. Roma – Buenos Aires – S. Paulo, Editrice d'Italo. Sudamericana Impresa di Propaganda e Pubblicità, 1921. Tradução presente em MORAES FILHO, 1980, p. 458.

dos "indesejáveis" nas fábricas por, entre outros motivos, atitudes de insubordinação¹⁹, repassemos alguns trechos de sua fala.

Ele diz, no Jornal do Comércio de 10.09.1917²⁰:

"Sou dos que sentem real prazer em ter cotidiano contato com os operários que considero companheiros de trabalho e dos quais sou verdadeiro amigo. Diariamente, percorro a fábrica no meio deles, vejo-os na entrada, acompanho-os no trabalho e, muitas vezes, assisto à sua saída da oficina. Interesse-me, mesmo, pela sua vida fora da fábrica, muitas vezes tomo parte nas suas festas e indago das suas necessidades."

O fato de Street *declarar* que gosta do contato com os operários, que é seu amigo e que os considera companheiros de trabalho é significativo. Mostra que ele não considera essa atitude como algo generalizado, como algo que se devesse esperar necessariamente do empresário. Este trecho é um exemplo da operação que tanto marcou a memória histórica, operação da qual o próprio Street é o autor e que o coloca como "exceção" entre os empresários.

Porém, ao pôr-se como exceção e ao reconhecer, assim, necessariamente, a regra, não rompeu inteiramente com esta; antes, a esta permaneceu amarrado pelo próprio modo como se afirma como exceção. Ele diz que considera os operários como companheiros de trabalho, ou seja, como indivíduos que trabalham *com* o patrão, não apenas *para* o patrão. Eles não seriam, como não o era o *empregado*, apenas "locadores de serviços". Street os considera "companheiros de trabalho" e, deste modo, os "eleva" à mesma condição dos *empregados*. Mas essa condição é, para ele, uma *concessão*, não está inscrita na ordem natural das coisas. Nisso está aquilo que se chamou seu "paternalismo": ele dá porque é um "verdadeiro amigo" dos operários. É preciso que ele seja seu amigo para fazer tal concessão.

Assim, na atitude diferenciada para com os operários, Street se mantém no mesmo universo conceptual do restante

¹⁹ Sobre essas listas, pode-se consultar, entre outros, RIBEIRO, 1988.

²⁰ Transcrito em MORAES FILHO, 1980, p. 370. O artigo de Street se refere ao projeto de Código do Trabalho, em discussão no Congresso.

dos patrões.

Para uma melhor compreensão a respeito dos direitos que Street julgava aceitável conceder ao operariado por meio de leis, é imprescindível entender suas noções de *justiça* e *necessidade*.

Devemos registrar, antes de mais nada, que ele de fato falava pelo conjunto dos patrões, quando aceitava a idéia de legislação sobre o trabalho²¹. As suas preocupações – que também eram as do conjunto de sua classe – diziam respeito aos *limites* dessa legislação:

“O que, porém, é absolutamente necessário é que não haja exageros ou demasias perniciosas. É preciso que não sejam votadas leis, da importância dessa [refere-se ao Código do Trabalho], unicamente sob a influência dos acontecimentos recentes, filhos, em grande parte, do extraordinário momento histórico, por que passa o mundo.”²²

Para que as leis não sejam “perniciosas” e sim, “benéficas”, é preciso que se consultem os interessados, os patrões e os representantes dos “verdadeiros operários”. Assim, poderá ser atingida a finalidade de torná-las adaptadas ao “nosso meio” e

²¹ Ele dizia, no artigo já mencionado: “Preliminarmente é necessário ficar bem estabelecido que os industriais estão de perfeito acordo com a conveniência e mesmo a necessidade de uma legislação que regule do melhor modo possível a situação recíproca do operariado e do patronato nas suas relações com o trabalho nacional.” Apesar de nada nos autorizar a crer que as entidades patronais tivessem qualquer interesse em fazer aprovar leis de trabalho, a formulação de Castro Gomes a respeito da atitude básica dos empresários quanto à questão permanece inteiramente válida: aceitação da legitimidade da legislação sobre trabalho e empenho pela redução de seu alcance, por meio da intervenção de suas entidades, seja nos diversos momentos de sua elaboração, seja, depois de sua promulgação, no momento da sua regulamentação. A autora, porém, afirma que essa atitude foi adotada somente a partir de 1917, quando é discutido o Projeto de Código de Trabalho na Câmara dos Deputados, tendo a partir daí a atuação empresarial deixado de ter “o caráter de rejeição frontal, de negação pura e simples do princípio de intervenção do Estado no tocante à elaboração de uma legislação social para o país”, que a teria distinguido antes (GOMES, 1979, p. 158). Acredito, diversamente, que, assim como no nível institucional não havia hegemonia do *laissez-faire* (ver, a respeito: VARGAS, 1999), o discurso patronal, em sua argumentação contra iniciativas de regulamentação do trabalho no âmbito do poder público, também não poderia orientar-se por aquele princípio, caso contrário não seria possível haver diálogo. Contudo, uma afirmação a respeito exigiria uma pesquisa mais aprofundada em torno da reação patronal às leis municipais de regulamentação desde a década final do século XIX, a que não foi possível dar início neste momento.

²² Op. cit., p. 371.

“em certa harmonia com a mentalidade e a cultura do nosso operariado”. É preciso obviamente fazer aquela restrição – ouvir os *verdadeiros* operários – porque há os que propõem coisas que, na visão patronal, estão em desarmonia com o meio: esses não fariam parte do “nosso” operariado.

Dentro da concepção patronal, entre as propostas que estariam em oposição à “mentalidade e cultura” do “nosso” operariado figurava a de conceder-lhe férias. Presente em diversos projetos apresentados desde 1917 e depois, no final de 1925, tornada lei, a concessão de férias foi, como vimos, rejeitada de modo radical pelas entidades patronais, posição da qual não destoou de modo algum Street²³.

Um dos pontos que recebem maior destaque no citado artigo de Street de 1917 sobre o projeto de Código do Trabalho é a jornada de oito horas. Ele diz que esse regime “não é necessário, nem justo”. O que significa “necessário” e o que significa “justo”? O sentido de um e outro atributo, em Street, funda-se na concepção de “natureza”, comum a todo o patronato. Para compreendermos melhor este nexos, vale examinar o conhecido artigo de sua autoria que trata do reconhecimento dos sindicatos operários, publicado no *Jornal do Comércio* (Rio) de 13.06.1919²⁴.

Nesse texto, Street escancara o fato da subordinação dos trabalhadores aos interesses dos patrões devido ao poder econômico destes, advindo com o “grande industrialismo” e o “capitalismo moderno”. As novas condições de trabalho assim criadas fizeram “inevitáveis” os conflitos (“graves divergências e antagonismos”) entre uns e outros. Ele exemplifica com os casos do valor do salário e da duração do dia de trabalho, que variavam conforme “as idéias e interesses” dos empresários, comentando:

“As necessidades, mesmo vitais, do operariado não eram consultadas. Isto não é privilégio nosso, bem o sei, dá-se em toda parte, sempre se deu e é *natural* que se tivesse dado.” (Grifos

²³ Como presidente do CIFT, apresentou, em agosto de 1926, em reunião do CNT, protesto contra a concessão de férias aos operários (ver capítulo seguinte).

²⁴ “O reconhecimento dos sindicatos operários”. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 13.06.1919. In: MORAES FILHO, 1980, p. 405.

meus.)

Assim, a superexploração do operariado teria decorrido de um fato *natural*, que foi o desenvolvimento do capitalismo industrial, numa primeira fase. Trata-se, a seu ver, de uma tendência *natural* do capital. Teria sido natural ter ocorrido a superexploração como teria sido natural isso ter provocado a reação do operariado:

“É um fato que a produção não tem sido regulada no mundo, sob o ponto de vista de garantir o maior benefício possível à coletividade humana, mas sim, em vista dos maiores benefícios do capital, que detinha o poder de regular essas coisas.

“É certo também que a tendência natural do capital é impor o máximo de trabalho com o mínimo de salário.

“Naturalmente, esse estado de coisas provocava e provoca o protesto do operariado.”

Há dois “pontos de vista”: aquele dos que visam o “maior benefício possível à coletividade humana” e aquele dos que visam “os maiores benefícios do capital”. Eles correspondem a duas forças. Quem tem mais força detém o poder de regular a produção sob seu ponto de vista.

Foi *necessário* ter sido assim? Street não o explicita e, com isso, fica sem indicação clara o sentido desse termo. Porém, este significado surge quando se constata que, em sua concepção, uma lei que está em desarmonia com o meio não pode ser considerada necessária; antes, provoca efeitos nocivos nele. Uma tal lei seria *artificial*. “Adequado ao meio” e “natural”, assim como “meio” e “natureza”, são, nesse universo conceptual, noções mutuamente correspondentes e até certo ponto intercambiáveis. Portanto, o que é *necessário* não pode deixar de ser *natural*.

Para Street, “necessário” quer dizer algo que é preciso fazer para se atingir um fim. Negando que haja jornada de oito horas para os países europeus e Estados Unidos, ele diz:

“[...] Há, sim, nesses países uma regulamentação especial das horas de trabalho para certas indústrias, cujas condições de trabalho, excessivamente penosas, e condições de higiene precárias, tornaram necessárias legislações especiais.”

Podemos notar que o fim aí fixado corresponde a um daqueles “pontos de vista” acima identificados: o “maior benefício possível à coletividade humana”. As legislações citadas foram *necessárias*. E quando o ponto de vista que prevalece é o dos “maiores benefícios do capital”? Por exemplo, na situação de submissão dos operários ao patrão, assim descrita por ele:

“A duração do dia de trabalho estava em suas mãos, assim como a taxa do salário era por ele regulada e marcada, segundo as suas idéias e interesses. Se havia grande procura nos mercados, portanto, possibilidade de boas vendas, com bons lucros, era logo ordenado o dia de 10, 11 e 12 horas; se não chegava ainda, e a procura continuava, formavam-se turmas suplementares e o trabalho noturno era instituído. Isto durava enquanto as conveniências comerciais assim o exigiam. Se vinha a parada nos mercados, a cena mudava bruscamente. As turmas noturnas eram despedidas em bloco, as horas do trabalho diurno eram diminuídas e, se não bastava, eram reduzidos ainda os dias de trabalho.

“É sabido e notório que ainda agora bruscamente entre nós o supertrabalho de poucos meses atrás foi reduzido a três e quatro dias de trabalho por semana. As necessidades, mesmo vitais, do operariado não eram consultadas. Isto não é privilégio nosso, bem o sei, dá-se em toda parte, sempre se deu e é natural que se tivesse dado.”

Nesse caso, é possível, dentro da concepção de Street, falar-se em *necessidade*? Compreende-se que ele preferisse não explicitá-lo, talvez para evitar a idéia de cinismo. Mas, afinal, não foi *necessário*, para aproveitar a procura, ordenar a jornada de até 12 horas e não foi, também, *necessário* reduzir o trabalho a três ou quatro dias por semana quando o quadro mudou? Era *natural* que fosse desse jeito – isto é, parecia plausível, aos que tinham o poder de decidir, agir assim frente à situação dada.

Descrevendo as condições totalmente desfavoráveis em que se encontra o operário isolado para tratar com o patrão e deduzindo destas a necessidade de associação do operariado, ele pondera:

“De fato, o operariado pode resistir longo tempo; o operá-

rio isolado não. Os recalcitrantes seriam facilmente substituídos, mas trabalho novo dificilmente seria achado pelos operários suspeitos de rebeldia. É um fato que todos sabem ser verdadeiro, mas que não convém confessar, porque é contrário aos nossos interesses e princípios.

“Desta situação nasceu a necessidade das associações que se multiplicaram em toda a parte e cresceram com incrível rapidez, em número e poder.

“A associação, nós bem o sabemos, dá ao operariado coesão e meios de pedir, e de exigir, se necessário for, resistindo por longo tempo, pois a associação solidariza os operários da mesma indústria.

“Assim, nós, patrões, perdemos a vantagem de tratar só com os nossos operários isolados e fracos, e vamos ser obrigados a tratar com a associação, pelo menos tão forte como nós.

“Assim, o contrato individual, com o nosso operário isolado, tem de ser substituído pelo contrato coletivo com essas associações.

“É desagradável, eu concordo, mas é inevitável e, afinal, é justo.”

O que é *justo* impõe-se como *necessário* porque responde a uma exigência *natural*. Na concepção de Street, como se vê, o que é *natural* impõe sempre um meio *necessário*, no sentido de obrigatório para atingir um fim ditado pela natureza. Como numa proposição dialética que se interrompe, as tendências *naturais* contraditórias – o patronato procurando fazer prevalecer sua vontade de multiplicar o capital e o operariado buscando satisfazer suas necessidades vitais – acabam por se equilibrar²⁵.

²⁵ A própria atitude “imatura” de violência das associações operárias, que, com o tempo, se adequam aos propósitos de conciliação, é *natural*. No mesmo artigo, Street diz: “[...] estou convencido de que hoje, no estado de alma mundial do operariado consciente de sua força e de seus direitos, as associações de classe [...] longe de continuarem a ser fatores de perturbação de ordem, virão, com o tempo, constituir elementos de ordem e grandes fatores de apaziguamento que facilitarão a solução de problemas graves oriundos da inevitável evolução econômico-social que se desenvolve por todo o mundo.

“Não desconheço os perigos, nem os dissabores inerentes a este modo de proceder. Bem sei que essas associações são exigentes e, entre nós, ainda em formação, exigem, na sua maioria, ainda de um modo brusco e violento, procurando muitas vezes exercer pressão indevida sobre aqueles que não pensam como elas.

Aqui Street desdobra mais um elemento de sua concepção fundamentada na noção de natureza: a tendência *natural* para o equilíbrio.

A última frase do texto citado, fechando, como conclusão, a seqüência de afirmações, permite entendermos o sentido de "justo". Street admite que o trato do patronato com as associações é desagradável, do ponto de vista deste último, e isso se compreende, porque contraria a sua tendência natural à acumulação desenfreada. Ele diz que é inevitável, e isso também podemos compreender a partir dos elementos que já identificamos em sua concepção: as forças naturais tendem ao equilíbrio, o que acaba por se impor. Por fim, ele afirma que isso é justo. Para entendermos o significado deste qualificativo, precisamos evocar o que o texto excluiu: a alternativa de prevalecer exclusivamente o ponto de vista operário. Em 1919, esta alternativa, para muitos que se reivindicavam desse ponto de vista, era, no que se refere ao universo da indústria, a experiência da expropriação das fábricas na Rússia. Não é preciso refletir muito para concluir que tal hipótese foi excluída por ser considerada *injusta*. Para entender o que é justo, portanto, vale comparar uma e outra solução. A primeira representa o equilíbrio entre as duas forças; a segunda, o desequilíbrio de uma impondo-se à outra e, mesmo, aniquilando-a. Conclui-se que *justo* é aquilo que concilia os interesses das partes, favorecendo, assim, a coletividade (que é formada por forças que se opõem, mas que tendem ao equilíbrio).

Tendência natural, o equilíbrio das forças do operariado e do patronato acaba por se impor. É "inevitável" e a isso é inútil oferecer resistência. Referindo-se à organização dos operários em associações, ele comenta:

"Entre nós estas coisas estão ainda em formação, mas

"Isto é *natural*: a prática tem demonstrado, no entanto, a mim e a muitos dos meus companheiros, que semelhante violência é, na maior parte das vezes, oriunda da convicção, em que os operários estão, de que os seus desejos serão mal recebidos e pouco ouvidos, e por isso eles gritam alto e gesticulam de acordo.

"Mas essa mesma prática nos tem mostrado também que, quando acolhidos com cordura e quando recebidos e ouvidos de boa vontade, eles amenizam o seu trato, então, sem em absoluto desistir das suas reivindicações, combinam e falam em termos perfeitamente aceitáveis e que, quase sempre, levam a conclusões satisfatórias e conciliadoras." (Op. cit., pp. 409/10, grifos meus.)

caminham rapidamente. Longe de nos opormos a essa marcha, devemos colaborar e facilitar o seu progresso. A própria legislação deve intervir para regular os direitos e deveres dessas associações, assim como os das nossas instituindo os necessários tribunais de arbitragem que, bem organizados, facilitariam muito a solução das questões que não puderem ser solvidas por conciliação direta.

“O velho mundo já passou pelas fases de resistência e teve de ceder.

“Nós devemos nos conformar com o inevitável e queimar as etapas que os outros já venceram. Isto me parece de boa e sã política para nós.”

É justo aquilo que concilia os interesses das partes, aquilo que proporciona um ponto de encontro entre ambos, aquilo, enfim, que acompanha a tendência última da natureza, que, na concepção de Street, é o equilíbrio. Assim, justa é a legislação que propicia esse equilíbrio, como a que criasse os “necessários tribunais de arbitragem”.

Concluindo, uma lei, tanto para ser justa, como para ser necessária, tem que representar um tendência *natural*. É necessária, se corresponde a uma finalidade ligada à natureza das coisas. É justa, se corresponde a um ponto de encontro entre interesses diversos, correspondentes a necessidades naturais, sendo, assim, igualmente natural, já que acompanhã a tendência *natural* do equilíbrio. Vale observar que a noção de natureza como leito conceptual é um dos esteios do pensamento liberal, desde Locke (1978)²⁶.

Feito este percurso, podemos voltar à questão das oito horas e compreender por que Street não considerava justa a imposição legal dessa jornada. Ele considera que, no Brasil, dado o nosso “temperamento latino cheio de humanitarismo sensível”, o

²⁶ A influente obra de Alberto Torres é um destacado exemplo de como a concepção *orgânica* da sociedade acompanha o pensamento liberal na época (ver, a propósito: MARSON, 1979). A opção rural que este autor defende para o Brasil não tem, como é óbvio, relação com a centralidade daquela concepção em seus trabalhos. Basta dizer que os representantes dos industriais não deixavam de articular suas argumentações por meio de uma particular concepção orgânica, como mostram suas múltiplas manifestações, em publicações daquele tempo, sobre a questão do protecionismo (sobre isso, pode-se consultar: VARGAS, 1995, cap. 4).

caso é encarado mais pelo seu lado “simpático e afetivo”, resultando daí que prevaleça como preocupação principal “o alívio que o menor tempo de trabalho daria às forças físicas do operário com todas as incontestáveis vantagens daí decorrentes”. Declarando-se “pessoalmente muito sensível” a argumentos como esse, ele afirma, porém:

“O número de horas que o operário pode e deve trabalhar precisa ser tal, que esse operário produza um trabalho cotidiano que permita ao patrão pagar-lhe um salário que satisfaça as suas necessidades, permitindo, ao mesmo tempo, ao industrial tirar desse trabalho também uma remuneração razoável para o seu esforço e o seu capital; é este o lado econômico da questão.”

A jornada de dez horas seria a mais “conveniente” para “o conjunto dos interesses em jogo”, como “a prática” teria demonstrado na Europa, na América e no Brasil.

Qual seria o critério para estabelecer o limite máximo “razoável” da jornada? Uma vez que aponta como principal argumento em favor das oito horas e portanto contrário a sua posição o alívio às forças físicas do trabalhador, o que equivale a erigir como critério o limite de esforço suportável pela constituição física do trabalhador, a proposição da jornada de dez horas como mais conveniente adquire necessariamente caráter de resposta a esse argumento. Dado tal caráter, aquela proposição não pode deixar de levar em conta esse critério. Do que se conclui que, muito embora isso não seja explicitado, não há outro critério para a defesa da jornada de dez horas senão esse mesmo: o máximo de tempo diário suportável pela constituição física do trabalhador. (O limite do esforço físico como critério para a fixação da jornada deve ser destacado, porque marca mais um fundamental ponto de contato de Street com a concepção patronal dominante: não se cogita de modo algum de dispêndio de energia “mental”.)

Coerentemente com o conjunto de sua fala, Street defende um critério *natural* para a fixação do limite máximo da jornada.

No mesmo artigo, Street dizia que, apesar de nos países fabris da Europa e nos Estados Unidos a jornada de trabalho variar entre dez e doze horas, é de oito horas para certas indústrias demasiado penosas, como a do carvão e a dos altos-fornos. Nes-

ses casos, a jornada estaria de acordo com a natureza do trabalho, à qual se deveriam conformar as exigências do capital: seriam limites *naturais*, aos quais se deveriam restringir os impulsos igualmente *naturais* de crescimento do capital.

Seria justa a jornada de dez horas por representar o ponto de encontro entre os interesses do patrão e os do operário – sendo os do primeiro ditados pela natureza e os do último igualmente ditados por esta (as exigências da sobrevivência) e por esta limitados (os limites do esforço físico). Assim, como se nota, a *justiça* de uma medida legal em relação a trabalho, para Street, se reverte ao mesmo fundamento da *necessidade* dessa medida: a adequação à natureza das coisas. Não há lugar para o operário *dizer* quais são seus interesses: estes estariam inscritos na natureza de sua constituição física. Com isto, apesar da profissão de fé em que declara considerar os operários como “amigos” e “companheiros de trabalho”, Street os recoloca na condição de *proletários* (no sentido, acima mencionado, assumido por este termo na concepção patronal) nisto não se diferenciando do conjunto do patronato.



A dimensão do príncipe na historiografia do século XVII: o tempo e a história de Bossuet *

Marcos Antônio Lopes
Professor de História na Unioeste

"... a história é a mestra dos príncipes, da qual podem eles aprender sem dor, passando o tempo e com singular prazer, a melhor parte do que é requerido ao seu ofício"

Jacques Amyot

Resumo

Este artigo discute aspectos que caracterizaram o pensamento histórico europeu durante a segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII. O texto aborda a realeza do Antigo Regime, conforme analisada por dois intelectuais, pertencentes a duas tradições diferentes e antagonicas: Bossuet e Voltaire. O artigo pretende demonstrar que, apesar do abismo que separa ambas visões, a história produzida por Voltaire conservou e aperfeiçoou aspectos centrais da obra de Bossuet.

Palavras-chave: pensamento histórico; absolutismo; iluminismo; Bossuet; Voltaire.

Abstract

This article discusses aspects that characterized the European historical thought during the second half of the 17th century and the first half of the 18th century. The text approaches the royalty of the *Ancien Régime*, as analyzed by two intellectuals, belonging to two different and antagonistic traditions: Bossuet and Voltaire. The article intends to demonstrate that, in spite of the abyss that separates both visions, the history produced by Voltaire conserved and it improved central aspects of the work of Bossuet.

Key-words: Historical Thought; Absolutism; Enlightenment; Bossuet; Voltaire.

Para se compreender o pensamento histórico de Voltaire, na esfera mais estrita do poder real, acreditamos que não seja

* Este texto é adaptação de um dos capítulos de nossa tese de doutorado *Voltaire, a história, o príncipe e a virtude*, defendida no Depto. de História da Universidade de São Paulo em 1999, com o apoio do CNPq. Agradeço aos professores Elias Thomé Saliba, José Carlos Reis, Lucília de Almeida Neves, Modesto Florenzano e Antônio Penalves Rocha, meu orientador, pela minuciosa arguição.

suficiente inseri-lo no quadro das realizações do pensamento histórico no século XVIII; seria necessário apreender o que havia anteriormente na tradição da *historiografia* francesa. Isto porque, se há recusas contundentes em seus textos históricos em aderir ao *regime historiográfico* predominante no século XVII - e mesmo em relação às concepções que ainda vigoravam em seu tempo -, há algumas heranças entre a história que surgiu no Século das Luzes e a produzida no *Grand Siècle*.

Ainda que ele tenha desenvolvido sobre o príncipe uma visão diametralmente oposta a alguns daqueles ativadores da nova consciência européia, como Fénelon, o duque e memorialista Saint-Simon, o conde e historiador Boulainvilliers, o pastor e universitário Jurieu e o círculo dos intelectuais protestantes - todos eles favoráveis a um regresso da monarquia aos tempos antigos das liberdades populares -, comunga com estes admiração enorme pelo regime monárquico.¹ Em certa medida, ele seguirá alguns dos passos do Cisne de Cambrai, ao dar destaque aos interesses dos povos sobre a grandeza dos reis. Como o autor do *Telêmaco*, escreveu livros para ensinar a virtude aos príncipes.² Nesse sentido, a obra de Voltaire está profundamente enraizada na tradição, no contributo dos ativadores da crise da consciência européia. Ele é o herdeiro direto e o mais legítimo de Boulainvilliers, quem primeiro lançou a idéia de uma história das nações, dos usos e costumes e das artes: "Mas, militante da liberdade, ele perdeu seu objeto de vista [...]. Voltaire

¹ "Os últimos anos do reinado de Luís XIV deram testemunho do início de uma reação aristocrática a qual Fénelon, Saint-Simon, Boulainvilliers e outros instaram o rei a que devolvesse à nobreza o seu papel de comparsa na governação". (RUDÉ 1988: 266). Acerca da *thèse aristocratique* da história da França, desenvolvida pelo "nobre exclusivista" Boulainvilliers, o texto "Duas legitimações históricas da sociedade francesa no século XVIII", de François Furet, é extremamente esclarecedor, naquilo que concerne aos recalques dos meios nobiliárquicos, privados de participação política a partir do advento do absolutismo luiscatorziano. (Cf. FURET S./d.: 175-194).

² "Gostaria fossem lançados ao fundo do mar todas as histórias que traçam somente os vícios e furores dos reis. (...) Rogo a Deus que conheçamos dos príncipes apenas o bem que eles tenham feito! O universo seria enganado para o bem, e, talvez, nenhum príncipe ousaria dar exemplos de maldade e tirania", escreveu Voltaire em carta a Frederico II, em janeiro de 1738, revelando traços marcantes de seu anti-maquielismo. (VOLTAIRE em POMEAU 1994b: 102). Q. v. a visão extremamente positiva de Voltaire sobre a obra de Fénelon no *Século de Luís XIV*, 1957: 1007 ss.

recolheu sua pregação e, com sua arte, sua clareza, sua precisão, realiza seu projeto”.³

Entretanto, no que se refere à esfera do poder real, esse enraizamento das idéias de Voltaire parece ter sido um pouco mais profundo, encontrando pontos de contato com a tradição de Bossuet e os escritores dos séculos passados; estes, não seriam “estaleiros abandonados”, para tomar de empréstimo uma bela expressão de Paul Hazard. Assim sendo, tencionamos realizar tal paralelismo para distinguir temas recorrentes nos dois, com o propósito de mostrar que, se de fato escolhem instrumentos diferentes para enfrentar seus problemas, estes têm muito em comum. Nisso reside a nossa hipótese de trabalho, que busca ressaltar uma visível linha de continuidade entre a tradição historiográfica teológico-religiosa do *Grand Siècle* e a história filosófica e iluminista de Voltaire: as presenças marcantes da política e do príncipe são os elementos temáticos que nos guiarão no estabelecimento dessa interface. Como afirma René Pomeau (1994), “A história de Voltaire, como a de Bossuet, é a humanidade vista através de um temperamento”. Nesse sentido, o argumento de Ernst Cassirer, ao ressaltar um “deslocamento de acento” em detrimento de uma “radical mutação”, é tanto mais válido quando se enfoca o pensamento histórico de Voltaire e de seus contemporâneos.⁴

No *Dicionário Filosófico*, Voltaire considera que “A história dos acontecimentos divide-se em sagrada e profana”, em certa medida para destacar o fosso profundo que ele enxergou entre as formas de se escrever a história que havia antes de seu tempo e a maneira com que ele passou a encarar esta área do saber. Partindo de tal pressuposto, ou melhor, tomando esta observação como uma pista teórica, desenvolveremos algumas questões relevantes, aqui consideradas como antecedentes da *historiografia* do século XVIII, com a intenção de apontar a novidade voltairiana, mas também os pontos de contato dessa nova

³ CHAUSSINAND-NOGARET 1994: 58.

⁴ Mesmo ao nível das ciências naturais o Dezoito é apontado como tributário do *Grand Siècle*. Como nos lembra Lucien Goldmann, “... todas estas conquistas, no campo da ciência positiva, foram conquistas do século XVII, que o Século das Luzes praticamente herdou”. (GOLDMANN 1967a: 06).

história com a tradição anterior, seja recusando, seja modificando pressupostos considerados arcaicos e equivocados. Tenciona-se demonstrar que o afastamento do autor em relação aos velhos gêneros preservados pela história do século XVII não foi tão notável quanto se apregoa, e que sua abordagem permanece fundamentalmente semelhante, ou seja, uma história de extração política, com um espaço marcante ocupado pela realeza e pela narrativa não apenas de grandes feitos militares, mas de um autêntico catálogo de virtudes e vícios, abordagem típica da história no século XVII, e que alguns historiadores caracterizaram como remanescentes bem preservados dos espelhos de príncipes da Idade Média.⁵

Sendo assim, quais seriam as diferenças fundamentais entre a história político-teológica dos autores do século XVII, especialmente Bossuet, e aquela do autor do *Ensaio sobre os costumes*? À primeira vista a comparação parece ousada, e talvez até absurda, mas cremos que só à primeira vista. Isto porque há, também, um catálogo de virtudes e vícios da realeza no século XVIII, que o velho e surrado esquema medieval, revivido no século XVII, não esmoreceu por completo, e que a obra de Voltaire mantém, à sua maneira, este velho gênero. Desse modo, merece atenção o juízo de Georges Lefebvre ao afirmar que "... Bossuet escreveu *ad usum Delphine* seu *Discurso sobre a História Universal* [...], e Voltaire não deixou de pensar, ao escrever seus livros de História, no 'déspota esclarecido', o príncipe filósofo por quem pronunciava seus anseios".⁶ E mais adiante: "Com esta obra [*Ensaio sobre os costumes*] Voltaire continua, retoma a Bossuet, e ao mesmo tempo o contradiz. Continua porque Bossuet havia chegado em sua narrativa até Carlos Magno, enquanto que, depois de uma extensa introdução, o *Ensaio* parte, precisamente, de Carlos Magno. Contradiz, porque o pensamento de Voltaire deixa completamente à margem do campo da história a ação da providência".⁷

⁵ Cf. TYVAERT 1974; BLUCHE 1986

⁶ LEFEBVRE, G. 1974: 17

⁷ LEFEBVRE, G. 1974: 133-34. Para Krzysztof Pomian, o que de certa forma revela uma tendência à indisciplina do Voltaire historiador, "O verdadeiro ponto de partida de sua

Em sentido análogo, René Pomeau adverte: “Voltaire crê na providência, como Bossuet. Mas ele não crê que o homem possa ler na sucessão dos eventos os desígnios providenciais”.⁸ Contudo, para nossa análise, os termos desta comparação são amplamente insuficientes, porque nosso objetivo é encontrar linhas de continuidade, que existem e que não são flagrantes. Achamos também que Voltaire é continuador do catolicíssimo Bossuet e que, apesar de julgá-lo positivamente, sob aspectos literários, irá desmenti-lo freqüentemente. De fato, Voltaire foi leitor atento de Bossuet, a quem admirava pelo vigor de seus escritos, entre estes, as *Oraisons Funèbres*. Nos últimos capítulos de *Le siècle de Louis XIV*,⁹ ele considerou:

Só os Franceses conseguiram sucesso nesse gênero de eloquência. O mesmo Bossuet, algum tempo depois, criou outro gênero que não podia ter êxito senão nas suas mãos. Aplicou a arte da oratória à própria história, que parece excluí-la. Seu *Discours sur l’histoire universelle*, composto para a instrução do Delfim, não teve exemplo nem imitadores. Se o sistema por ele adotado para conciliar a cronologia dos Judeus com a das outras nações encontrou refutadores entre os sábios, seu estilo não encontrou senão admiradores. Causa assombro a força majestosa com que ele desenvolve os costumes, o governo, a expansão e a queda dos grandes impérios, e os traços rápidos, de uma verdade enérgica, com que retrata e julga as nações.¹⁰

Contudo, Voltaire desmistifica Bossuet e seus contemporâneos em relação a vários temas. Como Etienne Pasquier

história é o tempo de Constantino que, para ele, como para Vasari, é o responsável pela decadência de Roma”. (1984: 126).

⁸ POMEAU, René. 1994a: 62.

⁹ Para a designação de três obras de Voltaire, recorrentemente citadas ao longo de nosso texto, utilizaremos formas abreviadas do título completo. Em alguns casos, quando não houver referência por extenso próxima às citações entre aspas, remeteremos o leitor à *Histoire de l’Empire de Russie sous Pierre le Grand* pela indicação das letras HR, em itálico, entre parênteses. A mesma convenção será aplicada a *Le Siècle de Louis XIV*, identificada pelas letras SL e a *Histoire de Charles XII*, referenciada pelas iniciais HC. Em diversas passagens tais obras serão citadas por traduções de seus títulos, em português. Mas é sempre ao texto original que remeteremos o leitor.

¹⁰ VOLTAIRE 1957

havia desbaratado a origem troiana dos franceses, na segunda metade do século XVI, apoiando-se em testemunhos históricos como os livros de César e Tácito, ele arruinará a visão de Bossuet de que a história antiga girava em torno do povo de Deus. Para Voltaire, os judeus são um marco como fundadores do monoteísmo, mas um povo bem fraco, se comparado aos gregos e aos romanos. Paul Hazard, referindo-se ao *Essai sur les mœurs*, encontra certos parentescos teórico-metodológicos entre a história produzida por Bossuet e pelo anti-Bossuet: "Falseado pela intenção prévia de se opor a Bossuet, e por isso mesmo caindo nos erros que condena – a pressa, as informações em segunda ou terceira mão, a compilação, - nem por isso deixa de ser um dos monumentos do século".¹¹

Fato curioso, ele tenciona repudiar a tradição de se escrever somente *Historia magistra vitae*. Mas, o que consegue é uma inversão de valores e uma renovação de perspectiva. Há sempre uma lição a ser extraída de sua narrativa, embora ele tencione fazer crer que a sua história é uma história que ensina, aparentemente sem ter tal intenção. No *Dicionário Filosófico*, ele se pergunta: "Qual é a história útil?". E sua resposta será: "Aquela que nos mostra nossos deveres e direitos sem ter a aparência de nos querer ensiná-los".¹² Georges Lefebvre escreveu que "Voltaire é o primeiro mestre da história racionalista e, em nossa opinião, o fundador da história verdadeiramente moderna".¹³ Jacques Le Goff declara que a história nova é herdeira legítima do Príncipe das Luzes. E os dois estão fundamentalmente corretos, porque há um programa novo na obra do Príncipe das Luzes, principalmente em partes do *Essai sur les mœurs* e do *Siècle de Louis XIV*. Mas é este mesmo *Ensaio* que nos propicia boa parte deste estudo sobre a realeza, o que significa que se G. Lefebvre e J. Le Goff estão corretos, também não estamos equivocados, basicamente porque há propósitos diferentes em sua história.

Não há dúvida, ele quis estender sua história aos homens comuns, aos temas até então sequer vislumbrados, como a his-

¹¹ HAZARD, Paul. 1989: 232. "Voltaire é um anti-Bossuet tão resolutamente quanto é um anti-Pascal". (GUSDORF 1960: 223).

¹² VOLTAIRE. 1978: 206.

¹³ LEFEBVRE, G. 1974: 131.

tória da cultura dos povos, não se dirigindo unicamente aos reis. O próprio Lefebvre lembra que, ao se preocupar com o uniforme dos soldados, com a forma como eles estavam vestidos, fato inédito nas histórias-batalhas de então, ele já opera um grande avanço. De fato, identificamos esta passagem na *História da Rússia*, que Voltaire aponta como uma inovação simples de Pedro o Grande, mas que renderia frutos consideráveis. É que o encurtamento das roupas dos soldados lhes deu maior mobilidade, fato que acabou decidindo batalhas.¹⁴

Mas, é nos reis que ele pensa como seus principais interlocutores e a sua história seria sem dúvida a “sombra negra” - Le Goff - dos *Annales*, exatamente por ser predominantemente política. Em defesa de Voltaire, seria o caso de se indagar: como teria ele podido escapar à *atração* dos grandes homens se, em nosso próprio século, gigantes entre os grandes se *enamoraram* pelos Lutero e pelos Frederico II? Georges Lefebvre é taxativo ao afirmar que Voltaire não concede qualquer lugar ao povo, à massa da humanidade:

Dessa maneira, se encontra obrigado, quase condenado, a conceder um posto preponderante aos grandes homens e, ainda que não se tome a liberdade de dizer que um grande homem possa conseguir tudo, em suas explicações apresenta as coisas como se os grandes homens tivessem sido mais relevantes ainda do que foram realmente. Assim sucede que não há nenhuma vida coletiva na história de Voltaire. O conjunto da nação, as massas majoritárias da humanidade não aparecem, e isso produziu conseqüências bastante graves, do ponto de vista religioso. Porque as religiões aparecem a ele como invenções astutas de pessoas que queriam viver às custas de seu próximo. [...] Esta é uma concepção anti-histórica.¹⁵

Além do príncipe e dos outros temas já enunciados, há pelo menos um conceito geral favorecedor desse encontro entre

¹⁴ Cf. HR VOLTAIRE 1957: 448.

¹⁵ LEFEBVRE, G. 1974: 140.

Voltaire e Bossuet. No que diz respeito à visão da história efetiva, a concepção de Monsieur de Comdon é convergente, em parte, com as idéias de Monsieur Arouet. Com efeito, na história de Bossuet há uma idéia muito bem delineada de progresso, ainda que os seus valores sejam profundamente teológico-religiosos. Como bem demonstra Robert Nisbet, "...o progresso da humanidade através do tempo tem tido um caráter essencialmente religioso e Jesus Cristo e o estabelecimento do Cristianismo mantêm, na época de Luís XIV, a mesma grandeza anterior".¹⁶ Nesse sentido, Voltaire está mais próximo de Bossuet do que se poderia imaginar. Primeiramente, os dois são profundamente cartesianos.¹⁷ Depois, porque Voltaire também acreditava que o universo era regido por uma força divinamente motivada, o que está exposto com todas as letras no *Dicionário Filosófico*, com a genial metáfora do "piparote inicial". A diferença está na forma de atuar. Para Voltaire, não há relógio sem relojoeiro. Deus intervém claramente apenas uma vez, na figura de um artífice; a máquina em movimento, andarà com os artificios de sua engrenagem. Deus é uma força transcendente, segundo a ótica da Águia de Meaux, e está fora do mundo. Para Pomeau, "O deus de Voltaire é o deus de Newton, manifestado pela harmonia das esferas, deus sensível ao espírito, não ao coração".¹⁸

¹⁶ NISBET, Robert. 1980: 153.

¹⁷ Apesar de, freqüentemente, ridicularizar Descartes, por considerar a sua física fajuta, ele fará o elogio do Descartes-matemático em sua "Defesa de Luís XIV contra o autor das *Efemérides*". (Cf. VOLTAIRE 1957: 1285). Em seu texto introdutório ao *Ensaio sobre os costumes* Pomeau considera Voltaire mais tributário da filosofia cartesiana do que ele próprio teria reconhecido, afirmando que "Do cartesianismo ele herda o desprezo, não da história, mas das idéias gastas". (POMEAU em VOLTAIRE 1990: 37). O fato é que a imagem de Descartes encontrava-se meio desgastada entre os iluministas, pelo acentuado viés metafísico de sua filosofia, principalmente na área da teoria do conhecimento. A doutrina das idéias inatas não combinava nem um pouco com a doutrina da experiência dos sentidos. Se os *philosophes* se renderam a um aspecto de sua filosofia, estas reverências foram dirigidas para o seu método, a dúvida metódica, a capacidade de formular perguntas e desvendar problemas. Como diz Robert Darnton, a propósito de um amigo de Voltaire: "D'Alembert saudou Descartes o questionador, não Descartes metafísico", o "líder de conspiradores", que preparou uma revolução. (DARNTON 1986: 266). Sobre a persistência da razão cartesiana no Dezoito, Lucien Goldmann observa que, "Na verdade, no século XVIII francês, os pensadores 'extremistas' (...), conservaram a maior parte de elementos cartesianos em sua visão de mundo". (GOLDMANN 1967a: 15).

¹⁸ POMEAU, René. 1994a: 42.

A tendência dominante, na historiografia européia do século XVII, fez da história um gênero narrativo característico, em que cada obra se constituía em peça retórica, destinada a perseguir exigências morais, no que lançava mão de recursos já consolidados desde fins da Idade Média. Acerca dessas especificidades da historiografia do século XVII, Charles-Olivier Carbonell avalia que,

Tida como inútil, a história não é ensinada a não ser ad usum delphini. É certo que a história santa e os fatos da Antigüidade greco-romana são muitas vezes evocados, mas como ilustrações no curso de Teologia, de Línguas e Literaturas antigas. É através da tradução de Salústio e Tito Lívio que se aprende a conhecer, de maneira desordenada, a história de Roma. Indiferente a períodos inteiros do passado - o da China, e o da cristandade na época medieval -, a cultura clássica, se bem que impregnada de história, é profundamente a-histórica.¹⁹

As histórias produzidas na França, ao longo do século XVII, sobretudo a partir da afirmação do absolutismo, durante os reinados de Luís XIII e Luís XIV, constituem-se em narrativas cujos temas centrais são as virtudes cristãs a serem prescritas à realeza. Nesse sentido, são autênticos catálogos de valores morais, destinados a formar e a guiar o monarca na condução e realização da ordem pública; e isto sem deixar de fixar-lhe, também, um rico receituário válido para a esfera de sua vida privada, estas duas dimensões se entrecruzando e se confundindo freqüentemente. Uma clara avaliação sobre as regras desse discurso histórico é a que faz Paul Hazard em sua *Crise da consciência européia*:

... a história é uma escola de moral, um tribunal soberano, um teatro para os bons príncipes, um cadafalso para os maus. Ensinava a conhecer os caracteres, porque é uma «anatomia espiritual das ações humanas». É, sobretudo, uma obra de arte. [...] Dramática, patética, exige uma encenação suntuosa; as batalhas, as conjurações, as revoluções, os cismas - excelente matéria,

¹⁹ O.-CARBONELL 1987: 97.

belos assuntos! Oratória, aproxima-se da poesia, que também não passa de uma forma de eloquência, uma eloquência rimada. Nobre, o seu elemento natural é o sublime. Comporta necessariamente (é sua lei) discursos, descrições, máximas, análises, paralelos... [...] Em suma, todos os historiadores deste tempo queriam ser Títos Lívios, ainda mais eloqüentes, mais floreados. E todos teriam, sem dúvida, aderido a fórmulas que um dos teorizadores do gênero, o P^e. Le Moyne, elaborava: 'A história é uma narração contínua das coisas verdadeiras, grandes e públicas, escrita com engenho, eloquência e discernimento, para instrução dos particulares e dos príncipes e para o bem da sociedade civil'.²⁰

O fato mais visível é que, a partir de exigências dessa natureza, a imagem do príncipe se define com traços muito bem pronunciados, impondo uma densa sombra sobre temas históricos abordados de maneira ligeira, esquemática e anacrônica, de acordo com os recursos disponíveis à história do *Grand Siècle*. Qualquer desvio da narrativa em direção a outros temas nessas histórias, tais como batalhas ou milagres de santos, envia sempre à retomada da figura real, de alguma maneira relacionada a estes grandes acontecimentos. É que os príncipes ocupam o proscênio da história, guiando exércitos ou velando pela salvação pública, expressão-chave do vocabulário político do *Ancien Régime*. Os *Discours sur l'Histoire Universelle* não escapam a este modelo *espelhos de príncipes*, fundados na História Sagrada. Pelo contrário, acentuam todos os traços característicos do gênero. Como nos afirma Bossuet, "As histórias não são compostas senão por ações que os ocupam, e tudo nelas parece ser feito para seu uso. Se a experiência é necessária aos príncipes para adquirir aquela prudência que leva a reinar bem, não há nada mais útil para a sua instrução que acrescentar aos exemplos dos séculos passados as experiências por eles adquiridas todos os dias".²¹

Sendo assim, não há ocorrência digna de consideração por esses historiadores que não tenha a participação do sobera-

²⁰ HAZARD, Paul. 1971: 34-35.

²¹ BOSSUET 1860: 02.

no, sempre invocado como o símbolo mais perfeito da comunidade cristã. Como diz Michel Tyvaert, “Ele é, em síntese, o centro sagrado de um universo religioso”.²² Na esfera do Estado-cerimonial e do poder-espetáculo, típicos da monarquia francesa no século XVII, a antropologia política tem reconhecido a posição privilegiada da figura do príncipe, marcada pela ocupação simbólica do espaço político. Como recorda Georges Balandier, as entradas reais nas cidades vinculavam a evocação mitológica a uma exaltação da monarquia e de sua missão; o príncipe era reconhecido “... na dupla figura de um imperador romano e de um defensor da cristandade, do descendente dos Troianos e de rei da nação reconhecida como filha mais velha da Igreja. De fato, forma-se um repertório comum a toda a Europa ocidental. A transformação dos temas, dos símbolos e da linguagem artística, é acompanhada de uma focalização do poder. Tudo se mostra e se diz que tenha relação a ele”.²³

Estas histórias-catecismo do século XVII, escritas para detentores efetivos de coroas, e para aqueles que lhes sucederão, assentam-se num conjunto de valores morais comuns para todos, segundo o espírito do catolicismo da Contra-Reforma, que não mais coincide com as virtudes e os vícios dos séculos precedentes. Há uma passagem célebre dos *Discours* em que Bossuet, ao mesmo tempo que justifica a Revogação do Edito de Nantes, fixa a imagem do Grande Rei, em que se nota a aparência ambivalente de Luís XIV, a tensão existente entre a sua natureza humana e divina:

Consideréis o tempo em que viveis e de qual pai Deus vos fez nascer. Um Rei tão grande se distingue mais pela fé que por suas outras admiráveis qualidades. Ele protege a religião dentro e fora do reino e até às extremidades do mundo. Suas leis são uma das mais fortes muralhas da Igreja. Sua autoridade, reverenciada tanto pelo mérito de sua pessoa quanto pela majestade de seu cetro, se sustenta melhor quando ela defende a causa de Deus. Não mais se escuta blasfêmia; a

²² TYVAERT, Michel. 1974: 522.

²³ BALANDIER, G. 1982: 19.

impiedade treme diante dele. [...] Se ele ataca a Heresia por tantos meios, e mais ainda que seus predecessores, não é porque ele teme por seu trono: tudo está tranqüilo a seu redor, e suas armas são temidas por toda a terra; mas, é porque ele ama seus povos, e que, vendo-se elevado pela mão de Deus a uma autoridade que nada pode igualar no universo, não conhece dela melhor uso que o de fazer curar as chagas da Igreja.²⁴

Mas se os valores cristãos - positivos ou negativos - são comuns e reconhecidos como cânone pela comunidade dos historiadores, o terreno sempre esteve livre às mais diversas interpretações, acerca de qual era o príncipe perfeito, o modelo a ser seguido, o paradigma de uma linhagem privilegiada de seres híbridos - misto de humano e de divino -, e que se encontravam bem acima da escala miúda da humanidade. Isto para dizer que no cômputo das virtudes e dos vícios desses infundáveis panegíricos compulsórios, nem sempre houve unanimidade entre os profissionais da história, sendo que um Hugo Capeto, um Filipe o Belo - entre os reis da Idade Média -, e um Francisco I, um Henrique IV e um Luís XIII - entre os príncipes modernos -, podem ser fixados em quadros que realcem ora heroísmo ou vilania, ora contrição ou crueldade, em retratos os mais diversificados. Isto sem esquecer que, mesmo entre os modelos supremos de soberanos, como Carlos Magno, Filipe Augusto e São Luís, nunca houve uma hierarquia fixa, porque estes catálogos de virtudes são cambiantes, variam de acordo com o espírito da época e segundo o *ranking* dos valores morais cultivados neste ou naquele século, nesse ou naquele contexto.

Na Renascença, tempo de guerras e de busca de glórias militares, Filipe Augusto - o herói de Bouvines - é o predileto entre todos os príncipes. No Século dos Santos, sob o impacto da Reforma Católica, Luís IX será o modelo do príncipe perfeito. Acerca da história e das representações da realeza, desenvolvidas pelos historiadores do século XVII, a análise de Michel Tyvaert é bastante esclarecedora: "No interior de um tal sistema, o tempo é essencialmente cíclico e repetitivo: os soberanos sucessi-

²⁴ BOSSUET 1860: 333.

vos devem assegurar a perenidade da função real respeitando as mesmas regras fundamentais, provando as mesmas qualidades. A história será, pois, por vocação, a guardiã dessa ordem vital, e as menores rupturas serão sancionadas diante de seu tribunal".²⁵

De fato, esse Moisés tardio, querendo guiar o povo de Deus pela tutela do rei,²⁶ foi um grande historiador, se considerados os padrões do ofício, conforme estavam fixados e reconhecidos na segunda metade do século XVII. Seus textos apresentam muita erudição, fundada nas Sagradas Escrituras, além de apurado estilo literário, uma retórica arrebatadora, inúmeros exemplos edificantes de reis e profetas e, sobretudo, muita ação divina no mundo natural e no universo moral. Estes são os elementos constitutivos de suas obras históricas e de pensamento político, que Bossuet maneja com rigor, com admirável talento, mas para servirem a uma causa última: a exaltação da nação e da monarquia, ambas personificadas pela realeza cristocêntrica. Como lembra François Bluche, "... ele se tornou teórico da *monarchie absolue* para mostrar a seu aluno a grandeza de uma herança".²⁷

Grifamos a expressão acima para destacar uma nuance que pode dar margem a, pelo menos, um equívoco, classificado como um daqueles pecados mortais. Talvez caiba a esse propósito uma breve digressão. O problema está no emprego dos termos "absolutismo" e "monarquia absoluta".²⁸ O primeiro concei-

²⁵ TYVAERT, Michel. 1974: 522.

²⁶ De acordo com o historiador norte-americano Joseph Strayer, os franceses se auto-representavam, desde a Idade Média, como o povo eleito como continuadores da saga dos israelitas. A França era uma terra santa, reino da justiça, da piedade e do saber. (Cf. STRAYER 1970). Na época de Bossuet esta crença ainda sobrevive, o que pode ser observado pela leitura de seus *Discours* e de sua *Politique*.

²⁷ BLUCHE, François. 1986: 176.

²⁸ "Esta não significa um regime autocrático, mas um sistema centralizador e unificador, no qual a autoridade monárquica tende a dominar todos os grupos, todos os corpos contestatórios aspirando um papel político...". (MEYER 1989: 08). No que tange à esfera mais específica do pensamento político voltairiano recorda Jacques Godechot que "O regime preconizado por Voltaire é um regime absoluto, mas do qual seriam banidos a injustiça e o arbítrio – objetos de sua luta -, e no qual o soberano seguiria os conselhos dos filósofos, tais como ele". (GODECHOT 1958: 309).

to é obra da historiografia liberal do século XIX e agrega, portanto, uma conotação claramente pejorativa. Já “monarquia absoluta” pertence ao vocabulário político do *Ancien Régime*, sendo largamente utilizada por autores e monarcas dos séculos XVII e XVIII. Como o termo “absolutismo”, que define uma ampla realidade política comum a quase toda a Europa Ocidental na Época Moderna, “Antigo Regime” também pode levar a complicações se atentarmos para seu real significado. Isto para recordar que os dois conceitos não foram contemporâneos aos objetos ou realidades históricas que tencionam exprimir e, ao que parece, Mirabeau foi o primeiro a falar num *Ancien Régime*, para retratar o arcaísmo predominante na sociedade francesa anterior à Revolução. Nesse sentido, ambas as expressões são, a rigor, etiquetas póstumas.²⁹ É bom referir que, pela perspectiva de Bossuet e seus contemporâneos, a sua época e o seu sistema político parecem ser expressões do melhor dos mundos já criados por Deus na história. A realeza sagrada e a sociedade hierárquica, antes de representarem a injustiça e o atraso, são elementos constituintes de uma ordem política perfeita.

Contudo, se avaliarmos os *Discours sur l'Histoire Universelle* e a *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte*, segundo os valores aceitos pela posteridade, estes elementos transformam-se em motivos pelos quais Bossuet não pode ser considerado historiador. Robert Nisbet lembra que “... sua história mundial não planteia nenhum problema: é muito franco ao explicitar que o tipo de história universal que formulou em seu *Discours* não faz nenhum sentido sem a compreensão e a pre-

²⁹ Cf. BONNEY 1989. Com efeito, Pierangelo Schiera demonstra que “Surgido talvez no século XVIII, mas difundido na primeira metade do século XIX, para indicar nos círculos liberais os aspectos negativos do poder monárquico ilimitado e pleno, o termo-conceito Absolutismo espalhou-se desde esse tempo em todas as linguagens técnicas européias para indicar, sob a aparência de um fenômeno único ou pelo menos unitário, espécies de fatos ou categorias diversas da experiência política, ora (e em medida predominante) com explícita ou implícita condenação dos métodos de governo autoritário em defesa dos princípios liberais, ora, e bem ao contrário (com resultados qualitativa e até quantitativamente eficazes), com ares de demonstração da inelutabilidade e da conveniência, senão da necessidade do sistema monocrático e centralizado para o bom funcionamento de uma unidade política moderna”. (SCHIERA em BOBBIO et alii 1997: 01). Cf. na mesma obra o texto de Ettore Roteli sobre o *Ancien Régime*, pp. 29-32.

sença de Deus".³⁰ Enfocado em seu mundo, ele não foi apenas o preceptor do Delfim, o filho de Luís XIV, mas o mestre para a sua geração e para várias outras que se seguiram no século XVIII, e que não haviam sido tocadas pelo movimento intelectual das Luzes, ou que reagiram contra ele. Em seus *Discours*, o autor define a sua visão de história e as estratégias para fixá-la em linguagem compreensível para o príncipe:

Esta maneira de história universal é, em relação às histórias de cada país e de cada povo, o que é um mapa geral comparado a mapas particulares. Nos mapas particulares, vós vereis todo detalhe de um reino, ou de uma província; nos mapas universais, vós aprendereis a situar estas partes do mundo em seu todo; vós vereis o que Paris ou a Îlle de France é no reino, o que o reino é na Europa, e o que a Europa é no universo. Desse modo, as histórias particulares representam a consequência das coisas acontecidas a um povo de forma detalhada; mas a fim de tudo entender, é preciso saber a relação que cada história pode ter com as outras, o que se faz por um resumo, onde se vê, de um relance, toda a ordem dos tempos. Um tal resumo, Monseigneur, vos propõe um grande espetáculo. Vós vereis todos os séculos precedentes se desenvolverem, por assim dizer, em poucas horas diante de vós; vós vereis como os impérios se sucedem uns aos outros, e como a religião, nos diferentes Estados, se sustentam igualmente desde o começo do mundo até nosso tempo. É o resultado destas duas coisas, quero dizer, da religião e dos impérios, que vós deveis imprimir em vossa memória; e, como a religião e o governo político são os dois pontos sobre os quais desenvolvem as coisas humanas, ... e descobrir por este meio toda a ordem e toda a sucessão, compreendendo em seu pensamento tudo que há de grande entre os homens, tendo, por assim dizer, o sentido de todas as coisas do universo.³¹

É preciso dizer que a chegada de Bossuet à história não se deu meramente por uma paixão espontânea pelos estudos

³⁰ NISBET, Robert. 1980: 151.

³¹ BOSSUET 1860: 03-04.

sobre o passado glorioso da monarquia francesa. Os intérpretes de Bossuet, entre os quais Jacques Truchet e Jacques Le Brun (1966 e 1967, respectivamente) avaliam que, sendo homem de índole pragmática, um combatente, em sentido figurado, sua relação com a história foi essencialmente instrumental. Usava este conhecimento à maneira de um sabre, para brandi-lo contra os reis fracos e impenitentes, contra os hereges, contra os libertinos, enfim, contra todo aquele que se desviasse da ortodoxia católica, segundo as tendências fixadas pela corrente galicana. Sua pena é, sem sombra de dúvida, o equivalente a uma espada, para usar uma expressão dos nossos dias. E, nesse sentido, se assemelha a Voltaire, nas suas obras filosóficas. Um Voltaire com paramentos litúrgicos, diga-se. Um Voltaire ao avesso, um intelectual que constrói sua argumentação a partir de uma fé inabalável em tudo aquilo que o Príncipe das Luzes dedicará sua existência a denunciar e a combater.

Entretanto, é preciso reafirmar ainda uma vez: o que nos ocupa nesses dois autores não é a problemática filosófica de suas obras, mas os textos escritos no espírito de historiador, com a intenção precípua de demonstrar o que Voltaire representa tanto para a historiografia do seu tempo quanto para o pensamento histórico que veio depois dele. Nessa perspectiva, Bossuet é tomado como o paradigma de um século, o ponto culminante que nos permite entrever as principais regras do conhecimento histórico fixadas no *Ancien Régime*. Apesar de pertencer aos círculos eclesiásticos e fazer história ao gênero *Magistra vitae*, Bossuet não incorre inocentemente nas convicções da maior parte dos historiadores de seu tempo e das gerações anteriores ao século XVII. De fato, seu apelo às lendas e aos fatos inverossímeis não constitui atitude ingênua, apesar de nelas ter crido. Tanto isso é verdade que ajudou a amplificar a célebre façanha de Luís XIV na Travessia do Reno, uma das mais famosas cenas militares da história do *Ancien Régime*, juntamente com a Rendição de Breda, protagonizada por Felipe II da Espanha. E as cabeças esclarecidas de seu tempo sabiam que esse 'exploit' luiscatorziano não passava de uma 'exagération', como dirá mais tarde Voltaire, no *Século de Luís XIV*, o que lhe valeu

sentenças como “o Grande Inquisidor das idéias obscuras” (HAZARD), ao mesmo tempo que um “chaos d'idées claires”. (FAGUET).

Mas quais são os elementos da “arquitetura” do Bispo de Meaux? Quais são seus recursos técnicos, quais são suas fontes, qual sua concepção da história e do tempo, enfim, quais são suas matérias-primas e que tipo de emprego fez delas? É certo que o *Grand Siècle* conheceu vários estilos históricos, que vão da história lendária e prodigiosa à história erudita; contudo, as regras de um discurso histórico moderno, como passam a ser reconhecidas na segunda metade do século XVII, eram: afirmar apenas o que os documentos dizem; ter olhar crítico para discernir se o que a documentação afirma é verdadeiro ou falso e, sobretudo, reunir e confrontar documentos confiáveis. Estão aí os embriões da moderna crítica histórica, fruto do trabalho paciente dos eruditos do século XVII, que pouco a pouco chegam ao alcance teórico-metodológico dos historiadores. O problema é saber se Bossuet é fiel a essas novas exigências. Em sentido complementar, a presença de pressupostos teológico-religiosos em sua obra a desqualificam enquanto interpretação da história?

Em primeiro lugar, é preciso dizer que sua filosofia da história não é melhor nem pior do que qualquer outra. Isto significa que sua crença na realização inexorável da paz de Deus sobre a terra, pela ação dos reis cristãos, tem o mesmo *status* que a crença de boa parte dos *philosophes*, que acreditavam no progresso sem peias como libertação da humanidade. Em síntese, as duas perspectivas correspondem a uma certa “*ordre du temps*”, e as duas se revelaram igualmente falsas, pelo menos até o momento.³² Dessa maneira, o enfoque místico da história

³² De acordo com Krzysztof Pomian, a história voltairiana é uma história de progressos nas mais diversas áreas, limitados no tempo e no espaço – a partir do século XVI na Europa. Portanto, ela não é uma história do progresso, em sentido global. (Cf. POMIAN 1984: 128). O próprio Voltaire não estava muito convicto acerca da possibilidade de um progresso inexorável, e não pode ser caracterizado como mais um dos ficcionistas proféticos das Luzes. De fato, não há muitos indícios de que tenha sido um adepto radical da profecia maior do Iluminismo. Mas, com certeza, ele é um adepto moderado, uma espécie de meio dourado, situando-se em algum lugar entre Rousseau e Condorcet. A idéia de prosperidade relativa alcançada pelo trabalho, conforme definida na última cena do *Cândido* parece caracterizar melhor a sua visão sobre o caminho a ser trilhado

de Bossuet se integra plenamente nas convenções elaboradas e reconhecidas por sua época, transferindo-lhe este autor arrojo e sofisticação muito peculiares, o que coloca sua obra bem acima dos textos contemporâneos de semelhante natureza.

Bossuet foi o fruto mais vigoroso do catolicismo francês, em meio aos vendavais da chamada crise da consciência europeia. Viveu numa época de ímpeto religioso e ímpeto de poder, num "... século XVII [que] era cheio de Deus". Conforme salienta Robert Nisbet, "Com exceção de Thomas Hobbes e de alguns outros, é impossível encontrar nomes verdadeiramente significativos nas ciências e nas artes, ou na filosofia e na teologia que não tivessem sido profundamente religiosos. Aqui, deve-se incluir, como veremos, até mesmo Isaac Newton, o maior cientista da época. Sua devoção religiosa não era uma atitude aberrante devida à senilidade, pois, da infância até a morte, foi a influência dominante em sua vida".³³

Mas, no plano menos teórico das grandes interpretações sobre os fins últimos dos povos, ou seja, no domínio da pesquisa empírica, Bossuet se revela um pesquisador criterioso. Em primeiro lugar, leu com atenção os clássicos antigos e modernos. Os especialistas encontraram em seus fichários registros de notas de Maquiavel e Hobbes, monstros satânicos da incredulidade, autores de duas obras diabólicas, *O Príncipe* e *O Leviatã*. Além disso, Bossuet conhecia muito bem os historiadores franceses. Nos *Discours sur l'Histoire Universelle* e na *Politique tirée des propres paroles de l'Écriture Sainte* não cita nenhum autor contemporâneo, costume de época, mas aqui e ali deixa entrever a quem escolhe para dialogar a propósito de temas os mais variados. Seu diálogo com Maquiavel, por exemplo, se expressa

pelos povos. Como diz Georges Rudé, "Voltaire, em particular, sofreu um abalo na sua crença no progresso com o catastrófico terremoto de Lisboa de 1755". (1988: 231). Para John Bury, "O otimismo de Voltaire estava sempre temperado com um certo cinismo. Mas a idéia de progresso está presente, ainda que de maneira moderada". (BURY 1971: 139). Segundo Friedrich Meinecke, "Seu ideal 'ilustrado' era demasiado egoísta e estava demasiadamente unido aos interesses da alta sociedade francesa e europeia para poder despertar aquela impetuosa força universal que produziu mais tarde a fé no progresso vitorioso da humanidade". (MEINECKE 1982: 91).

³³ NISBET, Robert. 1980: 135.

na defesa enfática que faz do caráter dinástico e hereditário da realeza.³⁴

Suas fontes, constituídas não puramente pelos textos sagrados - ainda que estes sejam as principais - são alargadas por outros documentos. Desfrutando de posição privilegiada na corte de Luís XIV, teve acesso fácil a documentos, incluindo o acervo dos arquivos reais. Como homem da Igreja e intelectual reconhecido, a posição de Bossuet não é tranqüila. Não se pode esquecer que ele viveu aquele momento crucial da história da Europa, qualificada por Paul Hazard como uma espécie de devastação da crítica profana e erudita às várias retrancas da ortodoxia, crítica que faz do Iluminismo um conjunto de meras retomadas de questões já muito desenvolvidas pelos Pierre Bayle, os Richard Simon, os Spinoza, os Fontenelle.³⁵ Desse modo, ao apontar as inúmeras heranças do século XVIII em relação às tradições intelectuais anteriores Ernst Cassirer avalia que "... a Época das Luzes permaneceu, no tocante ao conteúdo de seu pensamento, muito dependente dos séculos precedentes. Apropriou-se da herança desses séculos e ordenou, examinou, sistematizou, desenvolveu e esclareceu muito mais do que, na verdade, contribuiu com idéias originais e sua demonstração".³⁶

Bossuet não viveu sua época como espectador. Entre os defensores da retaguarda da cultura européia, ele era a primeira vanguarda, a tropa de choque, a baioneta adaptada à ponta do fuzil. No tempo dos libertinos, numa época de dessacralização da política, ele combateu pelo direito divino dos reis, com convicção inabalável. Além da realeza francesa, defendia uma época inteira: a ordem hierárquica do *Ancien Régime*, a sociedade aristocrática do absolutismo. Mas, seu providencialismo histórico vinha se esboroando desde o humanismo do século XVI. Tratava-se, certamente, não de uma tendência conjuntural, mas de um movimento milenar. Estava parcialmente acabado um processo

³⁴ Acerca desse aspecto cf. (LOPES 1997), especialmente capítulo 3.

³⁵ Uma análise sintética, porém bastante esclarecedora acerca do potencial destrutivo da obra desses autores, foi realizada por Georges Gusdorf. (1960: 200 ss.)

³⁶ CASSIRER, Ernst. 1994: 10.

de demolição que durara muitos séculos, conforme demonstra Ernst Cassirer. O fato é que o direito divino dos reis não era mais visto como algo sobrenatural, e sim como uma invenção relativamente recente de escritores políticos católicos dos séculos XVI e XVII.³⁷

Mas há uma melhor parte na obra histórica de Bossuet, aquela em que ele pousa de seus vôos místico-religiosos para se transformar em intérprete de textos, em analista de documentos. Seus pequenos e grandes anacronismos tornam-se *peccados mortais* até compreensíveis, quando encarados como obra de uma historiografia ainda apoiada em poucos recursos: “Assim é que os maiores espíritos do século XVII são completamente desprovidos do sentido histórico”.³⁸ O grande Montesquieu, o grande Voltaire, por exemplo, também não foram iludidos pelas armadilhas da alteridade? Não é para os historiadores-filósofos das Luzes que Georges Gusdorf anota tratar-se sua história de uma “profissão de fé pré-fabricada” e em relação a qual Paul Hazard aponta o hábito esterilizante, a *secura demasiada* “... que consistia em projetar o presente sobre o passado e condenar os homens de outrora por haverem cometido o erro de serem do seu tempo”?³⁹

Sendo assim, é até mais compreensível que, para Bossuet, os libertinos de sua época sejam os mesmos fariseus da antiga Palestina. Para ele, o judaísmo é o cristianismo que espera por sua época. Discorre sobre Augusto, Moisés, Ciro e Davi, como se estivesse escrevendo a oração fúnebre do príncipe de Condé. Bossuet fala de um mundo conhecido pela erudição histórica consolidada há séculos. Analisando esta história como historiador-crente, comete os mesmos equívocos que seus contemporâneos, por acreditar piamente em todos os prodígios narrados na epopéia do povo de Deus. Em Bossuet parece não haver diferenças culturais significativas entre povos separados no espaço por enormes distâncias e no tempo por dezenas de

³⁷ Cf. CASSIRER, Ernst. 1961.

³⁸ GUSDORF 1960: 195.

³⁹ GUSDORF 1960; 227; HAZARD 1989: 229.

séculos.⁴⁰ Isto é compreensível. Bossuet é ao mesmo tempo o autor e o protagonista de uma história imóvel, porque a mudança é sempre fator da discórdia, do engano e do erro. Apenas o que permanece como era desde o princípio pode trazer os sinais da verdade. A Igreja e a monarquia são os pilares dessa história, uma história divinamente motivada.

Além do mais, sua periodização é duvidosa, estabelecida para servir à explicação do desenvolvimento do povo de Deus. E quanto às fontes? Já afirmamos que ele é conhecedor das obras de seu tempo e que valoriza o diálogo com a tradição. Retira dessa tradição o que acredita ser o melhor, ou seja, extrai-lhe algumas preocupações como os costumes das nações, suas leis e instituições. Mas, predomina o moralismo cristão, mesclado com o enfoque da *Magistra vitae* romana, as grandes lições da história a povos orgulhosos e a reis imprudentes. Em relação aos autores antigos, Bossuet lhes devota confiança excessiva, caindo nos seus erros. Confia em Heródoto e Tácito de olhos vendados, apesar de rejeitar o que lhe parece espetacular ou inverossímil, quando os juízos não são pertinentes à visão cristã da história.

O autor dos *Discours* não se preocupa com a inserção dos fenômenos históricos que estuda, na forma como eles se enraízam nas sociedades antigas. Nesse sentido, os avanços da crítica dos textos sagrados, que uns poucos homens de seu tempo ajudaram a afirmar e a difundir, constitui-se na obra perniciosa de alguns espíritos inquietos. A um homem da Igreja, ou melhor, ao primeiro eclesiástico da França, sobre quem recai a responsabilidade de liderar os combates teóricos em nome da salvação pública, era difícil, senão impossível, ver os progressos da crítica filológica como um efeito visível e louvável de uma tendência já desenvolvida nas sociedades européias desde fins da Idade Média, passando pelo Renascimento e pelo século XVII.

⁴⁰ "A história moderna, que tanto encanta Voltaire, deixa Bossuet embaraçado. A teologia da história não se cumpriu toda de uma vez no fim da história". (CHAUNU 1985: 266 Vol. 01). E Georges Gusdorf já havia notado: "Na medida em que ela continua [a história efetiva da cristandade], registrando as vicissitudes, os insucessos da Igreja, ela carregava o testemunho contra a própria tese que Bossuet se esforça em sustentar". (GUSDORF 1960: 209).

É conhecido seu trabalho de perseguição a Richard Simon, o oratoriano que ousou tratar os textos sagrados como pura gramática, e que foi expulso de sua ordem. Paul Hazard nos conta a triste e cômica história de um desses padres filólogos, contemporâneos de Simon, rodando uma barrica pelo mato, em plena calada da noite, cheia de estudos críticos das Escrituras Santas, para escapar da sanha de seus perseguidores em seu próprio meio.⁴¹ Isto era insuportável para Bossuet. Ele não compreendeu que as novas tendências culturais vividas em seu tempo eram a obra de séculos de história. Ao abordar temas históricos, vê apenas a influência de grandes homens guiados pela Providência. Ao analisar a Reforma, caracteriza-a como a obra diabólica de algumas almas heréticas destinadas a arder na eternidade. A Reforma é analisada por ele como um mero conflito de idéias religiosas. Lutero, Calvino e seus epígonos são as únicas e verdadeiras expressões de um fenômeno tratado apenas em sua superfície doutrinária.

A um defensor da ortodoxia seria possível, ou conveniente, reconhecer que tal fenômeno retirou sua força de uma longa tradição de abusos e desregramentos, descendo desse modo ao leito profundo de aspirações sociais em diversas regiões da Europa? Desse modo, quando se procura história autêntica nas obras de Bossuet, o que se encontra são apenas indícios. Ele se detém em alguns domínios específicos, como a reflexão teológico-religiosa, a análise e julgamento dos grandes indivíduos destinados a conduzir os homens, o sentido exemplar das intervenções prodigiosas de Deus no mundo natural e no mundo moral. Bossuet escreve para amedrontar potenciais agentes de instabilidade no reino e é, acima de qualquer outra coisa, historiador-apóstolo, defensor de um poder político sacralizado, paladino de uma Igreja, ambos pilares de uma vontade superior.

Em sua visão de história, os séculos se encadeiam seguindo um sentido pré-determinado. Não há espaço para o acaso e o que ocorre com a aparência de fortuito não é mais que a vontade de Deus se manifestando. Contudo, há uma nuance importante que cumpre destacar, sob pena de trair seu pensa-

⁴¹ Q. v. HAZARD 1971.

mento. Não há dúvida de que Deus é seu principal personagem, mas não atua sozinho. Isto deve significar que não há uma tirania da Providência se interpondo no caminho da humanidade. Causas humanas e naturais também fazem a história sagrada. Este paradoxo foi apontado por G. Lefebvre, quando considera que, sob este aspecto, Bossuet se aproxima e até se iguala "... àqueles a quem condena... Bossuet explica a história segundo o ponto de vista racionalista do humanismo e do cartesianismo". E mais adiante: "Bossuet afirma, com efeito, a liberdade e a responsabilidade do homem; Lutero, pelo contrário, ensina a predestinação".⁴²

Como também adverte Jacques Le Goff em "Progresso/Reação", "... a última grande obra dominada pela idéia de providência, o *Discours sur l'histoire universelle* de Bossuet, não põe a existência de constantes na evolução das sociedade em conflito com a providência todo-poderosa e livre, mas não arbitrária".⁴³ Sua periodização da História Antiga é equivocada, confusa, irreal, mas revela as preocupações de um pedagogo político realmente interessado em tornar a história uma matéria compreensível ao príncipe que tenciona instruir e formar. É-lhe impossível identificar com clareza os eventos anteriores ao nascimento de Cristo. A cronologia, até então desenvolvida, contava o tempo a partir da idéia da criação do mundo. Como recorda Hannah Arendt, "Em violento contraste, coloca-se o moderno cômputo de datas históricas, somente introduzidos no final do século XVIII, e que toma o nascimento de Cristo como um ponto de inflexão a partir do qual o tempo é contado tanto para frente como para trás".⁴⁴ Segundo Reinhart Koselleck, "Duas categorias temporais [...] tinham assegurado, até o século XVIII, a sucessão dos acontecimentos históricos e seu cálculo: o movimento das estrelas e a sucessão dos soberanos e das dinastias".⁴⁵ É quando uma cronologia rigorosa entra em cena.

Ao propor a divisão dessa história em doze grandes épo-

⁴² LEFEBVRE, G. 1974: 100-101; 151.

⁴³ LE GOFF, Jacques. 1984: 346.

⁴⁴ ARENDT, Hannah. 1972: 100.

⁴⁵ KOSELLECK, Reinhart. 1990: 48.

cas, de Adão, passando por Salomão, Jesus e Carlos Magno, o autor revela o que é importante considerar como objetos de estudo. A história do povo de Deus e a história da França, em primeiro plano, ainda que Grécia e Roma figurem como temas muito relevantes. Detalhe importante: a história antiga termina com o império de Carlos Magno. Daí em diante abre-se uma nova idade: a era da realeza francesa. Mas, quando é preciso falar da história após a Idade Média, após o império carolíngio, sua obra perde o fôlego. Não que o tema lhe interessasse menos. A questão é que o conhecimento sobre a história desses séculos era muito precário em seu tempo, a documentação, até então reconhecida como válida, ainda estava desorganizada, dispersa e escassa. Mas que importância tinha isso se o objeto central de sua história é demonstrar a verdade da religião cristã, prová-la aos incrédulos de seu tempo?

Em sua perspectiva, a história universal se realiza no encontro da nação judaica com a cristã. Há sucessão, e nenhuma interrupção. O cristianismo estava enunciado, a história de Cristo e de seu triunfo já estava sendo escrita muito antes dele. Em suma, a história é unidade. Sua metodologia nos *Discours sur l'Histoire Universelle* leva-o a reunir os acontecimentos em perspectiva sincrônica, o que forma a matéria da primeira unidade da obra. Na segunda parte do livro, comenta-os de forma a desenvolver e a explicitar sua filosofia da história como a realização do legítimo império e da verdadeira religião. Na terceira parte trata da ação dos grandes homens na história, que em verdade, é a ação de Deus, sempre pronto a interferir, sempre atento para fazer a história retomar o curso por Ele previsto, seja inspirando os bons príncipes, seja castigando os maus reis. Como propôs o grande crítico literário francês do século XIX, Charles Sainte-Beuve, os *Discursos sobre a História Universal* poderiam ser muito bem intitulados como “Discursos sobre histórias sobrenaturais”, tamanha a freqüência de episódios nos quais interferem fenômenos transcendentais.⁴⁶

Intelectual vivendo e encarnando o espírito da Contra-Reforma, Bossuet é bem a expressão do que Pierre Chaunu

⁴⁶ Cf. SAINTE-BEAUVE 1928.

denomina - para qualificar a historiografia do século XVII -, por "parêntese cartesiano". Isto para recordar que "Descartes sente o mais profundo desprezo pela história".⁴⁷ Como diz Robert Nisbet, "Este era o raciocínio subjacente à posição de Descartes sobre todo o conhecimento para o qual fosse necessário a pesquisa empírica e documental. Descartes afirma, de forma irônica, que os historiadores são pessoas que passam suas vidas aprendendo fatos sobre a vida romana que qualquer escrava analfabeta do tempo de Cícero conhecia perfeitamente".⁴⁸

Isto significa que, nos movimentos ascendentes do pensamento histórico nos três séculos da Época Moderna - que têm como principal marco as propostas de história crítica dos humanistas italianos e franceses -, houve pontos importantes de desconexão. Segundo George Huppert, no século XVII, a revolução cartesiana, juntamente com a presença sufocadora do Estado moderno absolutista, que só aceitava o discurso histórico que lhe cantasse louvores, empreenderam uma poderosa obra de demolição do conhecimento histórico, fazendo estancar os progressos da "história perfeita" dos historiadores-humanistas. Dessa maneira, o século XVII representa o que Roger Chartier chama de uma "aliança desfeita" entre uma história enriquecida por novos temas, aliada a uma nova e rigorosa crítica documen-

⁴⁷ (LEFEBVRE, G. 1974: 97.

⁴⁸ NISBET, Robert. 1980: 127-128. "Descartes rompeu completamente com a curiosidade renascente; seu desprezo pelo saber histórico que existia em seu tempo procede, na realidade, de uma opção ontológica inspirada pelo mecanicismo, do qual o esforço objetiva constituir uma inteligibilidade de tipo espacial antes que temporal. (...) Se o programa pedagógico de Descartes exclui a história, é porque esta significa, no sentido mais forte da expressão, uma perda de tempo". (GUSDORF 1960: 192-193). Um texto que *afronta* de forma ousada e convincente as concepções mais generalizadas acerca do conhecimento histórico em Descartes à luz da historiografia contemporânea, e que aponta para um certo grau de incompreensão do valor e da influência efetiva do cartesianismo para o avanço da história, em sua dimensão *res gestae*, é o artigo de Elias Saliba, para quem "A própria concepção de tempo contida em Descartes, aparentemente negadora da historicidade, aparece como flagrantemente contrária à noção de um tempo linear, irreversível e progressista; o tempo cartesiano é o tempo da consciência subjetiva, tempo produzido pela subjetividade contra o tempo dos relógios, dos calendários, dos almanaques e dos livros de horas". (SALIBA 1988: 1084). Desse modo, tais reflexões parecem sinalizar para o fato de que a noção de temporalidade em Descartes não joga contra a historiografia contemporânea, mas, precisamente a favor, quando o interesse recai, hoje, sobre os diversos *tempos* da história.

tal.⁴⁹

A historiografia francesa do século XVII, cuja maior expressão foi Bossuet, representa a vitória da história sagrada, marcando um ponto de inflexão bem pronunciado no desenvolvimento da historiografia do *Ancien Régime*. Para ser mais enfático, ela representa uma época de decadência, ao divorciar-se das conquistas dos eruditos do século anterior. O padrão literário dessas obras passa pelos subterfúgios de uma história que deseja impressionar a imaginação, com passagens em que os autores se esforçam por mostrar grande eloquência em narrativas de temas grandiosos extraídos da Bíblia ou da história-pátria. Em Bossuet, as façanhas de Moisés, de Davi, de Luís XIV entre outros personagens ilustres, são matéria-prima indispensável para sua narrativa.

Se a história é sempre filha de seu tempo, para recordar uma frase famosa, esta parada ou retrocesso da história-disciplina tem explicações históricas. No caso da França, o fenômeno foi influenciado por crises que atravessaram todo o século XVII, como o assassinato de um rei, as minoridades de dois monarcas - Luís XIII e Luís XIV -, que implicaram em contestações baronais, como a liderada por Gaston d'Orléans e, mais tarde, o movimento da Fronda, no último grande combate das periferias contra o centro do poder, além de uma série de *soulévéments* camponeses e guerras européias.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a regressão metodológica no domínio da história-conhecimento, no século de Descartes, esteve sob o impacto de acontecimentos turbulentos, desestabilizadores da ordem política, e os autores de livros de história naquele período tenderão a fazer o elogio do Estado monárquico, personificado pelo príncipe cristão, único agente capaz de retomar o caminho da salvação pública do reino. Um século entrecortado por inúmeras dificuldades, uma *orgia de guerras*, para usar uma expressão do jurista contemporâneo Hugus Grotius, pode ser um balanço parcial, ainda que verdadeiro, do que foi o *Grand Siècle*. A história efetiva da Europa e da França no século XVII levou a história a se engajar no esforço

⁴⁹ Cf. CHAUNU 1976; HUPPERT 1973; CHARTIER, In: ARIÈS 1989.

coletivo de construção do Estado, o tema mais privilegiado nos livros de história da época.

Não é nossa intenção discutir filigranas dessa historiografia, descrevendo suas tendências e os diversos tipos de historiadores. Detivemo-nos nessas referências mais gerais à historiografia do século XVII, com o objetivo de apontar alguns de seus elementos centrais, a sua natureza predominante, para poder destacar em quais obras esteve engajada a história no Século das Luzes e qual o lugar de Voltaire nessas aventuras do pensamento histórico. Como afirmava Harold Laski, em sua *Lecture* inaugural na cátedra de história das idéias políticas, no ano de 1926, não "... podemos deixar de lado os historiadores. O que eles fazem sempre nos dá indicação do que sua época está pretendendo, ainda que indiretamente. A diferença na maneira como a história era escrita no século XVIII e como é escrita em nossa época não é uma mera diferença de instrumentos e técnica: é também uma diferença de ponto de vista social".⁵⁰

⁵⁰ LASKI, H.J. 1980: 14.

A cumplicidade de um governo brasileiro com a ditadura salazarista

Entrevista com o professor Fernando Rosas¹

Waldir José Rampinelli²: É um prazer conversar com o senhor, que além de professor universitário, é um respeitado pesquisador do *Estado Novo* português. Como o senhor explica as boas relações mantidas pela ditadura salazarista com algumas democracias burguesas, entre elas o governo brasileiro de Juscelino Kubitschek?

Fernando Rosas: Logo após a Segunda Guerra Mundial, quando o problema da subsistência das ditaduras começa a jogar em termos internacionais, a recuperação de Portugal para a comunidade das nações do Ocidente vai se dar, em grande parte, sob o ponto de vista externo – da sua não-segregação – no ambiente da guerra fria. E se utiliza da valorização dos Açores como território essencial na estratégia político-militar – sobretudo militar – de possível contenção ou resposta ao bloco soviético. Portugal, exatamente devido a esta posição estratégica, é convidado a pertencer ao Pacto do Atlântico Norte – a OTAN – e desta forma recebe uma caução internacional.

Embora a OTAN declarasse no seu preâmbulo estar somente aberta a regimes de natureza democrática, e apesar de Portugal manifestamente não o ser e de o governo português não preencher as exigências expostas naquela parte introdutória, tais

¹ Fernando Rosas é doutor em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Autor de diversos trabalhos sobre o *Estado Novo* português. Escreveu e organizou, entre outros, os seguintes livros: *As Primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo – 16/12/1934* (1987); *O Estado Novo nos anos trinta (1928-1939)* (1987); *O Salazarismo e a aliança luso-britânica* (1988); *O Impacto econômico e social da II guerra mundial em Portugal (1939-1945)*; *Portugal e a guerra civil de Espanha* (1998); *Portugal e a transição para a democracia – 1974-1976* (1999).

² Entrevista concedida a Waldir José Rampinelli na Universidade Nova de Lisboa, no dia 25 de junho de 2001. A transcrição e as notas explicativas são do entrevistador.

condições não são levadas em conta e isso traz muito mais vantagens que desvantagens para o governo lusitano, que é recebido na Organização Atlântica como um país de regime semelhante aos demais membros. A razão se deve, sobretudo, à valorização político-militar dos Açores, que já na Segunda Guerra Mundial tinham sido utilizados como base militar – primeiro pelos ingleses e depois pelos estadunidenses –, sendo no final da mesma devolvida aos portugueses.

Portugal nunca recebeu nenhuma compensação financeira pela cedência dos Açores. Mas o que acontece é que, quando se começa a anunciar a criação da OTAN, os Açores são um elemento imprescindível para as tropas estadunidenses, sendo uma espécie de porta-aviões no meio do Atlântico (e ainda hoje o são essencial para as manobras militares dos Estados Unidos). Esta situação foi muito importante para uma integração rápida e fácil do regime português à comunidade ocidental, apesar de o governo de Salazar não sair da Segunda Guerra Mundial numa situação de isolamento semelhante ao regime de Franco, em Espanha. Pelo contrário.

Do início da guerra fria ao começo da guerra colonial³ a ditadura portuguesa é considerada pela Inglaterra e pelos Estados Unidos como uma ditadura bondosa, tolerante, dirigida por um velho professor universitário. Portanto, há claramente um fechar de olhos derivados da política de guerra fria.

W. J. R.: Como a oposição portuguesa via o apoio que o Brasil prestava a Salazar durante o governo de Juscelino Kubitschek?

F.R.: A oposição liberal portuguesa dos anos 50 até a administração de Jânio Quadros é, apesar de tudo, prudente em relação ao Brasil. Isso porque o considera um aliado histórico e um irmão de sangue. Daí que essa oposição veja com pesar, mas não propriamente com críticas explícitas, as boas relações do governo brasileiro com o regime salazarista.

As coisas mudam positivamente para a oposição com a

³ A guerra colonial, que Portugal desencadeia na África para impedir o processo de independência de suas antigas possessões, começa no início de 1961 e se prolonga até a Revolução de Abril de 1974.

eleição de Jânio Quadros. Jânio é um homem, naquela altura, de esquerda e inclusive ao passar por Lisboa – antes de tomar posse na Presidência da República – se encontra com grupos de oposição e ao mesmo tempo se nega a ser recebido pelos representantes oficiais do governo, sendo este um ato de grande significado. Isso é muito mal visto pelo governo português, mas granjeia uma enorme popularidade nos meios da oposição.

Já anteriormente as atitudes do embaixador Álvaro Lins, bem como o asilo concedido a Humberto Delgado e a recepção de Henrique Galvão⁴ após a tomada do navio *Santa Maria*, em 1960, mostraram atitudes de simpatia com a oposição portuguesa. Daí que o regime de Lisboa tenha visto com indisfarçável satisfação o golpe de Estado e a conseqüente queda do presidente João Goulart, em 1964, mantendo, a partir de então, relações cordiais com a ditadura militar brasileira.

W. J. R.: Como o Estado Novo usou a idéia do expansionismo marítimo português no mundo? As festas henriquinas⁵ em 1960,

⁴ Delgado, desafiando o Estado Novo, se apresentara como candidato à Presidência da República em 1958. Além de aglutinar as oposições em torno da idéia de mudança de regime, fez visitas memoráveis em algumas cidades do país, como a do Porto, na qual reuniu mais de 200.000 pessoas. Apelidado de “*general sem medo*”, ajudou que os portugueses o perdessem também diante da ditadura. Prevendo sua iminente detenção, solicitou asilo na Embaixada do Brasil, em 12 de janeiro de 1959, concedido imediatamente por Álvaro Lins. No entanto, as negociações se tornaram longas e difíceis com o governo português – no final Delgado viaja para o Brasil e Lins se demite da função de embaixador por se sentir desprestigiado por JK no desfecho do caso. Já o coronel Henrique Galvão, detido em um hospital de Lisboa, consegue ludibriar a polícia e pede asilo à Embaixada Argentina. Uma vez na América do Sul, juntamente com um grupo, seqüestrou o navio *Santa Maria*, chamando a atenção do mundo para a falta de liberdade existente em Portugal. Finalmente a embarcação aporta em águas brasileiras e o presidente Quadros concede asilo a ele e aos seus.

⁵ As festas comemorativas do V Centenário da morte do Infante D. Henrique foram revestidas de uma oficialidade singular. Representantes de Estado e de governos de vários países se fizeram presentes. O Padrão dos Descobrimentos, monumento pós-moderno construído no bairro de Belém, de onde largaram as caravelas para a conquista de terras e povos, foi inaugurado durante estas festividades.

por exemplo, tiveram como co-anfitrião o governo brasileiro de JK.

F.R.: A ideologia imperial foi um dos aspectos marcantes da ideologia oficial do regime. Ideologia imperial não no sentido expansionista de alargamento do território, mas sim de defesa e manutenção do império colonial.

A ideologia colonial não foi inventada pelo Estado Novo, pois já a Primeira República, embora fosse liberal, apresentava uma ideologia acentuadamente nacionalista-colonialista. Um dos grandes argumentos de combate à Monarquia por parte da Primeira República foi o fato de a Monarquia estar *vendendo* ou *entregando* o patrimônio colonial aos ingleses. Por isso o nacionalismo anti-britânico e anti-monárquico tem tradicionalmente um conteúdo colonialista muito afirmado.

A oposição portuguesa liberal, democrática, não-comunista, e mesmo a comunista teve durante muito tempo uma posição de grande ambigüidade em relação à questão colonial, bem como em relação à guerra, porque fez parte de seu patrimônio anterior um nacionalismo de cunho colonialista muito acentuado. Portanto, não foi o Estado Novo que inventou esta ideologia. Ele apenas a reelaborou num sentido imperial, em que Portugal como Nação tinha uma missão providencial: a de evangelizar e colonizar.

Portugal era uma nação que a Providência Divina tinha encarregado da missão de levar a fé, e o Estado Novo quer difundir a religião. A idéia de civilização era uma idéia mais republicana. Mas no fundo é uma substituição dentro do mesmo paradigma.

O império era apresentado pelos republicanos como uma obra civilizadora e passou a ser visto pelo Estado Novo como uma obra evangelizadora. Ele é um todo orgânico com a cabeça na metrópole e com uma missão providencial no mundo. A ideologia imperial está baseada em um certo darwinismo social, numa teoria da superioridade da raça até os anos 50. Já com o início do processo de descolonização tenta-se evoluir para a aceitação oficiosa da idéia luso-tropicalista do Gilberto Freyre. Deste modo a superioridade rracica dos portugueses que conferiam a si próprios a missão de evangelizar começa a ser substituída por uma

certa manipulação do luso-tropicalismo do Gilberto Freyre. Portugal passa a ser um povo especial que tem uma tendência inata, que nos outros não existe, de se “misturar”, de se “crioulizar”, de se juntar aos demais, de formar uma sociedade crioula, original e mestiça. Seria a forma própria de Portugal *estar no mundo* e que conferiria à colonização portuguesa uma marca completamente limpa e distinta das demais.

Por isso na década de 50 essa já é claramente a ideologia oficial. O Gilberto Freyre vem a Portugal e se presta inteiramente a este papel. É levado às universidades, à metrópole, às colônias⁶ como o ideólogo de uma doutrina – que na época da descolonização convém inteiramente ao colonizador português – que defende a concepção de que somos diferentes dos franceses, dos ingleses, dos holandeses. Ou seja, nós não andávamos a explorar as populações das colônias, mas sim a criar civilizações no ultramar – não coloniais, mas luso-tropicais, que é um prolongamento da nossa própria nacionalidade, justificando a individualidade de Portugal como nação.

W. J. R.: Pode-se dizer que entre a Igreja Católica e o Estado Novo havia um pacto de dominação cívico-espiritual onde a primeira assegurava uma hegemonia dos valores cristãos tradicionais e o segundo garantia uma despolitização da população por conta de um messianismo de Salazar?

F.R.: O Estado Novo estabelece um pacto de governação com a Igreja Católica que é plasmado na Concordata e no Acordo Missionário de 1940⁷. O pacto é mais ou menos o seguinte: estabelece-se um regime de separação concordatado entre o Estado e a

⁶ A viagem começa em agosto de 1951 e se prolonga até fevereiro do ano seguinte. Freyre visita todas as colônias portuguesas, à exceção de Timor e Macau. Embora as razões apresentadas para não conhecê-las fossem o problema da distância, na verdade tratava-se meramente de questões políticas. Enquanto o Timor se encontrava em fase de reconstrução, em Macau o poder real estava nas mãos dos comunistas chineses.

⁷ Acordos firmados entre Portugal e a Santa Sé, em 7 de maio de 1940, no Vaticano, pondo fim à questão religiosa que começara com o liberalismo (1820) e se agravara com a Revolução Republicana (1910). Mediante estes qualquer futuro “*príncipe*” da Igreja.

Igreja – ou seja, a Concordada consagra o regime de separação. O Estado Novo guarda ciosamente para si o monopólio da política, não deixando a Igreja intervir. Por outro lado há um acordo que consiste em conceder à Igreja privilégios absolutos no domínio da educação, da assistência, do regime fiscal, da evangelização das Forças Armadas, dos hospitais, isto é, a Igreja recebe no conjunto da sociedade uma espécie de monopólio da vida religiosa. A Igreja tem um regime absolutamente privilegiado no pagamento dos impostos e ainda hoje ela não paga, assim como os membros do clero e dispõe de um regime de religião oficiosa, ainda que não oficial.

A Constituição de 1933, que sofre uma emenda em 1935, confere à Igreja Católica o papel de religião da nação portuguesa. Embora não seja uma religião do Estado – já não estamos no regalismo – é contudo uma religião oficiosa. Portanto, é dado à Igreja Católica o monopólio do exercício do mundo espiritual, juntamente com privilégios administrativos e financeiros singulares. E, em contrapartida, a Igreja passa a idéia de que este regime é o desejado pela Providência Divina, é o desejado por Deus, é o que estabeleceu a paz com a Igreja, é o que restaurou a Igreja e os católicos, e, portanto, é o regime de Portugal.

No entanto, Salazar nunca permitirá que a Igreja entre diretamente na política. Tanto que em 1933 o partido político da Igreja – o Centro Católico – é dissolvido. Como o Estado concedia à Igreja grandes regalias, entendia-se que não havia necessidade de ela manter o seu próprio partido, prescindindo totalmente de fazer política diretamente. Mas a Igreja faz política indiretamente, ou seja, cultiva e fomenta no seu rebanho a aceitação da ordem estabelecida como algo natural, providencial, a qual deve ser aplaudida pelos portugueses.

Por isso, a Igreja apoiou explicitamente a guerra colonial na África. No entanto, não se deve confundir esta posição oficial com a de muitos católicos, especialmente a partir da Carta do Bispo do Porto em 1958⁸, já que a mesma motivou a formação e

⁸ D. António Ferreira Gomes escreveu uma carta a Oliveira Salazar, carta esta que se tornou pública, na qual faz uma série de críticas às políticas do Estado Novo, tendo como pressuposto um discurso do próprio presidente do Conselho pronunciado em 31 de maio de 1958. Na missiva D. António analisa,

o alastramento de uma oposição católica muito importante.

W. J. R.: Pode-se afirmar que a Carta do Bispo do Porto foi uma ruptura por parte de um setor da Igreja com o regime salazarista?

F.R.: É, sem dúvida, um sinal para a oposição católica. Já existira antes, durante os anos 40, alguns casos pontuais de religiosos oposicionistas. Mas sem dúvida a Carta do Bispo do Porto é uma espécie de sinal para as novas gerações de católicos se organizarem na luta contra a ditadura. A partir daí começa uma oposição católica.

A Igreja hoje se pronuncia sobre o Estado num regime de inteira liberdade, o que não havia no tempo do Salazar. Aliás, a Igreja nunca criticou o regime de Salazar. Passou-se também uma coisa interessante com a Igreja, já que ela não foi de todo afetada pela Revolução do 25 de Abril, porque a esquerda não queria criar uma questão religiosa, como acontecera na Primeira República. Ademais, a Igreja fora prudente, soube afastar-se do regime salazarista no momento certo, ou seja, uma vez assegurados seus interesses imediatos. Isso se deu com a substituição do cardeal Cerejeira por D. António no Patriarcado de Lisboa.

Entretanto, as posições do Papa Paulo VI contra a guerra colonial também ajudaram a Igreja a afastar-se diretamente do regime no seu período final. Deste modo ela tem com a Revolução de Abril uma dupla vantagem: não perdeu nada do que tinha ganhado durante o Estado Novo e conquistou a liberdade política que não possuía, além de acrescidos privilégios, designadamente no campo das isenções fiscais.

W. J. R.: Como se deu a oposição dos intelectuais ao Estado

finaliza sua missiva remetendo quatro questionamentos a Salazar: a) tem o Estado objeção a que a Igreja ensine livremente?; b) tem o Estado objeção a que os católicos façam a sua formação cívico-política e tomem plena consciência dos problemas da nação?; c) tem o Estado objeção a que os católicos definam publicamente e propaguem seus programas?; e d) tem o Estado objeção a que os católicos participem das eleições com programa e candidatos? Carta do Bispo do Porto a Salazar (13.07.1958). In: ALVES, Pe. José da Felicidade (Org.). *Católicos e política*. 2ª edição, Lisboa: Tipografia Leandro, s. d., p. 33-64.

Novo? Tiveram de sair do país ou organizaram-se internamente para fazer frente a Salazar?

F.R.: A história da oposição intelectual ao Estado Novo dura quase 40 anos. Na verdade, a intelectualidade portuguesa, na sua grande maioria, foi sempre rebelde ao Estado Novo. Esta intelectualidade mais criativa, que está na origem dos grandes movimentos culturais e artísticos, do neo-realismo, do surrealismo, do presencismo nos anos 30, 40 e no pós-guerra, se posiciona basicamente contra o regime, que por sua vez se utilizava da censura e da polícia política para fazer frente a esta rebeldia.

Portanto, ao longo destes 40 anos, a fina flor da intelectualidade portuguesa conspira contra o regime, milita no Partido Comunista contra o regime, e muitos deles vão parar na cadeia e até na ação clandestina. A intelectualidade tem um papel muito forte sobretudo em um país onde o analfabetismo é muito acentuado e o atraso econômico é grande. Boa parte dela vinha das universidades e passou a liderar moral, espiritual e ideologicamente a luta.

Até a própria oposição comunista tem como líder um intelectual: Álvaro Cunhal. O António Sérgio, o Jaime Cortesão, enfim todas as grandes figuras da intelectualidade pagam um preço alto: alguns ficam em Portugal e vão para a cadeia; outros militam na clandestinidade; e outros procuram o exílio, principalmente na Argélia, na França e no Brasil.

W. J. R.: Uma das grandes causas que motivaram a Revolução de Abril de 1974 foi a guerra colonial que politizou as Forças Armadas. No entanto dentro do país a hegemonia de uma burguesia agrária era substituída por outra, industrial-financeira, que deixava de olhar para a África e punha seus interesses na Europa. E em nível internacional tínhamos a derrota dos Estados Unidos no Vietnã. Como estes fatores influenciaram os acontecimentos de abril/74?

F.R.: Sem dúvida houve fatores internos e externos que os influenciaram. Os fatores externos não tinham condições de derru-

bar o regime, mas atuaram no sentido de potencializar e agudizar as contradições internas. O ambiente geral da descolonização, das guerrilhas na América Latina, da guerra do Vietnã são todos acontecimentos que contribuem para alimentar dentro de Portugal, especialmente na juventude, uma grande corrente contra a guerra colonial e contra o regime.

No entanto, por Portugal pertencer à OTAN, os países ocidentais mais próximos – Estados Unidos, França, República Federal Alemã, Inglaterra – se negavam ou se abstinham de condenar o nosso governo mais do que verbalmente nas votações da ONU. Na prática foi possível manter a guerra colonial porque a França e a Alemanha abasteceram Portugal com armas. A administração republicana nos Estados Unidos, Nixon–Kissinger, no início dos anos 70, começou a evoluir para a contenção do comunismo na África. Para tanto começou a apoiar, discreta mas nitidamente, na questão da guerra, o governo português. Os Estados Unidos chegaram até a desbloquear alguns tipos de armamentos que eram proibidos de usar na África, notadamente os mísseis para combater os terra-ar que a guerrilha da Guiné usava.

Embora nas Nações Unidas haja um claro isolamento de Portugal, por outro lado os países membros da OTAN mantêm o apoio à guerra colonial através da reposição de armamento às Forças Armadas portuguesas.

W. J. R.: Mas estes países condenam o colonialismo no foro das Nações Unidas e ao mesmo tempo vendem armas a Portugal?

F.R.: Eles condenam para manter boas relações com os países do Terceiro Mundo, mas na prática a Europa Ocidental tem uma posição de apoio a Portugal. Principalmente a França e a Alemanha que são fornecedoras de armas, enquanto que a Inglaterra se distancia um pouco da posição dos Estados Unidos. A diferença se encontra nos países nórdicos, que apóiam a guerrilha africana e simultaneamente não cortam suas relações com o governo português.

W. J. R.: O senhor, que tem investigado o Estado Novo, nunca

chegou a pensar que, com a intensificação da guerra nos anos 60 e o conseqüente aprofundamento da crise política, não terá o ditador Salazar pensado ou dito a alguém que “depois de mim o dilúvio”?

F.R.: Publicamente não, mas Salazar era um homem que sabia que a guerra colonial só poderia ser mantida sem as liberdades fundamentais dentro do país. Historicamente, as guerras coloniais se tornam vitoriosas para os movimentos de libertação porque obrigam os governos coloniais a mudarem, fruto do cansaço e da erosão sempre provocados por guerras intermináveis, com a pressão da opinião pública expressa através da imprensa ou de eleições livres. Aliás, todas as guerras coloniais feitas pelas potências européias foram derrotadas, quando não no terreno, na sua retaguarda, por causa destas pressões. Em Portugal a guerra colonial durou 13 anos porque a opinião pública não podia se expressar livremente.

Agora, Salazar tinha consciência de que esta era uma guerra que provavelmente o povo português não agüentaria por mais tempo. Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros e seu grande confidente, afirma que Salazar duvidava que os portugueses conseguissem moralmente manter a guerra por muito tempo⁹.

Na verdade, a guerra colonial era o nó górdio da questão. Marcelo Caetano, quando chega ao poder em 1969, tem esta disjuntiva: ou resolve o problema da guerra e comanda um processo de liberalização controlada do regime, ou não resolve e é obrigado a acabar com a idéia de liberalização. Optou pela segunda alternativa e levou o regime a um impasse.

O descontentamento nas Forças Armadas não se vai manifestar na hierarquia, mas no setor intermédio. Os generais e

⁹ Possivelmente tratava-se da seguinte frase: “Não quero, repito que não quero morrer neste lugar. E também não quero viver muito tempo depois de sair, porque não quero ver as desgraças e a confusão em que o mundo vai mergulhar, e o país”. NOGUEIRA, Franco. *Um político confessa-se*. 3ª edição, Porto: Civilização, 1987, p. 268.

Ou talvez esta outra: “Sinto-me caminhar cada vez mais para a morte e estou fundamentalmente preocupado com a minha sucessão (. . .) Não sei o que hei de

os brigadeiros – à exceção de dois, Spínola e Costa Gomes – estão com o governo. Quem conspira são os oficiais, aqueles que conduzem a guerra, mais especificamente os capitães.

A noção de que para acabar com a guerra é preciso derubar o regime os capitães adquirem em um espaço curtíssimo de tempo: entre setembro de 1973 e março de 1974. A conspiração evolui de uma resistência corporativa para a idéia de que é preciso, através de um movimento militar, acabar com o regime. Mas é um movimento militar que não tem um único general, nenhum brigadeiro e apenas um coronel. E ainda assim um da administração: Vasco Gonçalves. Os demais são capitães, majores, enfim a oficialidade intermédia. Esta oficialidade rompe a cadeia das Forças Armadas e vai permitir que um golpe militar seja transformado em um processo revolucionário.

W. J. R.: O golpe de Estado de 24 de abril, que posteriormente avançou para um processo revolucionário, foi revertido pelas reformas constitucionais. Ao que se deveu esta reversão: às forças internas conservadoras ou à opção pela Europa?

F.R.: Na realidade, a revolução é travada em 25 de novembro de 1976. É exatamente aí que as coisas se decidem. O resto é apenas uma questão de tempo. Simplificando, mas reduzindo as coisas ao que elas foram, o país tem dois grandes blocos. Um deles com influência dominante do Partido Comunista, ainda que bastante heteróclito, com participação de uma parte da extrema esquerda e uma parcela do exército, o COPCON¹⁰, que são partidários de uma idéia de sociedade revolucionária, ainda que diferentemente concebida pelas várias forças que o compunham. É um campo sem grande unidade tática, sem direção, apesar do peso do PCP. O outro bloco é composto pelo Partido Socialista, grande vencedor das eleições para a Assembléia Constituinte, em abril de 1975, por uma parte das Forças Armadas, por toda a direita e também por um setor minoritário da extrema esquerda. Este bloco, com uma direção e uma tática unificada e clara, vence o embate e cria-se uma democracia do tipo ocidental.

Alguns chamam isso de um processo contra-revolucionário, outros de uma normalização democrática da revolução.

Não há embate sangrento, ainda que se verifiquem prisões e perseguições. Portugal adere à democracia do tipo ocidental e obviamente a opção é a Europa, já que ali está o seu mercado viabilizador.

W. J. R.: O governo português pretendeu comemorar juntamente com o brasileiro e suas elites “os 500 anos” de Brasil. Na verdade, o que ocorreu foi o massacre de uma cultura sobre a outra. Já dizia o grande Neruda que “a espada, a cruz e a fome iam dizimando a família selvagem”. E Todorov fala que nenhum massacre do século XX foi tão grande quanto o perpetrado por portugueses e espanhóis na conquista e devastação da América. Como fica um deputado/intelectual e historiador diante desta situação?

F.R.: Tive oportunidade de manifestar minha opinião sobre o assunto em artigo na imprensa portuguesa a propósito da visita do nosso presidente ao Brasil para se associar às comemorações oficiais dos 500 anos. E como se sabe os índios e os negros não puderam se manifestar e foram *corridos à matracadas* e com gás lacrimogêneo.

Lamento que o governo e o Presidente da República portuguesa se tenham associado a estas comemorações cujo espírito eu repudio. Não se trata de saber se os portugueses têm ou não culpa. Trata-se, isso sim, sob o ponto de vista histórico, de serem comemorações de uma colonização extremamente penalizante para as populações que viviam no que hoje é o Brasil e que não apenas a desintegrou, como também os dizimou. Neste sentido o governo português deveria ter alguma sensibilidade e respeito para com aqueles que hoje são minorias, mas que têm uma visão mais crítica de todo este processo.

W. J. R.: Isso teve algum reflexo na Assembléia da República?

F.R.: Lá o que os deputados do Bloco de Esquerda fizeram (naquele momento eu não era deputado) foi receberem o representante do Brasil – senador Antônio Magalhães – com as camisetas dos Sem-Terra vestidas. Nossos deputados usaram da tribuna para defender o movimento e criticar a política de Fernando

Henrique Cardoso. E, contra o protocolo, Magalhães usou da palavra para responder aos nossos deputados naquele tom já tão conhecido.

Na realidade, Portugal deveria fazer um balanço crítico e real, ouvindo as várias posições que há sobre o tema e não uma visão nacionalista unilateral

W. J. R.: O governo português, ao se associar às comemorações dos 500 anos, não está se utilizando de um discurso expansionista, saudosista e modernizado de seu passado?

F.R.: As comemorações dos descobrimentos dos portugueses, a propósito do caminho para as Índias e do *achamento* do Brasil, de uma forma geral, foram marcadas por um discurso oficial extremamente parcialista e retro, como a valorização das virtudes da expansão, com raras abordagens com uma visão crítica e plural.

O segundo responsável pela Comissão dos Descobrimentos – professor António Hespanha – procurou dar uma visão diferente e plural sobre o outro que foi *achado*, tentando levar esta idéia para o Encontro de Culturas. Mas recebeu críticas violentíssimas do mundo conservador e, na realidade, não teve o apoio do governo do PS que o nomeara, mas não o defendeu.

Tudo isso significa que este assunto continua controverso, mesmo na historiografia portuguesa e nas mentalidades dominantes.



NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desportos, 2000, 265 p.

Juçara de Souza Castello Branco

Mestre em História Cultural pela
Universidade Federal de Santa Catarina.

A economia moral da seca

O processo de formação e organização dos moradores do sertão do Ceará enquanto sujeitos políticos, mesmo que coletivos, estão no centro da reflexão de Frederico de Castro Neves. Sua abordagem trata de alguns caminhos percorridos pela cultura política onde a *tradição* foi acionada pelos retirantes em momentos limites de seca, quando os mesmos migravam do Sertão para as cidades litorâneas, em especial para a capital Fortaleza, na busca desesperada por água, comida e trabalho.

Neste sentido, o autor foi feliz no título que deu ao seu livro - originário de sua tese de doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense - *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*, ao mesmo tempo em que nos levanta questões instigantes sobre a legitimação das ações dos populares e a representatividade e força que os mesmos podem adquirir uma vez que se organizam em ações coletivas.

Para articular esta análise, Frederico de Castro Neves estabelece diálogos, entre outros autores, com Eric Hobsbawm, George Rude e particularmente com E. P. Thompson. Os capítulos 'A economia moral da multidão inglesa do século XVIII' e 'A economia moral revisada' da obra *Costumes em Comum* de E.P. Thompson são usados por Castro Neves, praticamente, como

um 'modelo teórico' para problematização das ações dos populares, em tempos de fome, na organização e estabelecimento de uma economia moral própria totalmente diversa daquela ditada pelas leis de mercado refutando deste modo à visão de *ações espasmódicas* motivadas pelos *impulsos biológicos* da fome para perceber em tais ações a constituição de sujeitos políticos.

Castro Neves apresenta a constituição deste movimento social entre os retirantes do Ceará ao longo de sete capítulos onde se entrelaçam as questões que seguem. Para buscar a procedência da tradição que legitimava uma economia moral própria durante os momentos limites de escassez, o autor observa que a principal vítima da seca até o século XVIII era o gado. Foi durante o século XIX que os sertanejos passaram a ser atingidos gravemente por este fenômeno. 'As condições econômicas que se relacionam com essas transformações se referem a mudanças ocorridas nas atividades agrícolas. Talvez, a principal responsável por estas mudanças tenha sido a cultura do algodão' destinada a exportação (p.46). As atividades de subsistência e a produção de alimentos executada majoritariamente por mão-de-obra livre cederam lugar para a cultura extensiva de algodão e a pecuária.

Este quadro agravou as conseqüências ambientais, econômicas e sociais decorrentes da seca de 1877, uma das piores vivenciadas pelos sertanejos até aquele momento. Nesta ocasião os sertanejos se articularam num processo migratório do Sertão para as cidades litorâneas, em especial para a capital Fortaleza, na busca por água, comida e trabalho. Este movimento popular, em tese, teria dado origem a uma tradição entre os sertanejos que se dirigiam da área rural para a urbana em momentos limites de seca que aconteciam ciclicamente. A imagem da fome e da miséria que marcavam seus corpos desnutridos, adoecidos, mal-cheirosos e mal-vestidos era um discurso eloqüente de poucas palavras para a população urbana que se aterrorizava com a chegada de milhares de retirantes durante os períodos de seca.

Saques e invasões foram estratégias deliberadas de

enfrentamento usados pelos retirantes diante dos conflitos advindo ou agravados pela seca. Tais manifestações coletivas, organizadas e políticas eram vistas como uma afronta aos ideais de modernidade e civilidade que estavam se implementando nos centros urbanos, sobretudo a partir do fim do século XIX, através de projetos de urbanização e embelezamento da cidade além de uma série de posturas e condutas que estavam sendo remodeladas por aquela sociedade.

Este processo histórico, segundo Castro Neves, deu origem a uma tradição de ações como mecanismo de pressão política por parte dos retirantes que negociavam a distribuição da riqueza social para regular os momentos de crise, através de um conjunto de regras morais que se diferenciava das regras usuais do mercado. Em resposta a estas ações o Estado interveio de modo paternalista nos momentos em que os retirantes se fizeram presentes na cidade oferecendo-lhes algum tipo de assistência, mesmo que insuficiente. Estas ações, em tese, evidenciaram a presença de uma economia moral que legitimava as ações da multidão de retirantes mediante os urbanos que ora apresentavam manifestações de solidariedade, ora de repúdio. Através desta economia moral consolidou-se a crença de que o Estado deveria proteger os pobres e isentar os proprietários ricos de ações solidárias fazendo nascer assim uma nova estrutura de sentimentos entre os urbanos em relação aos retirantes.

As experiências acumuladas pelos retirantes deste a seca de 1877 até a década de 1950 constituíram um arsenal de instrumentos de negociação com as autoridades urbanas que apenas neste momento passaram a reconhecê-los como sujeitos históricos políticos e coletivamente organizados. Até este momento, os retirantes eram discriminados por uma noção de cidadania, sustentada pelas relações sociais do tipo paternalista, que se restringia aos limites formais das instituições estabelecidas.

Até mesmo os intelectuais, até a década de 1950, consideravam as ações dos retirantes como *ações espasmódicas* ou como simples *impulsos biológicos* voltados a atender a sua necessidade emergente de fome em decorrência dos períodos de

seca. Sem desprezar ou desconsiderar as implicações da seca na referida região, o que Castro Neves propõe é uma reflexão sobre as formas e estratégias que os retirantes organizaram e como se articularam para negociarem o atendimento de suas necessidades básicas em momentos limites. Neste sentido, o autor transfere o enfoque anteriormente dado onde se considerava a seca como um fenômeno natural - matriz explicativa das ações espasmódicas dos populares do sertão - para considerá-la como um pano de fundo presente num processo de conflitos sociais que movimenta as pessoas do sertão.

Ao buscar as origens de uma tradição acionada pelos sertanejos em épocas de seca, Castro Neves levanta uma reflexão séria sobre os encaminhamentos sociais, econômicos e ambientais numa sociedade que direcionou majoritariamente sua força de trabalho, durante um determinado período, para atender ao mercado exportador. Nesta perspectiva, ao meu ver, este trabalho tanto é um alerta sobre as conseqüências do mau uso do meio ambiente, como também aponta caminhos para sociedades que já foram afetadas pelo desequilíbrio gerado pelo comércio internacional, uma vez que apresenta o relato das experiências dos populares sob a ótica das estratégias acionadas pelos mesmos em momentos limites.

BRANCHER, Ana e AREND, Sílvia Maria Fávero (organizadoras).
História de Santa Catarina no século XIX. Florianópolis: Ed.
da UFSC, 2001.

História de Santa Catarina no século XIX

Jaqueline A. M. Zarbato Schmitt
Doutoranda do Programa de
Pós-Graduação em História/ UFSC

O leitor encontrará neste livro uma profusão de olhares sobre Santa Catarina, vislumbrando questões relegadas ao esquecimento ou ao silêncio na História. A partir das diferentes perspectivas de análises utilizadas nos textos, percebe-se que entram em cena inúmeros personagens que fazem a história e se fazem na história. Os temas abordados contribuem para que se entenda a história, bem como a cultura como processos dinâmicos, além de favorecer a produção de conhecimento sobre as nuances da história de Santa Catarina.

Uma história que neste livro está marcada pela heterogeneidade de modos de viver, pelas relações étnicas, pelas formas de trabalho, pelos sonhos, olhares, expectativas que nos impulsiona a querer ler mais. Deste modo, cada texto problematiza as questões que permeiam o século XIX, procurando desconstruir as legitimações e naturalizações impostas à população.

No que se refere as questões étnicas, o texto de Paulo Pinheiro machado e também o de Sílvia Arend suscitam as relações sociais entre os imigrantes brancos e sua convivência com "bugres, açorianos, xokleng", ressaltando a introdução dos discursos de valorização do imigrante em detrimento desses últi-

mos. Esses discursos polarizavam as relações entre “os portadores de civilidade” e os “selvagens”, entretanto, esses autores procuram perceber nas entrelinhas, de que forma se forjavam estratégias para a manutenção desses discursos. “Discursos de valorização do imigrante, laboriosos, disciplinados enquanto os afrodescendentes e descendentes de portugueses são considerados preguiçosos e sem iniciativa” (p34).

Esses discursos estendem-se de tal forma que, percebe-se no texto de Janine Gomes, “Saudades, expectativas, realizações e ausências: Histórias de mulheres em Joinville”, que o trabalho, as experiências das mulheres permaneciam numa completa invisibilidade. Porém a autora revisita suas casas, seu espaço de trabalho percebendo-os como lugares de memória, trazendo assim, mais do que os “dados da imigração”. Pois mostra que “os sonhos e as saudades (materializados em poesias e cartas), objetos que deveriam tornar mais fáceis e aconchegantes as lidas diárias: frigideiras de ferro, enxadas...(p62)

No texto de Vanderlei Machado percebe-se a inovação em relação ao temas elencados neste livro, pois problematiza o modelo de construção da masculinidade expresso na forma de um conjunto de discursos que atuaram e imprimiram efeitos de poder sobre os agentes históricos. O autor relaciona o modelo de masculinidade ao ideal burguês de homem “civilizado”, principalmente porque em fins do século XIX, as elites dirigentes anseavam por uma cidade condizente com os “padrões modernos”. Neste sentido, a construção do modelo de masculinidade inseria-se nestes ditos padrões.

Padrões que perpassam também pelas disputas entre fourieristas e saint-simonistas, analisados no texto A Colonização de Saí (1842-1844): uma original colônia francesa em Santa Catarina de Antonio Carlos Guttler, o qual discorre sobre as transformações que se pretendia fazer na cidade em nome de uma experiência. Essa experiência, segundo o autor serviu para discutir e deixar mais claros os problemas relacionados à imigração, escravismo e à indústria.

Assim, a cada texto lido, tem-se a noção da profusão de trajetórias de vida, de memórias, de relações de poder, das ima-

gens que naturalizam os sujeitos históricos e que são problematizadas pelos autores. Como no texto: Uma mulher ilustre do Brasil: Anita Garibaldi e o culto à nação em que Antônio Manoel Elíbio Júnior analisa a construção do imaginário sobre Anita Garibaldi. Neste sentido, o autor discute a inserção de uma mulher num campo eminentemente masculino, o da esfera pública, a guerra, além de analisar a construção da "imagem de mulher" baseadas nos ideais burgueses. Ideais que forjam uma imagem de Anita, de um lado com "sua missão sagrada" e de outro com sua "vocação natural".

Ainda falando sobre disputas e construção de imagens, percebe-se no texto de Reinaldo Lindolfo Lohn, sobre a Guerra do Paraguai, a diversificação das reflexões históricas, pois este analisa a ausência de estudos sobre a referida guerra, porém busca deslocar a abordagem do domínio do ponto de vista militarista que por muito tempo foi a versão oficial sobre a guerra. O autor propõe que se analise os documentos "como produtos de uma sociedade com relações de poder vigentes em uma determinada época"(p200).

Relações de poder que também estão presentes na análise de Henrique Pereira Oliveira, em que argumenta que, um sistema de assistência aos expostos foi resultante de um conjunto de concepções que articulou uma forma de sensibilidade e piedade, um modo de problematizar a sexualidade, a ordem familiar na cidade de Desterro.

Cenário de inúmeros atos e de múltiplos personagens, Desterro configura-se como pano de fundo para os temas desse livro. Como os textos de Itamar Siebert e Ana Brancher, que permitem ao leitor um maior contato com a produção jornalística e literária produzida no século XIX em Desterro. Itamar salienta que, os jornais forjavam práticas e condutas, introjetavam papeis sociais para a vida em família, para a instrução, enfim, "dirigiam" os rumos da sociedade da época. Ana Brancher por sua vez, mostra que, a formação de "leitores-ouvintes", que tinham contato com o "fazer político" estava ligada à racionalidade burguesa. Racionalidade que também é analisada por Rosângela Cherem, a qual salienta as tensões, as rupturas e as expectativas que se

seguiram com a instauração da República em Santa Catarina. Tempos que foram marcados pela introdução de “novas” formas de viver, principalmente para aqueles que viam o “espetáculo através da cortina”.

Em suma, estas formas de pensar e problematizar a história de Santa Catarina no século XIX, estão marcadas por um estilo de linguagem em que presente e passado se mesclam, em que os sonhos tem a mesma importância das datas, em que homens e mulheres constituem-se como sujeitos históricos e, principalmente, onde é relegado ao leitor a possibilidade de produzir conhecimento.

Normas para publicação

1. Os trabalhos enviados para publicação deverão ser inéditos, não sendo permitida sua apresentação simultânea em outro periódico. De preferência redigidos em português, **FRONTEIRAS: Revista Catarinense de História** publicará eventualmente textos em espanhol.
2. Os trabalhos enviados serão apreciados pelo Conselho Editorial, que buscará pareceres de Consultores *ad-hoc*. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos. Os originais, mesmo quando não aproveitados, não serão devolvidos. Os nomes dos consultores permanecerão em sigilo, omitindo-se os nomes dos autores perante os consultores.
3. Os originais deverão ser encaminhados em três vias, digitados em espaço duplo, em torno de 20 laudas, incluindo figuras, tabelas, fotos e bibliografia, além de um disquete com o artigo digitado em Word for Windows. Cada lauda deverá ter 30 linhas com 80 caracteres.
4. A apresentação dos trabalhos deve seguir a seguinte ordem:
 - a. Título pleno em português.
 - b. Sugestão de título abreviado.
 - c. Nome de cada autor, seguido por afiliação institucional.
 - d. Indicação do autor e a quem a correspondência sobre o artigo deve ser enviada, com o endereço completo.
 - e. Resumo em português com, no máximo, 5 linhas.
 - f. Palavras-chave, em português (no mínimo 3 e no máximo 5).
 - g. Título pleno em inglês, compatível com o título em português.
 - h. Abstract, em inglês, compatível com o texto do resumo.

- i. Keywords, em inglês, compatíveis com as palavras-chave.
5. Texto. As notas de rodapé, quando existirem, deverão ser de natureza substantiva, e indicadas por algarismos arábicos em ordem crescente. As menções a autores, no decorrer do texto, devem subordinar-se ao esquema: (Sobrenome do Autor, data) ou (Sobrenome do Autor, data, página). Ex.: (Ginzburg, 1997) ou (Ginzburg, 1997, p. 76). Diferentes títulos do mesmo autor publicados no mesmo ano serão identificados por uma letra depois da data. Ex.: (Le Goff, 1997a), (Le Goff, 1997b).
 6. A bibliografia (ou referências bibliográficas) será apresentada no final do trabalho, listada em ordem alfabética, obedecendo aos seguintes esquemas:
 - a. Livro: SOBRENOME, Nome, *Título em itálico*. Local de publicação, Editora, data. Ex.: ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zaher Ed., 1993.
 - b. Coletânea: SOBRENOME, Nome. Título não em itálico. In: SOBRENOME, Nome, org. *Título do livro em itálico*. Local de publicação, editora, data, p. ii-ii. Ex.: FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade. In: LE GOFF, org. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976, p. 198-215.
 - c. Artigo. SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Título do periódico em itálico*, local de publicação, número do volume, número do fascículo, página inicial-final do artigo, mês(es) e ano da publicação. Ex.: CAMPOS, Cynthia Machado. O imaginário nacionalista em Sílvio Romero. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 16, n. 23, p. 11-34, 1998.
 - d. Tese acadêmica. SOBRENOME, Nome. Título da tese em itálico. Local, data, número de páginas. Dissertação (Mestrado) ou Tese (Doutorado). Instituição em que foi defendida. (Centro ou Faculdade e Universidade). Ex.: FERREIRA, Sérgio Luiz. *O banho de mar na Ilha de Santa Catarina (1900-1970)*. Florianópolis, 1994, 140 p. Disserta-

ção (Mestrado). Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

7. FRONTEIRAS é uma publicação não-partidária ou doutrinária, autônoma e pluralista, recebendo contribuições independente das posições políticas e ideológicas de seus autores, que são responsáveis pelas opiniões expressas em seus artigos.

Os artigos deverão ser enviados para:

Revista Fronteiras

Departamento de História – sala 06

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Universidade Federal de Santa Catarina

Campus Universitário Trindade

CEP: 88040-900 – Florianópolis/SC

e-mail: anpuhsc@cfh.ufsc.br

Fone: (48) 331-9359 Ramal 05